

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 8 DE ABRIL DE 2014

NÚMERO 6.678

MESA

Romildo Titon
PRESIDENTE

Joares Ponticelli
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Moacir Sopelsa

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Ana Paula Lima
José Nei A. Ascarí
Narcizo Parisotto
Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Merisio
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Dóia Guglielmi - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Darci de Matos
Dirceu Dresch
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Dado Cherem - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Maurício Eskudlark
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Angela Albino
Dirceu Dresch
Luciane Carminatti
Valmir Comin
Renato Hinnig
Antonio Aguiar

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Carlos Chiodini - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto
Dirceu Dresch
José Nei A. Ascarí
Moacir Sopelsa

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Angela Albino
Gelson Merisio
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Valmir Comin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Ciro Roza
Darci de Matos
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Ana Paula Lima
Reno Caramori
Renato Hinnig

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Darci de Matos
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Ciro Roza
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Altair Guidi
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Altair Guidi
Valmir Comin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII NESTA EDIÇÃO: 36 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 007ª Sessão Ordinária realizada em 19/02/2014.....2 Ata da 008ª Sessão Ordinária realizada em 20/02/2014..... 11 Ata da 009ª Sessão Ordinária realizada em 25/02/2014.....19 Ata da 001ª Sessão Extraordinária realizada em 25/02/2014.....27</p> <p>Publicações Diversas Aviso de Licitação28 Aviso de Resultado28 Medidas Provisórias28 Ofícios30 Projeto de Conversão em Lei3232 Projetos de Lei32 Redação Final36</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 007ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Queremos, em nome desta Casa, saudar todos do SindSaúde, do Hospital de

Caridade, presentes nesta Casa, fazendo a sua manifestação com relação à greve.

Sejam todos bem-vindos à Casa do Povo.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Boa-tarde a todos que acompanham esta sessão, aos srs. deputados, as sras. deputadas, aos trabalhadores do imperial Hospital de Caridade, os quais estão aqui se manifestando e reivindicado melhores condições de trabalho. Portanto, quero manifestar a nossa solidariedade e apoio a essa luta importante, digna e justa.

Nos últimos dias tenho tratado, nesta Casa, sobre sérios conflitos pelos quais passa o nosso estado. Entre eles destaco a violência doméstica, o baixo salário dos professores, a péssima situação das escolas estaduais. E, hoje, falo de mais uma situação que tem tirado o sono de muitos catarinenses, especialmente dos nossos oestinos, trata-se dos alarmantes índices de criminalidade e homicídio que

nossas cidades têm enfrentado. E cito, neste momento, a cidade de Chapecó que até ontem registrou 15 homicídios e um sequestro relâmpago, atingindo a média de uma morte a cada três dias.

Também recebemos denúncias da mesma situação em Nova Erechim, Pinhalzinho, Seara, Guatambu, Caxambu do Sul e em outros municípios da região onde a população não sabe mais a quem recorrer, pois está amedrontada com os crimes que não têm horário para acontecer.

Não há outra saída, se não cobrarmos do governo do estado algo que não seja apenas emergencial, mas, sim, o efetivo combate à criminalidade para garantir a segurança a toda população. Precisamos, nesse sentido, antes de tudo, reestruturar a segurança pública no oeste catarinense e aumentar o efetivo de policiais ou entregar novas viaturas, ações necessárias, mas que isoladas não conseguem reduzir o alto índice de violência na nossa região.

Diante dessa dura realidade protocolamos, com entrada no dia de hoje, nesta Casa, um projeto de lei que cria três novas guarnições especiais para o oeste catarinense, atendendo aos municípios que hoje

integram a quarta região da Polícia Militar. Essas guarnições devem ser compostas pelo efetivo de no mínimo 100 policiais, comandadas por tenente-coronel ou major voltados nos respectivos municípios.

Uma das guarnições deve ser instalada na grande Efapi, em Chapecó, uma das regiões da cidade que mais cresce; de acordo com o Censo de 2010 contava com 26 mil habitantes. Hoje, estima-se, que cerca de 40 mil pessoas residem naquela região.

Mas o que justifica uma guarnição especial para atender à alta demanda de ocorrências registradas? A guarnição, para que vocês entendam, tem um novo caráter de um novo batalhão da Polícia Militar.

Outra guarnição deverá ser instalada no município de Xanxerê, visando à reestruturação daquela região que agrega grandes áreas territoriais e uma população de aproximadamente 120 mil habitantes, nos três municípios de abrangência.

A terceira guarnição especial deverá ser instalada no município de São Lourenço do Oeste que é a porta de entrada do Paraná e de outros estados. Por ser também próxima à divisa de outros países que representam ainda maior fluxo de entrada de visitantes e também de criminosos que encontram ali um fácil acesso ao nosso estado, diante da segurança frágil.

Essa estrutura deve atender em São Lourenço do Oeste a dez municípios. A proposta para a implantação dessas guarnições se dá em razão da restrição, da instalação de batalhões companhias e pelotões em regiões que abriguem respectivamente menos de 200 mil habitantes.

Então como vocês podem observar no mapa, hoje 41 municípios da nossa região oeste, deputado Reno Caramori, têm apenas um batalhão da Polícia Militar.

Por isso, queremos uma modificação nessa reestruturação, passando a ter, além do batalhão de Chapecó, que agregava até então 41 municípios, mais o batalhão de Xanxerê, que passa a chamar isso de guarnição especial, e a guarnição especial de São Lourenço do Oeste.

É claro que olhando para esse mapa percebemos que passa a existir uma reorganização do número de municípios, do tamanho territorial.

Por que é que estamos apresentando uma melhor estrutura e reorganização da segurança pública no oeste? Em primeiro lugar, como falei, é pelos índices de violência; em segundo lugar, porque os estudos mostram o desamparo que a região oeste tem enfrentado, uma vez que o único batalhão chega a atender a mais de 40 municípios numa área de fronteira e de grande extensão territorial, o que faz com que os índices de violência e insegurança da população disparem.

Chapecó é a cidade hoje com o maior índice de violência e homicídios do estado de Santa Catarina.

Como exemplo de outras cidades de outras regiões, quero destacar o 2º Batalhão de Polícia Militar, de Chapecó, com 41 municípios, que agrega 407 mil habitantes.

Para termos ideia desses 41, prestem bem atenção, são 41 municípios, e 25

deles contam com apenas três ou quatro policiais. O que significa que na metade do mês todos os meses do ano a população não tem um policial 24 horas por dia. Em alguns horários, nesses municípios, não tem nenhum policial, porque tem que ser feita uma escala. Então, temos uma situação de extrema insegurança e fragilidade.

Esses municípios que possuem três policiais, quatro policiais, teriam uma condição maior nessa estruturação. Em contraponto a essa situação, fazendo uma análise do conjunto do estado, das demais regiões, temos em média, prestem bem atenção, um batalhão de Polícia Militar para cada 15 municípios, concentrando um grande número de batalhões e guarnições especiais na região leste, sul e norte do estado de Santa Catarina, chegando a ter no sul um município, dois municípios com dois batalhões, enquanto em Chapecó, com 41 municípios, somente um batalhão da Polícia Militar, deputado Dirceu Dresch.

Quero citar outro exemplo. Temos o 27º Batalhão de São Francisco do Sul que atende a cinco municípios na região norte, com uma população de 105 mil habitantes; o 23º Batalhão de São Bento do Sul, apenas três municípios, com pouco mais de 126 mil habitantes; o 29º Batalhão de Araranguá, 15 municípios e 180 mil habitantes; e outros três municípios com 78 mil habitantes são atendidos pelo batalhão de Biguaçu.

Não estamos querendo dizer que essas regiões não merecem batalhões, segurança pública, guarnição, deputado Sandro Silva, o que está conquistado é lei, é garantia. Agora, por que no oeste temos essa discriminação tão gritante, onde estão acontecendo vários e vários assassinatos e homicídios?

Então, queremos reivindicar a partir desse estudo e projeto de lei que o estado de Santa Catarina garanta uma reconfiguração, uma reestruturação da segurança pública no nosso estado. Queremos garantir que o oeste de Santa Catarina tenha o mesmo direito e tratamento que outras regiões do estado.

É claro, se fizermos um estudo com relação à grande Florianópolis, ao vale, ao norte e ao sul do estado, todos estarão reivindicando mais segurança pública, nós sabemos disso, mas estamos numa situação muito desigual, temos em algumas regiões 41 municípios, um batalhão e meio milhão de habitantes.

Esse nosso projeto tem o objetivo de fazer esse desafio. Existe uma campanha muito bem feita, em Chapecó, pelas entidades empresariais, sendo que no dia 25 de fevereiro a cidade inteira vai parar, chamando atenção para vários assuntos da segurança pública, mas queremos o apoio da sociedade e dos deputados.

Mais uma vez parabéns pela luta dos trabalhadores da saúde.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Breves Comunicações o próximo orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. depu-

tados, todos que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio AleSC Digital, especialmente os trabalhadores do serviço de saúde do estado, quero dizer a vocês que ano passado discutimos um projeto do novo teto salarial de um grupo de servidores estaduais e ocupamos por várias vezes esta tribuna.

Na ocasião, dizíamos o seguinte: não somos contra alguém receber um bom salário, como, no caso, o teto do Tribunal de Justiça que é em torno de R\$ 26 mil por mês. O problema é que se paga para alguns R\$ 26 mil e para outros não se tem o mínimo de dignidade para pagar, como é o caso dos trabalhadores da área da Saúde do nosso estado.

Eu estou sempre junto nessa luta, como deputado, como sindicalista, e quero empenhar o nosso compromisso em ajudar nessa luta e cobrar do governador se não foi um dos temas centrais da sua campanha eleitoral a Saúde. Ele dizia que a primeira, a segundo e a terceira prioridade seriam a Saúde, mas infelizmente hoje não enxergamos isso na prática nos nossos hospitais e serviços públicos do estado.

Então, parabéns pela luta, pela organização e pela coragem, pois não é fácil um pai ou uma mãe de família parar de trabalhar. Ninguém gosta de fazer isso. Já participei de muitas mobilizações, de muitas lutas na minha vida, e ninguém gosta de fazer isso. Mas quando somos obrigados, quando não há mais jeito, não acertam as negociações, temos que fazer isso mesmo. É um direito que os servidores públicos do país conquistaram na Constituição de 1988.

A população catarinense precisa de atendimento, mas não a qualquer custo. Com certeza o povo compreenderá a luta de vocês!

Quero cumprimentar os nossos vereadores de Passo de Torres, o André Cardoso, o André Porto e o nosso companheiro de partido Jonas, pelo empenho na luta pelos pescadores e pelo próprio município, inclusive junto como prefeito municipal e toda comunidade organizada para discutir o desassoreamento do rio Mampituba, uma das grandes entradas do pescado daquela região e do município de Passo de Torres.

Sessenta por cento da receita daquele município vem da pesca, e estamos com um problema muito sério, porque as embarcações não conseguem mais entrar para descarregar os peixes. São em torno de 50 embarcações no município, o segundo maior porto de pesca do estado de Santa Catarina, portanto, um porto muito importante.

Já fizemos audiência pública naquele município e nesta Casa também com o ex-presidente Joares Ponticelli. O nosso colega deputado José Milton Scheffer tem participado ativamente dessa luta. E hoje de manhã estivemos com o secretário da Agricultura discutindo sobre recursos.

A prefeitura conseguiu a draga e agora estamos buscando recursos para fazer o trabalho de desassoreamento do rio.

Então, esperamos que de fato o secretário da Agricultura assuma o compromisso de fazer o convênio de R\$ 150 mil para ajudar aquele município a continuar se desenvolvendo, especialmente para ajudar os

pescadores e suas famílias que vivem dessa atividade, pois a maior receita vem da pesca.

Quero, então, reconhecer o empenho, essa luta e essa caminhada. Esperamos que agora tudo dê certo, pois já temos a draga, há o compromisso do secretário de viabilizar os recursos e precisamos viabilizar rapidamente a licença ambiental, principalmente neste momento polêmico quando a própria Fatma continua em greve. Então, vamos acompanhar de perto essa luta, essa caminhada do nosso município de Passo de Torres.

Quero também falar sobre passos importantes que temos dado nos últimos dias. E quero aqui valorizar e comemorar uma grande conquista que tivemos, pois já foi anunciada oficialmente a assinatura do repasse para a obra da BR-280, a ligação de Porto União. Por muito tempo essa rodovia era federal, voltou para o estado e agora nesses últimos anos estava abandonada, inclusive houve muitas mobilizações, especialmente no município de Irinópolis e Porto União. Fecharam a BR por um dia para federalizar a rodovia e agora está federalizada. Já temos um investimento muito importante em torno de R\$ 36 milhões para a recuperação daquela rodovia.

Então, participamos ativamente. Não consegui estar lá na última segunda-feira por outros compromissos, outras atividades, mas estive sempre lutando, sempre empenhado. Fizemos aqui muitas indicações, requerimentos endereçados ao governo do estado e ao secretário Cobalchini, solicitando a realização do projeto de repasse dessa estrutura, dessa rodovia, para o governo federal cuidar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Realmente foi um grande evento em Porto União, onde nós, da Assembleia Legislativa, aprovamos um projeto de lei federalizando a BR-280, entre Canoinhas e Porto União.

A ministra Ideli Salvatti estava presente, o governador Raimundo Colombo, deputados estaduais e federais estavam também presentes, numa grande solenidade.

É importante dizer que essa rodovia, para ser construída, foi estadualizada e, agora, para a sua manutenção, foi federalizada. É a primeira federalização na história de Santa Catarina, a primeira rodovia a ser federalizada.

Parabéns, deputado, sem dúvida nenhuma é uma grande conquista para o planalto norte.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado.

Além dessa parte que foi conquistada agora, já com investimentos na recuperação, nós temos mais outra grande tarefa, que é federalizar a rodovia 163, para ligar São Miguel d'Oeste a Itapiranga. É outra luta daquela região do extremo oeste que nós vamos estar sempre acompanhando de perto.

Por último, também quero destacar que no dia 20 de dezembro passou a vigorar um decreto. Tivemos uma lei apresentada por mim e pela deputada Luciane Carminatti, que isenta de ICMS a nossa pequena agroindústria familiar, quando ela entrega produtos para a

alimentação escolar e para o programa de aquisição de alimentos do governo federal.

Foram praticamente três anos de luta, de mobilização. Junto estiveram organizações da agricultura familiar e finalmente a equipe da secretaria da Fazenda, o governador Raimundo Colombo, reconheceu a importância dessas pequenas unidades que geram emprego, geram renda e mantêm a nossa agricultura familiar produzindo no meio rural.

Então, é mais um passo importante esse decreto que sai no dia 20 de dezembro e passa a vigorar. Algumas justificativas ainda precisam ser melhoradas no decreto, mas ele já vigora. Então, é mais uma conquista da nossa agricultura familiar, neste Ano Internacional da Agricultura Familiar, definido pela FAO, para que de fato este ano a agricultura familiar tenha espaço no seu papel de produzir alimentos para o nosso povo.

Sempre temos um ditado, pode faltar muita coisa na vida de uma pessoa, mas não pode faltar o alimento, a comida. E nós precisamos valorizar quem está lá na roça, neste sol de janeiro, neste calor, produzindo para não faltar alimento na prateleira do supermercado, para a nossa população brasileira consumir.

Então, esse reconhecimento também por essa luta, essa caminhada dos agricultores, o desafio para agregar valor, gerar emprego, gerar renda, especialmente produzir alimentos para as nossas crianças nas escolas.

E poderíamos aproveitar, sr. governador, para acabar com a terceirização da alimentação escolar, pois isso geraria muitas oportunidades e, com certeza, o reconhecimento da nossa agricultura familiar poder entregar os alimentos para as nossas escolas estaduais.

Hoje se entrega alimentos para as escolas municipais, mas os agricultores não têm essa mesma oportunidade de fazer essa entrega na alimentação escolar, nas escolas estaduais do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima.

Antes de conceder a palavra a v.exa., esta Presidência registra a presença nesta Casa, aqui de Florianópolis, do vereador Tiago Silva.

Seja bem-vindo!

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, com a licença do deputado Reno Caramori, que é o mais velho integrante da comissão e a quem cabe regimentalmente este chamamento, gostaria de lembrar aos parlamentares Carlos Chiodini, Moacir Sopela, Dirceu Dresch, Marcos Vieira e Darci de Matos que o deputado Reno Caramori se dispôs a instalarmos agora a CPI das Águas. Ela precisa finalmente ser instalada, e pedimos aos parlamentares que se apresentem e estejam aqui conosco.

Se me permite ainda, sr. presidente, saúdo as minhas colegas de categoria, como técnica de enfermagem que sou, pois já trabalhei no Hospital de Caridade e conheço aquela realidade, sei da luta que estão travando. Sejam bem-vindas aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar o pessoal do Hospital de Caridade, o pessoal da Saúde. Eu também sou médico, formei-me na Universidade Federal e estudei no Hospital de Caridade.

É uma pena ver o hospital, os trabalhadores nessas condições. É mais um motivo para aprovar aqui o projeto de lei de redução do duodécimo, que é o orçamento de todos os Poderes e que está em debate nesta Casa. Em 2013, teríamos o equivalente a R\$ 320 milhões para aplicar nos hospitais de Santa Catarina.

Portanto, sejam bem-vindos, porque aqui é a Casa, é o Parlamento deste debate.

Ontem disse nesta Casa, presidente deputado Padre Pedro Baldissera, quealaria hoje sobre a questão do Ministério Público. E estou aqui com o processo de dispensa de licitação do prédio da rua Bocaiúva.

Estou aqui e ainda não consegui analisar toda a Ação Civil Pública n. 23.12072772/3 proposta pelo Ministério Público, que é uma ação civil de crime ambiental naquele terreno, que o próprio Ministério Público abriu. Mas não vou falar disso hoje. Resolvi mudar um pouco, em decorrência da mudança e de algumas contrainformações que houve no site do Conselho Nacional de Justiça, deputado Reno Caramori, porque além da CPI das Águas, que a deputada Angela Albino tem encaminhado e discutido, e eu assinei, estamos pedindo a CPI do Ministério Público para apurar essas questões, porque por incrível que pareça nessa ação ambiental que eu não tinha notado ainda, deputado Valmir Comin, líder do PP, o acordo do Tribunal de Justiça foi no dia 7 de fevereiro, ou seja, na semana passada.

No entanto, o Ministério Público fez um depósito de R\$ 30 milhões no dia 19 de dezembro. Esse juiz não faz esse acórdão dando um milhão de luta para a empresa? Como ficaria a situação?

Então, isso é apenas parte. Porém, com a posição do Conselho Nacional do Ministério Público que tomou na segunda-feira estabelecendo por unanimidade a tirar de uma comissão processante para investigar Santa Catarina, deputado Gilmar Knaesel, estava no site na segunda-feira e na terça-feira sumiu. Aí apareceu lá: erramos. Porém, com uma justificativa que não convencia, deixava dúvida informação.

Ontem mesmo mantive contato com o conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior, que é quem tem me recebido em Brasília nas interlocuções que tenho feito. Ele disse-me: "Deputado, vou verificar, porque isso nunca aconteceu aqui." Aí ele me liga ontem, às 23h, dizendo: "Deputado, está indo para o ar o áudio e a gravação da sessão, porque veio alguém de Santa Catarina aqui que falou com não sei quem que no site mudaram o conteúdo da

sessão. Tentamos verificar, mas nessa hora não adianta achar culpado.”

Então, a comissão está instalada.

Gostaria de solicitar à assessoria que colocasse o vídeo de seis minutos do conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior, com parte do Conselho Nacional de Justiça.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Então, para que não haja mais dúvidas em relação a isso, está aí a posição por unanimidade do Conselho Nacional do Ministério Público. Isso que eu ainda não encaminhei ação civil pública, que estarei encaminhando também, porque acho que temos que esclarecer todos esses fatos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Parece-me que é oportuno deixar bem claro e evidenciado, com a compreensão do deputado Jailson Lima, para que não pare dúvida de que uma CPI proposta é uma coisa e CPI protocolada é outra. Para haver protocolo de pedido de CPI há que ter no mínimo 14 assinaturas, que até agora eu desconheço.

Então, só para ficar bem claro, existe uma proposta aventada de criação de CPI. Não há protocolo, porque para haver o protocolo há que ter 14 assinaturas. E sinceramente o que deu a entender no vídeo apresentado é que essa CPI teria sido proposta. Ela não foi protocolada. Não existe CPI e também não existem assinaturas até agora.

Então, só para deixar claro, na nossa concepção, não existe CPI protocolada sem as 14 assinaturas. Ela é uma intenção do deputado Jailson Lima, que eu respeito, mas, para ficar claro, ela ainda não existe.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, primeiramente, gostaria de esclarecer que o pessoal da Saúde que está presente neste plenário trabalha no Hospital de Caridade.

Tivemos também a informação de que a Justiça está determinando aos trabalhadores do Hospital de Caridade a manter 80% do atendimento, e parece que não existia 80% de atendimento nem antes da greve, porque o hospital não está funcionando direito.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edson Andrino, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON ANDRINO - Sr. presidente, gostaria de fazer referência aos funcionários do Hospital de Caridade, provavelmente o primeiro hospital do estado, que tem uma bela história de atendimento à população não apenas da capital, mas de toda Santa Catarina.

Quanto a essa greve, espero que se chegue a um denominador comum, que os funcionários possam ser atendidos nas suas reivindicações, porque tenho certeza de que o serviço prestado pelo hospital é muito importante para a população catarinense.

Tive a oportunidade, quando fui prefeito, sr. presidente, de fazer o levantamento do acervo histórico do hospital. V.Exa. não tem ideia da importância que teve esse hospital para a colonização e a história da capital dos catarinenses.

Por isso, quero cumprimentar todos os servidores e servidoras. Sei da dificuldade do trabalho de vocês, das suas reclamações e das suas reivindicações no que diz respeito à questão salarial.

Mas, sr. presidente, volto à tribuna para falar sobre o mesmo assunto: Ministério Público.

É um assunto até desagradável, pois é um Poder que tem uma importância muito grande no Brasil. Eu tenho o maior carinho, o maior respeito pelo Ministério Público, pelos promotores, pelos procuradores.

Eu já disse ontem, mas vou repetir: Em Brasília, por várias vezes houve iniciativas de tirar o poder do Ministério Público, e eu sempre me manifestei e votei contra.

O Ministério Público tem dado exemplo da sua importância, defendendo a justiça, defendendo o cidadão, mas ninguém, neste país, está acima da lei. Ninguém! Ninguém nesta Casa, nem os desembargadores, nem os ministros do Tribunal de Contas, nem o presidente da República. Todos têm que responder pela legislação.

O Ministério Público tem tomado iniciativas importantes, neste país, mas também tem errado, como nós erramos. O Ministério Público é composto nos seus quadros por figuras humanas que acertam e erram.

Eu já assinei a CPI, deputado Gelson Merisio. Não é contra a instituição do Ministério Público, é para investigar um fato que eu considero esquisito.

Fico até perplexo com a história do prédio que se comprou.

Vejam v.exas. que o próprio Ministério Público, o promotor, nas questões ambientais, embargou o desmatamento da área, porque estavam tirando árvores e tinham desviado o curso do riacho que por ali passava. Estabeleceu uma multa, deputada Luciane Carminatti, de R\$ 100 mil para a Floram, porque havia desmatado aquela região. Logo em seguida, quase um ano depois, o Ministério Público fez um acordo judicial com o proprietário do imóvel, com a prefeitura, com a Floram, com a Fatma, fez um acordo e antes de homologar esse acordo o Ministério Público comprou o prédio, o “pseudoprédio”, entre aspas, porque não tem prédio. Ele comprou um

prédio que ia ser construído e já adiantou R\$ 30 milhões para a empresa que vai construir, sem o acordo judicial ter sido homologado.

O acordo judicial foi homologado agora, em fevereiro, mas o pagamento já foi feito no ano passado. Alguma coisa está errada.

Todos os anos o Ministério Público vem a esta Casa e faz um relatório de uma série de atos e decisões, iniciativas importantes para Santa Catarina, para a população, para o cumprimento da legislação, do Judiciário. Só que na realidade também está cheio de exemplos em que o Ministério Público errou. E o pior erro do Ministério Público é quando eles não denunciam. Eles já julgam antecipadamente. Eles já sentenciam.

Quem não se lembra daquela família de São Paulo que era dona de uma escola e foi denunciada pelo Ministério Público por pedofilia. Fecharam a escola! A família praticamente se acabou, ficou traumatizada, com problemas psicológicos, depressão etc.

Depois ficou comprovada, deputada Luciane Carminatti, que a família era inocente. Isso quer dizer que erraram.

Também tem o caso do ministro da Saúde, não lembro o nome, mas denunciaram o ministro por compra de guarda-chuva e por compra de bicicleta. E a *Rede Globo* pegou pesado no caso do ministro da Saúde, detonou a vida do ministro politicamente. Ele era de uma cidade do interior do Paraná e nunca mais se elegeu a nada, porque homem público depende da sua imagem. E o Ministério Público estava errado.

O Ministério Público erra e acerta. O que não pode é execrar as pessoas antes de serem julgadas, porque a pior pena é a execração pública. É muito pior do que qualquer cadeia. Então, primeiro, deixa ser julgado. E não estou aqui defendendo ninguém, se tem culpa ou não, mas todos têm o direito à defesa. E quando assinei essa CPI, quero deixar bem claro, não o fiz como represália a qualquer iniciativa do Ministério Público, não. No ano passado já havia dito, nesta Casa, quando levantou essa questão o deputado Jailson Lima, que iria assiná-la. E até esperei, já que faz uns três meses, que o Ministério Público viesse explicar a compra desse terreno, desse prédio que não existe ainda. Mas até agora não vi nenhuma explicação, porém se vierem aqui e explicarem, convencerem que não tem irregularidade, retiro a assinatura.

Fui prefeito desta cidade. Se comprasse um prédio ainda não construído ou que viria a ser construído, pagasse R\$ 30 milhões adiantados para fazer a sede da prefeitura, aqui, na capital, não tem sede, sob a alegação de que o prédio era importante, que tinha feito uma tomada de preços, consultado algumas imobiliárias, como ficaria isso?

Tenho 36 anos de mandato e 47 de vida pública, mas apenas respondi a um processo na vida. Sabem por quê? Porque contratei 43 pessoas durante o período eleitoral, como merendeiras, auxiliar de enfermagem para postos de saúde que inaugurei e que tinha que fazer funcionar. E depois quando saí da prefeitura acabei recebendo um processo porque não poderia contratar em período eleitoral. E respondi a

esse processo porque virei deputado federal, o foro passou a ser o Supremo. Passaram-se 14 anos em Brasília, e na lista dos processados estava o nome de Edson Andriano por improbidade administrativa.

O povo não sabe o que é improbidade administrativa. Mas você entra no rol de bandidos. Deixei de ser federal, foi arquivado o processo, mas durante 14 anos fiquei preso ali por causa disso.

Eu não estou dizendo com isso que o Ministério Público esteja errado naquilo. O que queremos é o esclarecimento. Esta Casa, a população, quer o esclarecimento, porque ninguém, reafirmo, está acima da lei. Todos têm que responder. Agora, sou contra tirar poderes do Ministério Público. E o que não pode acontecer é julgar, execrar as pessoas antes de terem o direito à defesa, como aquele caso de São Paulo que citei da família proprietária de uma escola.

A excreção pública é pior do que uma cadeia. Por isso, tem que se ter cuidado, pois hoje está nos jornais que tem um prédio aqui ao lado da catedral, que é um estacionamento, e esta cidade precisa disso, que o Ministério Público embargou, e parece que hoje o liberaram temporariamente, porque foi feita uma licitação no período de Carnaval, meio às pressas, cheia de suspeita, mas não sei se tem ou não problema, até pode ter. Mas o Ministério Público embargou o prédio que está sendo construído numa área pública.

Foi feita uma concessão por 30 anos, prorrogáveis pelo mesmo período. E espero que o Ministério questionou a validade, a honestidade da licitação acertadamente. Agora, e o do Ministério Público que nem licitação teve? Então, daqui a pouco vem o promotor aqui ou o procurador e explica para esta Casa, para a população, dizendo que comprou porque é mais barato, por isso e por aquilo.

Agora, quem já administrou a coisa pública, como eu e vários aqui que já foram prefeitos, sabe da dificuldade que é. E às vezes não tem imoralidade, mas tem questão de legalidade. E o prefeito paga um preço caro por às vezes cometer uma ilegalidade que não envolve moralidade.

Então, não estamos aqui para fazer isso a ninguém e muito menos a uma instituição que tem a importância que tem. Não é contra a instituição, mas ela é feita de homens e de pessoas. E as pessoas também erram e têm o direito de no mínimo explicar que não estão erradas.

Por isso, assinei esta CPI e espero que esta Casa, sem nenhum tipo de outra conduta, de outra postura, possa esclarecer junto com o Ministério Público. Quem é que liderou acertadamente o movimento contra a corrupção no estado de Santa Catarina, que teve repercussão em todo o Brasil e no exterior? Foi o filho de um companheiro nosso, Martinho Herculano Guizzo. Seu filho é Promotor de Justiça e liderou, e ainda lidera, o movimento contra a corrupção. E é bom que faça isso.

Então, estamos aqui deputados para que estas coisas sejam colocadas nos seus devidos lugares.

Quero dizer aos deputados e a todos que me ouvem que não é represália por nada,

mas vamos apurar, e espero que não tenha nenhum tipo de irregularidade.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu também não poderia deixar de cumprimentar os funcionários do Hospital de Caridade presentes nesta Casa, pedindo a solidariedade deste Parlamento para intervir na abertura do canal de negociações com aquela entidade.

Quero dizer que o Parlamento é solidário às suas manifestações. São esses funcionários que fazem milagres neste Hospital, para manter esta instituição.

Por isso, é muito importante dizer que é a parte da enfermagem, a parte da copa. Os servidores que atuam neste Hospital vieram aqui pedir solidariedade, e sei que todos nós deputados e deputadas somos solidários a esse movimento, mas com uma preocupação, aqui está uma parte dos funcionários, mas sabemos que o grande problema ainda persiste, por falta de funcionários nesta instituição, principalmente na área de Enfermagem, que são os técnicos e os enfermeiros.

Quero dizer que não é só uma questão salarial, mas é questão que com o que recebem esses funcionários no seu dia a dia é uma humilhação. E esse assédio moral é o mais grave. Por isso eles estão aqui reivindicando.

(Palmas)

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Só quero informar a todos os trabalhadores e trabalhadoras do Hospital de Caridade e ao Sindicato da Saúde que estão aqui que todos os líderes presentes nesta sessão assinaram em favor que eles possam fazer uso da palavra por dez minutos, depois da Ordem do Dia.

Então, quero informar e dizer que permaneçam no local e que a Assembleia Legislativa democraticamente vai abrir espaço para a manifestação dos trabalhadores e trabalhadoras do Hospital de Caridade.

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Como é de costume, logo após a Ordem do Dia estaremos oportunizando para que os trabalhadores possam se manifestar na tribuna desta Casa.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, eu estava vendo a nossa pauta de votação do dia de hoje e não está incluída ainda uma emenda constitucional de autoria do deputado Joares Ponticelli, emenda substitutiva global da comissão de Finanças e Tributação, que regulamenta o Orçamento Impositivo no que diz respeito especialmente ao Orçamento Regionalizado.

Essa matéria não foi votada no final do ano e é necessário a sua inclusão na pauta. Inclusive já conversei com o deputado Joares Ponticelli, que no momento não está presente, porque já vamos iniciar a tramitação na Casa, na comissão de Finanças e Tributação, a questão do Orçamento Regionalizado para este ano, para também o Poder Executivo se adequar à mudança, se ela for aprovada.

Portanto, solicito que essa emenda seja incluída na pauta do dia de hoje, como um dos autores do substitutivo global, para que possamos deliberar. É uma emenda constitucional que trata sobre do Orçamento Impositivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado Gilmar Knaesel, a assessoria já está fazendo a busca da matéria e dentro da possibilidade de haver quórum atenderemos ao seu pedido.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Quería falar também que em nome da bancada do PSDB solidarizo-me com os funcionários da área da Saúde que estão presentes nesta sessão do Hospital de Caridade. Eles são merecedores da nossa atenção. Inclusive já passei por este hospital e sei da qualidade do trabalho profissional que esses servidores prestam a toda sociedade.

Parabéns a todos.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação, agora, sim, ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, estimados catarinenses, trago um assunto que julgo fundamental para Santa Catarina, mas antes de abordar este tema não poderia deixar, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, de cumprimentar os trabalhadores presentes da Irmandade Senhor Jesus dos Passos, o imperial Hospital de Caridade. Quero me solidarizar com essa luta, com essa reivindicação de vocês, dizer que assinamos o requerimento em nome da nossa liderança, juntamente com os demais líderes que subscreveram, para que os representantes de vocês possam usar a tribuna para explicitar para Santa Catarina as reivindicações. E colocamos a nossa bancada à disposição para ajudar nas conversações, naquilo que for possível. Então, em nome da nossa bancada tenham a nossa solidariedade e o nosso apoio.

(Palmas das galerias)

Sr. presidente, trago para esta Casa um assunto extremamente importante para

Santa Catarina, que diz respeito direta e indiretamente a todos nós, que é a avicultura catarinense.

(Passa a ler.)

“A avicultura industrial brasileira nasceu em território catarinense e vem sendo uma grande marca no estado desde o final dos anos 60. O sistema busca levar tecnologia de genética, produção, manejo e além de tudo, oportunidade para o produtor rural.

Santa Catarina já foi o maior produtor e exportador de frango do Brasil. Entretanto, esse posto já não pertence mais a nós catarinenses. Hoje a liderança nesse setor está nas mãos do estado vizinho, o Paraná e com isso, sofremos uma crise de competitividade que ameaça uma das mais avançadas cadeias produtivas do país.

De acordo com dados da Associação Catarinense de Avicultura, a ACAV, Santa Catarina exporta carnes para mais de 150 países, com destaque para os mercados da Europa, Oriente Médio e Ásia. O estado também é pioneiro na produção e importação de carne de frango.

No entanto, alguns fatores vêm desafiando as atividades do setor, tais como a escassez do milho, a falta de mão de obra, o alto custo da produção e também os incentivos fiscais oferecidos por outros estados, como o Paraná e o Rio Grande do Sul.

Então, vemos aí uma questão a ser analisada, a ser trabalhada, na questão dos incentivos fiscais.

Os efeitos resultantes do impacto dessas questões já se fazem notável. Embora a participação de Santa Catarina no abate de frango de corte no Brasil seja sim relevante, (representa 17,63%), o estado sofreu uma retração de 10% na produção e de 9% na exportação em 2012. Houve também outra redução de 7,75% nas vendas externas em 2013. O motivo? Paraná e o centro-oeste brasileiro estão atraindo os investimentos em novas plantas industriais.

Atualmente a cadeia produtiva da avicultura tem mais de 10 mil avicultores produzindo e empregando diretamente, 40 mil pessoas. Indiretamente esse número sobe para 100 mil pessoas empregadas.

Apesar desse cenário de potencialidades, outras questões também preocupam e de certa forma prejudicam a produção, como o sistema rodoviário catarinense. Esse sistema se encontra extremamente debilitado porque as rodovias vicinais, estaduais e também as federais se encontram em péssimo estado. Todos nós sabemos disso.

Infraestrutura ferroviária é outra necessidade urgente. O oeste catarinense importa perto de três milhões de toneladas ao ano em grãos vindos do centro oeste brasileiro. Mais de 50% do custo dos grãos pode ser atribuído à logística. Uma saca de milho que custa R\$ 13,00 no Mato Grosso chega à Santa Catarina custando R\$ 26,00. Também não existem ferrovias ligando o oeste catarinense aos portos, criando gargalos rodoviários e elevando os custos para a entrega dos produtos à mesa do consumidor.

Em todo estado catarinense existem centenas e centenas de agricultores que

investem na avicultura, principalmente na região oeste e a situação está bem complicada. Até pouco tempo atrás o avicultor era visto como aquele produtor estabelecido financeiramente, não gerava muita preocupação, era um produtor estruturado. Hoje, no entanto, os altos investimentos exigidos pelas empresas e a baixa remuneração mudaram este cenário. A remuneração estacionou e não tem recebido reajuste há muito tempo.

Para poder fazer todos os investimentos necessários, muitos produtores rurais fazem financiamentos, mas devido à baixa remuneração não conseguem quitar essa dívida. Os que conseguem, precisam agregar outras atividades à lista para poder bancar o aviário. Hoje se estima que 95% dos produtores de aves recebem abaixo do custo da produção.

Uma ação imediata para aliviar esse cenário ruim seria o pagamento mais justo pelo lote de frangos. No entanto, outras ações como já citamos, se fazem necessárias.

Fiz questão de falar sobre o ponto de vista da infraestrutura das agroindústrias para dizer que aquilo é fundamental, mas trazemos à tona o sofrimento das famílias dos avicultores, dos agricultores que estão pagando para produzir os alimentos que chegam à mesa dos catarinenses.

O preço dos insumos subiu e o custo para a execução de um lote está muito alto. O endividamento é muito grande, e vemos um cenário de megaprojetos, com altos investimentos e, como já citamos, baixa remuneração.

Além de todos os agravantes já mencionados, hoje, uma das maiores barreiras para o sucesso de um lote é a do serviço prestado pela Celesc. A mortalidade de frangos devido ao sucateamento das redes elétricas é extremamente alta. O fornecimento de energia está prejudicando muitos produtores e desestimulando a atividade.

Está aqui uma nota no jornal e a foto de um produtor que perdeu cinco mil frangos no seu aviário por falta de energia elétrica. Além da baixa remuneração, do sofrimento para a produção dos alimentos, agora essa perda drástica.

Já desestimulado o agricultor desiste e muda de atividade. Mas logo alguém substitui esse que desistiu, e novamente entram no cenário os megaprojetos com altíssimos investimentos realizados muitas vezes através de financiamentos.

Percebe-se uma tática de desestímulo direcionada principalmente àqueles agricultores que estão longe das rodovias, de certa forma privilegiando um pouco, prevalecendo os melhores localizados.

Por isso, fizemos questão de falar das rodovias também. O fortalecimento da nação e também do nosso estado exige uma agricultura pujante, moderna e acessível a todos, ao mesmo tempo permitindo ao agricultor sobreviver e ter a sua renda.

Vejo que precisamos viabilizar metas para manter e melhorar o sistema de produção atual, aperfeiçoando a infraestrutura logística de Santa Catarina através de ferrovias, modernização de portos, recuperação de estradas e manutenção da liderança na produção e exportação. Mas, somado a tudo

isso, fundamental mesmo é a valorização do avicultor, sem o qual esta produção não existiria.”

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado Gilmar Knaesel, v.exa. ponderou em torno da emenda constitucional que trata da questão do Orçamento Impositivo, que v.exa. assina juntamente com o deputado Joares Ponticelli. Na busca feita pela assessoria da Casa, constatou-se que este Parlamento votou, até então, a admissibilidade da matéria, havendo portanto a necessidade de passar pela comissão de Mérito, comissão de Constituição e Justiça. Nós só votamos a admissibilidade, de acordo com o levantamento feito.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, vamos também dar uma olhada nos autos, mas acredito que já esteja mais avançado, já esteja pronto para ir a Plenário para votação do mérito. Mas me proponho a dar mais uma olhada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Enquanto há tempo para a Ordem do Dia, a assessoria fará uma nova busca.

Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amigos da TVAL, público que nos assiste.

Saúdo a todos os servidores do Hospital de Caridade. Sejam bem-vindos a esta Casa, vocês que fazem um grande trabalho, que prestam um grande serviço, não só à sociedade catarinense, também a toda sociedade brasileira.

Vocês têm a nossa solidariedade e, na condição de líder e em nome da minha bancada, nos colocamos à disposição para, dentro daquilo que estiver ao nosso alcance, sermos úteis.

Bem-vindos a esta Casa.

(Palmas)

Sr. presidente, antes de iniciar o meu discurso, gostaria de saudar, com muita satisfação, a presença da vereadora Lilian, lá de Meleiro, que hoje ocupa a pasta da Ação Social naquele município. Seja bem-vinda a esta Casa. É uma satisfação tê-la conosco.

Sr. presidente, falo de um assunto recorrente.

(Passa a ler)

“Começamos este ano de 2014 revivendo um velho grave problema: os apagões de energia elétrica, um fantasma bem real que sempre volta a assombrar o país. Tanto que parece não causar tanto impacto quanto causava antes na população, mas que aumenta de forma drástica, cada vez mais, os enormes prejuízos à economia nacional.

O mais recente, que prejudicou a vida de pelo menos seis milhões de brasileiros e causou enormes danos a 11 estados do sul, sudeste e centro-oeste, teria sido causado por um curto-circuito numa linha de transmissão no

estado do Tocantins. Autoridades apressaram-se em dizer que não se tratava de problemas com capacidade dos reservatórios das hidrelétricas, como se isso fosse um alívio. Porque, se os reservatórios estivessem com seus níveis reduzidos, o quadro aí seria realmente um caos. Conforme avaliam especialistas no setor energético, problemas com esse curto-circuito revelam que os investimentos são menores do que a necessidade da rede de transmissão e distribuição, resultado de anos sem investimentos adequados.

Por isso, equipamentos antigos, às vezes sem manutenção adequada, não suportam o forte aumento do consumo. De 2000 para cá, o uso de energia pelos brasileiros subiu 35%.

Por inúmeras vezes, temos insistido na necessidade urgente de ser adotado um novo modal energético que libere o país dessa condição de refém de um único sistema - o hidrelétrico, sujeito ao bom humor da natureza, mesmo que o problema no momento seja o da precariedade do sistema de transmissão e distribuição de energia que teria levado a alto custo-circuito, conforme especialistas na área. É oportuno que voltemos a enfatizar a necessidade premente de aproveitar o grande potencial do nosso carvão mineral, pois não podemos depender apenas das hidrelétricas.

Para se ter uma ideia do quanto as termelétricas são necessárias, basta dizer que elas formam o plano "b" sempre que as chuvas se tornam escassas e se vislumbra o risco de apagão. Há um ano houve queda na capacidade dos reservatórios o que levou o governo a voltar-se às termelétricas, e a operadora nacional do sistema informou que as termelétricas, na oportunidade, trabalharam na sua capacidade máxima de geração para evitar o pior, caso os reservatórios das hidrelétricas voltem cair de nível.

O mais recente apagão precisa servir de alerta, segundo admite a Agência Nacional de Energia, pois só nos últimos três anos o tempo médio que os brasileiros ficaram sem luz subiu para quatro horas. Além dos grandes blecautes, julho de 2001 e 22 de setembro de 2002, houve outros dez apagões, notadamente entre os anos de 2005 e 2013. Levantamento recente do jornal *O Estado de São Paulo* dá conta de que dos seis maiores blecautes ocorridos no mundo desde 1965, a metade, ou seja, 50% ocorreram no Brasil.

O Tribunal de Contas da União decidiu fazer um estudo em 2009 sobre quanto estariam custando ao país esses apagões e chegou à conclusão de um rombo no Tesouro Nacional superior a R\$ 45 bilhões, deputado Kennedy Nunes.

É preciso lembrar que a partir do grande apagão de 2001, o governo federal despertou momentaneamente para a necessidade das termelétricas e determinou a elaboração de um programa preventivo de investimentos voltado a uma rede de usinas termelétricas movidas a gás, carvão e óleo combustível que não dependem do ciclo das águas, seria, conforme o programa, para dar *back-up* em época de secas, complementando o sistema. Mas esse programa não conseguiu dar a verdadeira dimensão do potencial das

termelétricas que ainda vem como apenas plano "b", potencial que tem na região sul do país as suas maiores reservas.

Apenas a título de curiosidade: a primeira usina elétrica instalada no Brasil, em 1833, na cidade de Campos, Rio de Janeiro, era uma termelétrica, surgindo depois as hidrelétricas.

Faço questão, sr. presidente, de ressaltar em voz alta e em alto bom tom de ser recorrente nesta tribuna, justamente porque estamos na verdadeira iminência de um risco de apagão no Brasil. Por mais que o governo federal desminta esta situação o próprio ministro Edison Lobão admitiu que há um risco mínimo, sim.

Imagine se o governo que é o responsável por toda essa situação admite que há um risco mínimo. Qual o risco que estamos correndo? Energia mais cara é aquela que não existe. Temos no subsolo catarinense, paranaense e gaúcho 32 milhões de toneladas de reserva de carvão mineral que poderiam suprir, sr. presidente, durante 50 anos. São 322 mil barris de óleo 4 A que importamos da Nigéria para fazer o *blend* nacional. Isso significa um terço da demanda de consumo do país, que temos aqui no subsolo catarinense e gaúcho.

Poderíamos ter um grande pólo petroquímico gerando dezenas de milhares de oportunidade de emprego e renda ao nosso povo, à nossa gente. Cabe, sim, uma ação política, pois quem faz a pasta é o titular.

Por isso, esperamos, a partir de março, no novo leilão da Eletrobras, a permissão da geração de energia a partir do carvão no sistema integrado nacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

O SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Tinha me preparado hoje para tratar de uma PEC que nós apresentamos sobre o ISS aqui em Santa Catarina, mas vou tratar do tema em outro momento, em respeito às pessoas que estão conosco aqui hoje.

Sou da área da Saúde também, sou técnica em enfermagem, aliás, do tempo do Coração de Jesus. E como técnica em enfermagem muitas noites passei no Hospital de Caridade e sei das condições e do papel que os profissionais da área desempenham.

Por isso, sr. presidente, ocupo a tribuna no dia de hoje no intuito de que esta Casa também possa ajudar nas negociações. Sei disso, porque sou sindicalista, muitas greves fiz na vida e sei que muita gente não compreende o quão difícil é fazer uma greve, o ato de coragem que é fazer uma greve. Às vezes até a nossa família não aceita que estejamos lá, mas estamos lutando pelo que acreditamos. Às vezes não é nem pelo que se acredita, às vezes é até para ter direito de pagar nossas contas no final do mês, de mandar nossos filhos para a escola.

Eu tinha convicção de que devia tratar essa conversa num certo patamar, mas

estou convicta de que esta Casa deve entrar nesse debate. Uma das pessoas que estava aqui conosco nos disse que a diretora-geral do hospital disse que o que vocês fazem um caminho de baiano faz. E quero avisar à diretora-geral que isso é crime no Brasil. Nós respeitamos os trabalhadores do Brasil inteiro e também os baianos que muito construíram a riqueza da cidade de onde ela vem inclusive. É bom que ela saiba que sabemos disso.

Portanto, acho que quem usa uma expressão dessa não tem noção do que é segurar a mão de um paciente acamado, dar banho de leito em alguém que já perdeu quilos com a doença, tentar furar uma veia de alguém que já está tão doente que sabemos o quanto dói mais aquele procedimento. Enfim, as pessoas que lidam todos os dias na área da Saúde sabem o que de verdade a imensa dedicação que é preciso para esse ofício. E, portanto, a expressão infeliz que a diretora usou, para meu assombro, numa reunião com os trabalhadores, mostra que de fato ela não está preparada para fazer esse debate.

Por isso, a Assembleia Legislativa, através da comissão de Trabalho, está consciente do papel que tem na Saúde do estado de Santa Catarina, não só de Florianópolis. A história do Hospital de Caridade se constrói todos os dias não só com diretores-gerais, mas com o que faz a limpeza, com o que trabalha na lavanderia, o auxiliar de enfermagem, enfim, os outros vão passando e indo embora.

Por isso, sabemos que é preciso abrir essa negociação, no sentido de os trabalhadores serem tratados com respeito nessas reuniões. E quero dizer que aqui não vamos tolerar esse tipo de adjetivação para os trabalhadores que todos os dias fazem esse serviço.

Se vocês acharem que esse é o caminho, a Assembleia se dispõe a chamar aqui os dirigentes do Hospital de Caridade. Se vocês acharem que esse é o caminho, a gente se dispõe a ir ao hospital falar com os dirigentes, porque tem muita gente que nem sabe o que o preposto faz.

Duvido que vários integrantes dessa irmandade secular em Florianópolis, que é a Senhor dos Passos, tolere que se fale assim com vocês, como foi relatado para meu assombro aqui. Portanto, manifestamos a nossa solidariedade, apoio e compromisso. Tenho a convicção, por outras batalhas que vi aqui, de que o sindicato de vocês é uma entidade capaz de guiá-los nesse duro momento, que é a conquista de direitos.

Não desistam! Nós construímos história dessa forma. Não existe um direito que tenha sido conquistado em algum lugar do planeta que não seja com luta. Não desistam!

Muito obrigada!

(Palmas das galerias.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0037/2014, de autoria do deputado Darci de Matos; 0038/2014, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0039/2014, de autoria do

deputado Mauro de Nadal; 0040/2014, 0041/2014, 0042/2014, 0043/2014, 0044/2014, 0045/2014 e 0046/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0047/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica, igualmente, que defere de plano os Requerimentos n.s: 0056/2014, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0057/2014, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0058/2014 e 0059/2014, de autoria do deputado Darci de Matos; 0060/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0061/2014, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0062/2014, 0063/2014, 0064/2014 e 0065/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0066/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Requerimento n. 0055/2014, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita ao presidente da Celesc informações referentes à compra do terreno situado no bairro Encantada, município de Garopaba, onde será instalada uma subestação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0004/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, manifestando apoio à prisão e célere averiguação dos fatos e julgamento do prefeito de Coari, e demais membros associados para o fim de exploração sexual de menores.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0005/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e demais autoridades, manifestando apoio à nota oficial da direção nacional do Partido dos Trabalhadores, repudiando declarações do Ministro Gilmar Mendes que colocou em dúvida a solidariedade dos militantes, filiados e simpatizantes do partido.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação n. 0009/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes à contratação da consultoria Roland Berger.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Como é de praxe nesta Casa, todas às vezes que cidadãos catarinenses solicitam a oportunidade de fazer aqui a sua manifestação, hoje iremos suspender a sessão para ouvir o sr. Pedro Paulo das Chagas, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde Público Estadual e Privado de Florianópolis e um representante dos trabalhadores do Hospital de Caridade.

Está suspensa a sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Deputado Narcizo Parisotto - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Narcizo Parisotto.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Eu quero registrar a presença, nesta Casa, do prefeito de Governador Celso Ramos, nosso colega de partido, Juliano Duarte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Casa também deseja boas-vindas ao prefeito.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Neodi Saretta, com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, tratarei de dois temas. E o primeiro é sobre a PEC que estamos protocolando e que envolve o ISS dos municípios. Vários parlamentares aqui são ex-prefeitos e sabem melhor que qualquer outro das dificuldades que vivem as arrecadações dos municípios.

Numa pesquisa realizada pelo meu gabinete, identificamos que há no Brasil já de longa data a permissão legal para que a arrecadação de ISS oriunda de cartão de crédito seja feita no município onde a compra ocorreu, deputado Darci de Matos. E, portanto, podemos gerar uma nova fonte de renda para os municípios, que não vai onerar os contribuintes, mas trazendo um reforço de caixa. Quero convidar todos os srs. parlamentares para conhecê-lo devidamente e apresentaremos na Fecam esse projeto.

Hoje, os cartões de crédito são largamente usados em todas as compras. E o nosso projeto vai ao esteio do que já consolidou a jurisprudência do STJ em torno do local da tributação.

O que é que as empresas fazem hoje? Em geral, elas estão sediadas em São

Paulo, abrem um escritório meramente informal em algum município pequeno que acaba tendo os benefícios tributários. Assim, o que estamos propondo aqui nada mais é do que adequar a legislação ao que o STJ já consolidou e que outros estados têm procedido. E os municípios terão acesso a uma nova fonte de renda. Em particular, com os parlamentares que já foram prefeitos gostaria muito de dividir e compartilhar esse projeto de emenda constitucional, pois tenho a convicção que pode incrementar a receita dos pequenos municípios catarinenses.

Também ocupo a tribuna, hoje, para me manifestar um pouco sobre este momento que a Casa vive em torno da discussão do papel do Ministério Público. Tenho convicção de que não protege essa instituição fazermos vistas grossas a eventuais fatos que precisem de nossa análise, como alguns que foram mencionados aqui. Também tenho a convicção de que não protege o Ministério Público deixarmos de cobrar essa instituição que permitiu vazamento de informações de um processo que corre em sigilo de justiça, enfim, não protege o Ministério Público fazermos de conta. Mas esta Casa não pode também tratar o Ministério Público como adversário.

O Ministério Público em particular, para nós da esquerda, muitas vezes foi o único socorro que encontramos contra a arbitrariedade, para garantir direitos fundamentais. Tenho a impressão de que o desejo de todos nós é defender a instituição Ministério Público. E se assim é o nosso desejo, devemos por um lado, claro, não fazer de conta que não vemos o que eventualmente consideramos equivocado e tratar do tema dessa forma, mas não podemos, e tenho convicção que muitas vezes que até a nossa pouca experiência nos leva a cunhar os fatos de uma expressão equivocada, mas não podemos dizer aqui que vamos entrar com uma CPI para investigar o Ministério Público. Não existe investigar o Ministério Público.

Nós devemos investigar fatos que vulnerem essa instituição que é uma conquista do povo brasileiro, que foi consolidado na Constituinte de 1988 exatamente para fortalecê-lo. Assim como na Magistratura tem maus juízes, assim como nos Parlamentos tem maus parlamentares, como no Executivo tem maus gestores públicos, também no Ministério Público deve ter os seus integrantes que não merecem essa condição. E aí no Judiciário temos que combater o mau juiz; nos Parlamentos, combater o mau parlamentar; na gestão pública, combater o mau gestor; no Ministério Público, combater o mau integrante dessa instância jurídica do país.

Agora, à guisa disso, não também podemos fazer que é o Ministério Público o problema, porque senão estaremos fazendo uma disfunção institucional. E essa preocupação e inquietação temos vivido nos últimos dias.

Concordo que devemos nos debruçar sobre fatos, mas tenho convicção de que precisamos dosar o que falamos, porque sou de carreira jurídica, sou bacharel em Direito e conheço muita gente séria que foi meu colega, que foi minha colega, que estudou muito para virar integrante do Ministério Público, que é correto, que tem a sensação de fazer justiça,

que acorda todos os dias com a disposição de fazer justiça. Então, quando falamos Ministério Público, estamos também falando desses. E desses, em particular os que estão na ponta, tenho convicção de que a imensa maioria são pessoas que merecem o nosso respeito, mais do que isso, merecem a proteção institucional da Assembleia Legislativa. Conduzir o debate de forma a parecer que há uma contradição entre a Assembleia Legislativa e o Ministério Público, é para nós um caminho tortuoso, porque é parte da democracia defender os Paramentos, é parte da democracia defender o Ministério Público, é parte da democracia defender a gestão pública. É esse o equilíbrio que temos que ter.

Eu lamento que no Brasil às vezes vemos os Poderes como uma coisa uniforme. Então, todo político é corrupto e todos que estão aqui são ruins ou todos que estão aqui são bons. Essa forma cartesiana de ver o mundo certamente é equivocada. Na profissão de meu pai tem bons e maus pedreiros, na profissão de meu filho que hoje estuda para ser médico tem bons e maus médicos.

Entre os políticos há bons e maus políticos. No Ministério Público tem bons e maus integrantes. E se esta Casa não tiver o discernimento de separar o que é uma coisa do que é outra, vamos ter muita dificuldade.

Relembro a questão das mulheres, por exemplo, de uma colega que socorremos. Ela é integrante do movimento que está aqui. E fez falta o fato de o estado de Santa Catarina não ter Defensoria Pública à época, aliás, na verdade, continuamos não tendo.

Eu sou do Ministério Público. E as pessoas se referenciam nisso, portanto, a opinião do PCdoB que expresso aqui é de defesa do Ministério Público, e defender o Ministério Público é com a mesma justiça também defender os que agem bem dentro do Ministério Público e ser implacável com quem age mal dentro do Ministério Público. Para nós não pode a pessoa se sobrepor à instituição, porque senão com tantas críticas, e muitas até justas, sobre as pessoas que têm mandatos, vamos dizer que é tudo ruim. Então, esse é o caminho antidemocrático, porque o caminho da democracia é fortalecer as instituições e atacar os pontos onde achamos que devemos atacar.

Por isso, a decisão do PCdoB sobre a questão envolvendo a CPI do Ministério Público é que não vamos compartilhar de uma CPI que pretenda vulnerar o Ministério Público; se for tratada na perspectiva de ir contra o Ministério Público, não vamos participar. Se a decisão for uma CPI, ao contrário, para defender o Ministério Público, apontando erros, como é o nosso dever constitucional, e como é dever do Ministério Público também apontar os erros desta Casa, certamente seremos coparticipes.

Queremos defender o Ministério Público, e defendê-lo também é apontar os seus erros, é ser intolerante com os seus erros, mas de forma alguma é vulnerar a instituição em si. Essa instituição, para nós do PCdoB, muitas vezes foi porta voz das nossas reivindicações.

Por fim, lamento novamente e peço na tribuna para o deputado Reno Caramori que

faça por escrito a convocação dos membros designados por seus partidos para fazer parte da CPI das Águas.

Hoje, convocamos a imprensa com alegria dizendo que às 14h o presidente, o integrante mais velho da CPI, que na forma regimental preside a primeira reunião, que é o deputado Reno Caramori, que desde cedo está na Casa, instalará a CPI. Então, convocamos inclusive alguns veículos de comunicação dizendo que finalmente iríamos instalar a CPI das Águas. Mas isso não aconteceu novamente.

Essa CPI desde o mês de agosto do ano passado tramita nesta Casa. Os partidos tiveram tempo para dizer se querem ou não querem que ela se realize. Foi e voltou para a comissão de Constituição e Justiça, foi e voltou para votação em plenário, por isso, não tem cabimento que não se instale essa CPI de uma vez.

Então, peço ao deputado Reno Caramori para fazer por escrito a convocação dos membros designados pelos partidos para compor a CPI das Águas, para que possamos de fato investigar essa tragédia que acontece no município de Palhoça. A empresa Águas de Palhoça, é bom que se lembre, arrecada a título de água e saneamento, mas esse recurso vai para o caixa-geral do município, vai para a folha de pagamento dos servidores.

Portanto, em Palhoça não vamos ter qualquer avanço na calamitosa situação de água e saneamento naquele município, porque com a privatização fraudulenta, e na forma como aconteceu, isto diz o Ministério Público e diz também o Tribunal de Contas da União, a forma fraudulenta como aconteceu lesa o patrimônio do município e, mais do que isso, lesa aqueles munícipes que não têm direito à água e esgoto naquela cidade.

Muito Obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Títon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de aproveitar a tarde de hoje para fazer uma rápida reflexão sobre o trabalho feito para a fabricação de um chapéu de palha.

A região do meio-oeste do nosso estado tem sido considerada a capital da produção de trigo, isso num passado mais longínquo. Não sei se ainda hoje a situação é a mesma, talvez ao longo dos anos se tenha perdido um pouco esse capital. Mas o artesanato feito pela palha do trigo era uma tradição do oeste. Desde o princípio da colonização se tem trabalhado muito a questão do artesanato, principalmente no que diz respeito à palha do trigo, mas no decorrer do processo e da história essa atividade foi esquecida pelo tempo.

Antes poderíamos considerar essa atividade como uma renda que respondia às necessidades das famílias para o trabalho do campo, na lida doméstica. E o aprendizado passava de mãe para filha, de mãos em mãos, principalmente se mantinham essa tradição de mãe para filha, desde o plantio do trigo até a escolha das palhas e a forma de trança produzida, que era muito peculiar daquela conjuntura, daquela realidade.

O trigo é colhido apenas uma vez por ano, da mesma forma a palha tem que ter todo um cuidado especial no seu armazenamento, porque tem que servir para a atividade durante

o ano todo, para garantir a qualidade daquele produto, daquela palha que serviria para produção de muitos materiais, de muitos objetos.

Claro que teria que ter o local apropriado para o armazenamento e ao mesmo tempo buscar alternativas para fazer com que a umidade não estragasse as palhas armazenadas. Nesse sentido se colocava potinhos com cal no chão, que ajudavam a absorver a umidade que poderia atrapalhar, às vezes, até permitir a proliferação de fungos que viessem deteriorar o material.

O material selecionado pelas artesãs era separado por espessura. Conforme a espessura, a palha era indicada para produzir determinados objetos. Então, as palhas mais finas serviam para produção de flores menores, ou pequenos objetos, enquanto que as palhas mais grossas serviam para produzir, por exemplo, o chapéu, uma bandeja ou uma flor maior.

Sei que no meio-oeste do nosso estado temos também cooperativas que trabalham, como as Tranças da Terra, que vem historicamente produzindo. No extremo oeste temos as Palhas Mágicas que também produzem artesanato. Mas eu gostaria de fazer uma menção especial que neste domingo estive na comunidade de Sete Figueiras, em Chapecó, que pertence à grande região pastoral de Nova Itabeiraba. Era o dia da padroeira, Nossa Senhora de Lurdes, e celebri a missa com aquela comunidade. No final da celebração, esse produto, o chapéu, que é produzido naquela comunidade por várias mulheres, foi-me apresentado. É um bonito e importante chapéu que, como bons produtores de uva da nossa região, fizeram questão de me entregar.

Eles pediram que eu trouxesse este chapéu para a Assembleia Legislativa e fizesse uma rápida reflexão sobre a importância do chapéu dentro da nossa agricultura, especialmente o chapéu que é utilizado nos afazeres da roça.

Como é uma comunidade do interior, eu trouxe isto com muito carinho, neste momento, a esta tribuna, fazendo o meu agradecimento àquela comunidade e a todas aquelas mães, sejam elas mais jovens ou da terceira idade, as que eu tenho visto em vários grupos que produzem o artesanato com a palha do trigo.

Que bonito cultivar essa tradição, e tudo isso servindo também de renda para dignificar cada vez mais, qualificar a vida da família, ao mesmo tempo, dando-lhe melhores condições para o seu dia a dia, nas suas atividades.

Então, gostaria de trazer a esta Casa algo sobre essa atividade tão importante na região do meio-oeste, que foi reconhecida como a Capital do Trigo, e que muito ajudou no desenvolvimento econômico do nosso estado e do nosso país.

Então, era esse o registro que queria fazer na tarde de hoje.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Títon) - Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 008ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jorge Teixeira - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Bom-dia, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos assiste pela TVAL, Rádio Digital e catarinenses que nos assistem aqui, hoje não tinha pensado em utilizar a tribuna, deputado Sargento Amauri Soares, até porque o presidente tem que resolver algumas questões internas e terei, daqui a pouco, que presidir a sessão.

Mas pedi para falar primeiro por um fato que me chama a atenção, que é notícia em Joinville, denúncia do vereador Maycon Cesar, do PPS, do partido do deputado Sandro Silva, sobre algo que eu não tinha conhecimento, pois quando fui vereador briguei pela municipalização da água de Joinville. Eu votei criando a Companhia Águas de Joinville, era vereador na época. É uma companhia de economia mista - 99% a prefeitura tem e o outro 1% é dividido em cotas.

Mas quem é ou quem eram os quotistas, os acionistas da Águas de Joinville? Sempre foi um negócio muito fechado.

E o vereador Maycon Cesar faz um grande serviço à população de Joinville com esse pedido de informação. O vereador aprovou um pedido de informação na Câmara perguntando quem são os acionistas, os sócios da Águas de Joinville. E o Ofício n. 076/2014, da Águas de Joinville e da prefeitura de Joinville, publicado hoje no jornal *Gazeta de Joinville*, datado de dia 30 de janeiro de 2014, diz quem são os sócios da Companhia Águas de Joinville.

Atualmente a composição acionária da Águas de Joinville é a seguinte: prefeitura de

Joinville com 99,81%. Segundo, prefeitura de Joinville. O segundo é a prefeitura de Joinville. E o terceiro maior sócio quem é? O prefeito Udo Döhler.

Veja, deputado Darci de Matos, o prefeito Udo Döhler é sócio da Companhia Águas de Joinville, conforme o documento explícito da própria prefeitura.

Deputado Ismael dos Santos, isso é incrível! O prefeito sanciona o aumento da água, mesmo faltando água nos bairros Itinga, Paraíso, Panagua. Agora, o joinvillense ficou sabendo que o prefeito sanciona o aumento da água, ferra não apenas o contribuinte, mas também aumenta os seus lucros.

Agora, descobri porque, nos debates da campanha eleitoral, o prefeito Udo Döhler fugia do assunto águas de Joinville, e ficava revoltado quando eu dizia que uma das minhas propostas era reduzir a taxa de esgotos para 50% e reavaliar os custos da água em Joinville. Agora, eu descobri o por quê! Porque estava mexendo no bolso dele, no lucro dele.

Deputado Jailson Lima, v.exa. foi prefeito de Rio do Sul, na época também era sócio das Companhia Águas de Joinville ou não? Deputado Silvio Dreveck, que foi prefeito de São Bento do Sul; deputado Romildo Titon, presidente desta Casa, que foi prefeito de Campos Novos, isso é impressionante.

E o pior é que, na matéria do jornal A Gazeta de Joinville, o vereador coloca o que a Lei Orgânica do município em seu art. 55.

(Passa a ler)

“O Prefeito não poderá, desde a posse, sob pena de perda do cargo:

I - firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer à cláusula uniforme;

II - aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível "ad nutum", nas entidades constantes do inciso anterior, ressalvada a posse em virtude de concurso público;

III - ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo;

IV - patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades já referidas;

V - ser proprietário, controlado ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.”

Ou seja, o documento do dia 30 de janeiro deste ano coloca o prefeito Udo Döhler como acionista da Companhia Águas de Joinville. Então, Ministério Público, vereadores,

é preciso fazer cumprir o art. 55 da Lei Orgânica do município, tem que perder o cargo. Isso não pode.

Deputado Angela Albino, peço a v.exa. que criou a CPI das Águas que inclua Joinville também, para darmos uma olhada nisso, porque de um simples pedido de informação do vereador Marcon Cesar houve essa revelação.

Imagino como não devem estar o pessoal de Itinga, de São José de Itinga, de Araquari. Devem estar sofrendo, porque se o Udo Döhler não tem responsabilidade como prefeito de Joinville com relação à água de Araquari, agora ele passa a ter como responsabilidade, porque é sócio. Porque a Companhia Águas Joinville é que está vendendo água para Araquari. Será que é essa a forma tão propalada de fazer gestão?

O secretário Paulinho Bornhausen disse no jornal que o Udo Döhler é um dos mais belos gestores do Brasil hoje tem. Por favor, belo gestor? Que belo gestor! Que belo gestor esse que na sua canetada ferra o contribuinte e aumenta o seu lucro. Que belo gestor esse que como prefeito é sócio da Companhia Águas de Joinville. Água, água que é um bem natural e de sobrevivência humana.

A gestão, deputado Silvio Dreveck, que o povo apostou votando nele não é esse tipo de gestão.

Sei que quem votou no prefeito Udo Döhler está decepcionado, mas para mim não tem decepção. Quem votou no prefeito Udo Döhler deve lembrar-se de quando ele aumentou a água e de que quando todas às vezes que ele aumentar a água e de quando chegar essa taxa de 80% de esgoto para pagar, que não sei de onde vem, mas agora sei para onde vai, o bolso do Udo, parte vai, porque ele é acionista. E a matéria no jornal diz que pelo contrato 25% do lucro da empresa são distribuídos entre os acionistas.

Como diria o Boris Casoy: “Isso é uma vergonha! Isso é uma palhaçada!”

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu hoje vou falar a maior parte do tempo sobre uma escola estadual que visitamos nesta semana, mas não posso deixar de dar continuidade ao pronunciamento do deputado Kennedy Nunes.

Quero reafirmar, deputado, que foi por isso que v.exa. subscreveu o nosso pedido de CPI sobre o processo de municipalização e privatização de água e saneamento em Santa Catarina.

Água é um bem essencial à vida, é um bem inestimável e desperta cobiça aonde quer que se vá. Portanto, lamento que por coincidência o integrante do PSD, o seu partido, deputado Maurício Eskudlark, provocou uma reviravolta na CPI, e no final vamos investigar o que todo mundo já sabe, que é a imensa fraude nas Águas de Palhoça. Nem assim conseguimos instalar a CPI que desde agosto tramita nesta Casa. Então, há mais de seis meses.

Fico feliz por ver a mudança de posição do PSD que primeiro assinou a CPI, depois contribuiu pelo naufrágio da CPI e agora diz: "Olha, o tempo é o senhor da razão."

A CPI tem que investigar o conjunto da municipalização e privatização de água e saneamento em Santa Catarina, que é vergonhoso. Não na forma que nós dizemos, mas na forma que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina diz, que a interrupção do contrato com a Casan seguido de contrato sem licitação e renovação desses contratos contrários ao interesse público, principalmente em de Capivari de Baixo, município vizinho de Palhoça, que arrecada a água e saneamento e o dinheiro arrecadado vai para o cofre-geral do município, vai para folha de pagamento, ou seja, nunca mudaremos a situação de água e saneamento nesses municípios.

Fico muito feliz em ver essa mudança de posicionamento. E tenho a convicção de que assim que a nossa CPI for instalada e os trabalhos iniciados vamos dar mostra para esta Casa que é preciso investigar o conjunto desse desmonte que aconteceu com a Casan e que é parte da falta de planejamento que assolou o estado, em particular o litoral catarinense, que nos deixou sem água, competência da Casan, e sem luz, competência da Celesc.

Mas inicio o pronunciamento de hoje tratando da questão que envolveu uma das escolas estaduais na região de Florianópolis. Fomos convocados por pais, mães e professores da escola pedindo a nossa intervenção em relação às condições onde os alunos estão tendo aulas e do atraso das obras da nova escola, ali no Rio Tavares, cuja promessa de conclusão era para 2012.

Há um cartaz enorme que diz: "Pacto por Santa Catarina - Inauguração em outubro de 2012" E alguém foi lá, apagou e deixou apenas "Pacto por Santa Catarina", bem grande, e apagou a data de inauguração. As crianças estão sem aula até agora, porque os professores interditaram a escola. Há alunos naquela unidade com deficiência que não conseguem ir ao banheiro, cadeirantes, pois como estavam construindo a nova escola não se fez nenhuma adequação na escola antiga.

Então, "Pacto por Santa Catarina", o "Pacto da Educação" é um imenso cartaz. É uma gigantesca campanha publicitária, mas a parte da conclusão é apagada. Passaram uma tinta branca e torcem para que o povo não note isso.

Quero compartilhar com vocês a matéria da TVAL, desde já agradecendo a diligência dos seus profissionais que estiveram lá presentes, mostrando a situação daquela escola.

Solicito à assessoria que exiba o vídeo.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Eu trouxe essa matéria e agradeço à TVAL, para mostrar com imagem a situação das escolas e, mais do que isso, tratar isso como um exemplo que ilustra a tese.

Temos uma campanha publicitária extraordinária, belíssima, comovente, no estado de Santa Catarina, sobre saúde, sobre educação e sobre segurança. Mas é perceptível que o povo catarinense não vê dessa forma.

Ainda ontem vimos uma reunião de emergência, mobilizada por deputados da base do governo, que atuam no oeste do estado, em torno da violência que tem em particular na região do nosso município. E ontem mesmo a deputada Luciane Carminatti mostrou aqui as escolas que dizem que foram reformadas e ninguém consegue dizer aonde é que foram reformadas essas escolas. E quanto às milhares de obras anunciadas, verificamos junto ao Tribunal de Contas que até troca de lâmpadas foi contada como obra.

Temos visto aqui a sucessão de algumas defesas que o mundo concreto desautoriza tomar como verdade.

Essas crianças estão sem aula, assim como estão sem aula várias crianças no centro de Florianópolis, porque tiveram as suas escolas fechadas, como a Escola Antonieta de Barros, como o Colégio Celso Ramos, como a Escola Jurema Cavallazzi. Foram sete escolas só no núcleo do centro da cidade que foram fechadas e que atendiam aos jovens. E aí quando vemos crescer os índices de violência precisamos cruzar com a informação que as escolas que atendem às periferias da nossa cidade, em especial às regiões empobrecidas estão fechadas. É óbvio que os alunos das escolas estaduais do centro de Florianópolis não são os filhos da beira-mar, não são os filhos das regiões caras da cidade, são os filhos dos morros. E nós expulsamos os jovens das suas escolas na hora em que este governo Raimundo Colombo fechou as escolas no centro de Florianópolis.

Agora vemos que ele sequer cumpriu a promessa dentro do enorme cartaz de Pacto pela Educação. O prazo de entrega no ano passado lembra-me aqui o deputado Sargento Amauri Soares que há dois anos já tratava desse assunto. E é preciso dizer que a primeira ação que a secretaria de estado da Educação teve sobre esse assunto foi mandar lá alguns gerentes para ameaçar os professores e professoras para que não levassem o assunto à publicidade, para a imprensa e ao conhecimento dos catarinenses.

A solução infelizmente caminha para vir tardiamente. A solução veio em forma de intimidação, ou seja, vão deixar mais quieto para não dar problema.

Esse povo se reuniu com os professores, pais, mães e alunos e está conseguindo a promessa para o dia 20 de março a conclusão das obras. E será só em abril o início das aulas.

A responsabilidade é do Executivo, mas é nossa também como parlamentares a cobrança e não permitirmos que esse estado de coisas continuem.

Aguardo, deputado Kennedy Nunes, a sua movimentação para ampliarmos a CPI das Águas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, presidente. Cumprimento v.exa. e os demais deputados e deputadas, quem nos acompanha pela TVAL.

Parabenizo a deputada Angela Albino pela denúncia que traz sobre as escolas.

Estive lá há três anos e alguns meses e a situação não melhorou de lá para cá. Estive no colégio do Rio Tavares e fiz a denúncia aqui, no final de 2010. E ainda não conseguiram colocar esse colégio para trabalhar, com tanta obra, com tanto PAC e com tanto pacto.

Queria fazer referência às questões de segurança pública e referi-me aqui, nesta semana, às condições de trabalho dos policiais e bombeiros que prestam serviços nos grandes eventos, especificamente agora nesse do congresso da Fifa, aqui em Florianópolis.

Muitos fazem uma grande festa, muitos ou alguns ganham muito dinheiro, e a estrutura daqueles que vão trabalhar para garantir a segurança nunca é pensada com uma logística necessária e com as condições que o trabalhador tem direito em termos de dignidade.

Por isso, também temos a greve no Hospital de Caridade, em Florianópolis, justamente porque os trabalhadores são aviltados com condições de trabalho indignantes, condição de alimentação indignante, com assédio moral, como foi citado. E essa questão passa a ser para eles, para a sua dignidade, mais importante do que a própria questão salarial, embora o salário deles esteja para lá do piso do piso, do piso.

Então, é preciso discutir tudo isso. Inclusive o uso de recursos do SUS que não tem fiscalização devida nesses hospitais, especialmente no Hospital de Caridade, que é o maior hospital não público do estado de Santa Catarina.

A informação que se tem é que esse hospital recebe R\$ 1 milhão do SUS todo mês, para fazer determinada quantidade de serviços pelo SUS, e os trabalhadores estão denunciando que fazem apenas um terço daquilo que contratam com o ministério da Saúde. Então isso também precisa ser fiscalizado.

Nas questões da segurança pública, quero fazer referência ao debate que precisamos valorizar de forma igual todas as regiões, é verdade, e é preciso. Agora, faltam efetivos em todas as regiões do estado. E criar batalhão é importante, mas tem que haver efetivo para se criar batalhão. Um batalhão para ser composto precisa no mínimo de 120 policiais militares ou bombeiros militares, senão se torna ridículo criar um batalhão, criar uma cabeça, uma estrutura grande, sem o efetivo. Nós temos batalhão em Santa Catarina com efetivo de pelotão no sul do estado, e companhia com efetivo de grupo policial militar. Então, também não resolve, pelo contrário, cria uma estrutura administrativa maior e acaba tirando policiais militares e bombeiros da função.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Primeiramente parabeno v.exa. pelo tema. E quero dizer que concordo com a sua tese que precisamos do policial na rua prestando segurança à população.

Quero parabenizar também o encontro, parece que capitaneado pelo deputado Gelson Merisio, ontem, com o secretário de Segurança Pública, pela situação específica da cidade de Chapecó.

Vi nas matérias de jornal hoje que está sendo criada uma força-tarefa-policial para Chapecó. Nós temos que analisar o oeste não somente como Chapecó. É importante Chapecó para o estado catarinense, para o país, é importante. Mas agora criar uma força-tarefa no município de Chapecó? Para onde esses vândalos vão se deslocar? Para os municípios pequenos que estão em torno de Chapecó. E hoje já temos problemas pontuais em municípios com menos de dois mil habitantes, porque não temos policiais para dar segurança para a população.

No distrito de Linha Juvêncio, citei como exemplo ontem, em questão de uma semana foram dois furtos em residências, e furtos à mão armada. Então, isso preocupa muito, porque não temos estrutura lá, e agora vamos fechar o círculo em Chapecó. Como ficam os municípios que estão em torno de Chapecó? São Lourenço é problema; em São Miguel D'Oeste falta policial; na minha Cunha Porã, onde resido, falta policial; Maravilha está fazendo movimento para que tenha mais policiais para dar segurança.

Então, é muito preocupante o quadro, e quero concordar com v.exa. que só existe uma solução, aumentar o efetivo para aí sim dar condições para que o cidadão que está nos pequenos municípios possa se sentir seguro, e não somente ele como também o seu patrimônio.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal, pelo seu posicionamento. Fico feliz pelo aparte que concedi, pois temos a mesma opinião a respeito dessa questão.

Tem que atacar no geral, no conjunto, não resolver problema específico de uma cidade, que é necessário, mas também podem acontecer esses movimentos em períodos pré-eleitorais, o que não resolve a situação. O que é preciso é uma reestruturação geral da segurança pública.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Sr. deputado, quero da mesma forma comungar com o seu pensamento, não é contraditório, com o entendimento que temos.

Apresentamos um projeto de lei que prevê três guarnições especiais, porque a lei de organização da Polícia Militar prevê no mínimo 200 mil habitantes para termos um batalhão. Por isso, estamos pedindo, no projeto de lei, guarnição com um pelotão de cem efetivos.

Então, não adianta criar uma estrutura, se não tiver policiais na rua. Esse é o desafio.

É importante que se diga também que é bom que algumas regiões tenham mais estrutura. Mas tenho certeza de que se fizermos uma enquête em todo estado, provavelmente o povo de Blumenau, do alto vale, vamos ver que há falta de efetivo.

A deputada Ana Paula Lima várias vezes veio a esta tribuna falar sobre o problema da insegurança; os deputados do sul do estado têm falado sobre o mesmo problema; e no oeste do nosso estado está havendo um movimento, deputado Sargento Amauri Soares, a partir da Câmara de Vereadores de Nova Erechim, de Caxambu e de Guatambu, todo esse entorno de Chapecó, no sentido de discutir mais efetivos.

O nosso oeste é a única região do estado que tem um território com 41 municípios. E queremos diminuir esse território, precisamos diminuir, porque não é justo que tenhamos um batalhão, mesmo que seja com pequena estrutura. Temos que lutar para aumentar o efetivo. Acho que são lutas que se ajustam, que se ajudam.

Quero dizer também que sou contra a ideia de megaoperações, porque fazer propaganda e fazer uma operação pontual não resolve o problema da segurança pública. Temos que ter uma política articulada, planejada, contínua, permanente, com estratégia combinada, inclusive civil, militar, rodoviária, discutida com os conselhos de segurança dos nossos municípios e com ações mais efetivas. Então, provavelmente teríamos que fazer um debate com os parlamentares do oeste para discutir nossos olhares com relação a isso, senão, vamos tomar todo seu tempo, deputado.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Para registrar uma informação que chegou há poucos minutos da nossa assessoria: em Nova Erechim, em uma semana, houve oito assaltos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Agradeço o aparte de v.exa.

Nova Erechim é uma cidade não muito grande, uma cidade bonita, evidentemente, mas oito assaltos é mais ou menos a proporção de assaltos nos bairros mais populosos da Grande Florianópolis ou de Joinville. Concordo que o problema no oeste é grave, mas não estamos em situação muito melhor na maioria do território catarinense. Então, precisamos fazer esse debate.

Precisamos registrar que está havendo contratação de efetivo e que essa política precisa ser continuada para os próximos dez anos, vinte anos.

O governo Raimundo Colombo tem determinado a contratação de efetivo. Mas essa política precisa ser continuada, já que estamos no debate da segurança pública. E a verdade precisa ser dita, pois por muitos anos as estruturas de segurança foram incapazes para contratar a quantidade de gente que o governo autorizou. Foram 20 anos de

sucateamento da segurança pública, de não contratação de efetivo e que levou a essa situação que está.

É preciso que os partidos políticos que compõem o atual governo, que os partidos que vão disputar o governo no final deste ano para os próximos quatro anos, estejam conscientes de que é preciso, ao longo de no mínimo dez anos consecutivos, contratar pelo menos mil policiais militares por ano, além de bombeiros militares, policiais civis e servidores do IGP.

Todas as estruturas de segurança pública do nosso estado estão sucateadas. Repito, foram 20 anos de abandono do serviço público, de restrição de recursos para financiar e fortalecer o serviço público. Passamos e ainda estamos passando pela lógica neoliberal, e mal chamada, porque de neo não tem nada, de restringir recursos para os serviços públicos. E é por isso que a situação de segurança chegou a essa condição que está. Precisa-se inverter esse quadro, se quisermos efetivamente mudar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa, visitando a Assembleia Legislativa e tratando de assuntos de interesse do município de São Lourenço do Oeste, o vereador Edu Borges.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Seja bem-vindo a esta Casa, vereador Edu Borges.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sandro Silva, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O deputado Sandro Silva é um nobre representante não só de Joinville, mas também da zona sul de Joinville, Paranaguamirim.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, sempre fico muito honrado quando v.exa. lembra que fui morador da zona sul de Joinville, nasci lá, moro há 38 anos lá, e realmente é uma região onde a cidade é muito viva.

Sr. presidente, quero voltar a falar no assunto que tratei aqui, na semana passada, sobre o Hospital Municipal São José. Eu liguei agora pela manhã para funcionários do hospital, porque na semana passada falamos que os funcionários fariam uma paralisação. Eles fizeram uma paralisação durante duas horas na semana passada e vêm fazendo reuniões sistemáticas, todos os dias, para discutir essa questão da quantidade excessiva de pacientes que o Hospital São José está tendo.

E foi me falado, sr. presidente, que a sala de medicação, que é uma sala exclusiva para medicar, está servindo como uma sala de internação. É uma sala por onde as pessoas passam, são medicadas e saem. Hoje, o que acontece? Na semana passada havia 59 pessoas na sala de medicação, e hoje temos

45 pessoas internadas naquela sala. Na verdade, lá está tudo misturado, porque há pacientes internados, pessoas que estão entrando em internação e pessoas sendo medicadas, todas, na mesma sala.

Então, realmente, a situação da superlotação do Hospital São José ainda está complicada. Os servidores estão fazendo o que falaram que iam fazer, atender apenas a seis pacientes durante o dia, para que a qualidade do atendimento seja apropriada para cada caso.

Então, da semana passada para cá, houve um acordo entre o Hospital São José e o Hospital Regional, para que duas salas do Hospital Regional fossem utilizadas pelo Hospital São José nas cirurgias, mas por problemas estruturais essas salas não foram utilizadas.

Então, torcemos para que o prefeito Udo Döhler e o diretor do Hospital São José consigam, num curto prazo e com a máxima urgência, fazer com que essa superlotação do Hospital São José seja resolvida, agora que já veio chuva. A culpa era da falta de água, a culpa da superlotação era do calor, essa era a desculpa que se dava antes. Agora, com chuva, com água em abundância, o calor não sendo tão excessivo na cidade, que o Hospital São José consiga melhorar o atendimento aos pacientes que vão à busca do mesmo.

Outra questão que me preocupa também, com relação a Joinville, deputado Kennedy Nunes, v.exa. que também é de lá, e com certeza muitas mães e pais estão procurando por v.exa., como também estão nos procurando, bem como os deputados Nilson Gonçalves e Darci de Matos, é a questão das vagas nos CIS. Várias famílias têm nos procurado porque não estão encontrando vagas nos CIS.

Nós temos alguns CIS em construção, uns estão desde o ano passado em construção, o ano inteiro em construção, e não conseguiram terminar. As mães precisam trabalhar, não conseguem vagas na creche para os seus filhos e não conseguem ajudar no orçamento familiar.

Nós torcemos para que em Joinville não aconteça como aconteceu em Guaramirim, ontem, em que uma mãe, deputado Dado Cherem, por não conseguir vaga na creche para o filho dela, deixou-o no gabinete para que o prefeito cuidasse.

Realmente é algo grave. As famílias precisam ter creche para deixar os filhos; a prefeitura precisa acompanhar o crescimento da população que é acelerado, por meio da construção de CEIS, qualidade da saúde, ambulatórios e assim por diante.

Quero também falar, presidente, de um projeto de lei, de minha autoria, n. 0014/2014, que obriga as empresas de transporte intermunicipal a enviar antecipadamente a lista de passageiros para a Polícia Civil e Militar. Mas que tipo de lista de passageiros? Isso se refere a um projeto ligado a torcidas organizadas em viagens para outras cidades. Primeiro, o projeto exige que as empresa tenha a lista de passageiros e envie à Polícia Militar e Civil para que essas instituições verifiquem se na lista existe algum passageiro já envolvido em confusões anteriores em brigas de torcidas.

Segundo, a empresa é obrigada a informar o itinerário às Polícias Militar e Civil para que possam planejar na escolta dos torcedores.

Por que fizemos esse projeto? Porque em muitos casos, já fui testemunha assistindo a jogos de futebol, as torcidas organizadas vão a outras cidades como visitantes, logicamente, e definem onde os ônibus param. Isso aconteceu por duas vezes, a primeira, com a torcida do Avaí, que escolheu onde deixar os seus passageiros e parou no meio da muvuca, em Joinville, entrou no estacionamento já brigando com a torcida do Joinville, atirando pedras nos carros.

Então, foi uma depredação gigantesca. Por quê? Porque não comunicaram à Polícia Militar. Assim, não houve escolta, o que é necessário para que os passageiros, a empresa, os motoristas, os funcionários cheguem com segurança até o estádio. Também aconteceu com a torcida do Figueirense, quando passaram em frente à arena de Joinville, sem escolta, e a torcida adversária começou a agredir os torcedores, a jogar pedra no ônibus, inclusive quebrou o vidro do ônibus. Além disso, o motorista sentiu-se ameaçado, e os torcedores desceram do ônibus para brigar com a torcida rival.

Então, realmente é necessário que haja disciplina na chegada das torcidas organizadas para assistir à partida de seu time, para que cheguem com segurança no estádio e consigam ver o jogo de futebol com segurança e depois voltar para as suas casas com segurança.

Isso só se consegue realmente se houver organização e disciplina no que diz respeito ao envio da lista de passageiros e do itinerário que irá auxiliar, e muito, no planejamento da segurança daqueles que querem assistir a um jogo de futebol.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO DORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Sandro Silva, parabéns pelos assuntos de seu pronunciamento.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Logo depois será o horário do seu partido, deputado Dado Cherem, mas vejo que v.exa. abdica de usar o horário.

Como o Democratas também abdica de fazer uso da palavra, depois fará uso da palavra o deputado Silvio Dreveck, pelo Partido Progressista. E encerrando o horário fará uso da palavra o deputado Jorge Teixeira, pelo PSD.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos, no horário do PT.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, quero abordar dois assuntos neste horário. Um deles é sobre um projeto de lei que apresentei nesta Casa, mas antes de abordar sobre esse projeto, quero abordar um assunto que julgo

importante, que é um programa federal que tem dado um resultado importante para a população brasileira.

Na última sexta-feira, dia 14, comemorou-se três anos do programa chamado medicamento de graça, que é um programa do governo federal, na verdade o nome do programa é Saúde Não Tem Preço, que permite as pessoas adquirirem medicamentos nas farmácias conveniadas com 90% de desconto. Isso permitiu, no caso de Santa Catarina, a hipertensos e diabéticos, que juntos totalizam 226.260 pessoas, fossem atendidas em 1.929 farmácias populares.

Esse programa, segundo o ministério da Saúde, contabiliza mais de 19 milhões de brasileiros beneficiados com medicamentos gratuitos para asma, hipertensão e diabéticos, em 4.119 cidades brasileiras.

Eu queria fazer esse registro, sr. presidente, porque julgo importante, principalmente para aquelas pessoas que necessitam tomar o medicamento de uso contínuo e que têm dificuldades de se deslocarem para as unidades de saúde. E a partir desse programa foram credenciadas farmácias populares e também farmácias privadas. Para se ter uma ideia, são mais de 30 mil farmácias públicas ou privadas credenciadas nesse programa que tornou, além de mais acessível, possível o fornecimento desses medicamentos para quem precisa de medicamentos de uso contínuo.

É um programa extraordinário. E como disso o próprio ministro da Saúde, esse programa facilitou o acesso a medicamentos à população que tinha dificuldades de se deslocar. E com o programa A Saúde Não Tem Preço essas farmácias perto das casas, em horários alternados, atendem melhor.

Querida fazer o registro de que 19 milhões de pessoas, em três anos, realmente é um contingente muito grande. E esperamos que esse programa seja aperfeiçoado para que mais medicamentos sejam oferecidos e que também outros pacientes que precisam de medicação de uso contínuo ao longo do tempo o governo também possa ampliar essas lista e permitir a todos aqueles que precisam desses medicamentos acesso a esse programa.

O segundo assunto que gostaria de abordar é um projeto que apresentei nesta Casa dispondo sobre a cobrança mínima de tarifa de água em Santa Catarina.

Hoje é cobrada uma tarifa mínima independente do consumo, ou seja, se consumir um litro de água o consumidor vai pagar a tarifa mínima, mas se consumir dois ou três litros, o consumidor vai pagar também a tarifa mínima. Até uma determinada metragem, independente de consumir mais ou menos, o consumidor paga a tarifa mínima, o que se transforma numa questão injusta, além do que faz com que o consumo de água seja maior. Afinal de contas se já vai se pagar mesmo a tarifa mínima que engloba uma determinada metragem de água, não há sentido quando se olha no aspecto econômico da economia.

Nós estamos propondo esse projeto - ressaltada a tarifa social, que é tratada de outra forma, importante e que deve ser mantida -, e estamos determinando que na fixação dos valores a serem cobrados pelo uso da água deve ser observada a metragem cúbica de cada

unidade, ficando proibida a cobrança da tarifa mínima pelas concessionárias, a não ser em alguns casos de exceção em que não é possível apurar onde possa ter havido algum empecilho produzido pelo próprio consumidor. E aí nesse caso, como exceção, há essa tarifa mínima.

Essa situação parece simples, mas fundamental primeiramente para que haja justiça econômica, para as pessoas pagarem efetivamente apenas o que consumiram, e, em segundo lugar, para incentivar as pessoas a economizarem água. Estamos vivendo um momento de apreensão. Houve baixa no reservatório e assim se chamou atenção para a questão de cuidar dos recursos hídricos. Por isso, esse uso consciente e racional dos recursos hídricos, um bem tão valioso, que, com certeza, com essa medida também terá um incentivo maior.

Então, propusemos esse projeto de lei. Estamos fazendo um apelo aos srs. deputados para que possamos ter apoio. Não há nenhum custo extra para o estado. Portanto, a questão de constitucionalidade é absolutamente tranquila, porque regulamenta a forma de cobrança trazendo justiça tarifária e incentivo também para a economia da água.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, assomo a tribuna, hoje, para falar da situação em que se encontram os municípios e estados brasileiros pela falta de recursos no dia a dia. Não é de hoje que se vem agravando cada vez mais e penso que é um assunto que precisa ser debatido nas assembleias, no Congresso Nacional, entre outros temas de relevância para o Brasil.

No decorrer do ano passado, vimos manifestações, inicialmente pacíficas, que eram relativas a vários assuntos e temas. E isso despertou, chamou a atenção das lideranças políticas para que colocassem na pauta debates e tomadas de ações em favor da população que estava e continua insatisfeita com muitas atividades do setor público a exemplo da deficiência no setor rodoviário e ferroviário, nos portos, nos aeroportos, ou seja, no sistema modal brasileiro; na limitação na capacidade de produzir energia; no sistema de saúde e na segurança pública nacional.

O elevado custo Brasil que está impedindo o país de poder competir com outros países, criando barreiras em relação a produtos de outros países, não é a solução para o Brasil. Não vai ser com barreiras na área comercial, impedindo produtos de outros países, que o Brasil vai conseguir se desenvolver e aumentar a sua capacidade, o seu PIB, gerando oportunidades, principalmente na indústria brasileira. Não vai ser esse caminho, absolutamente. O que vai permitir ser um país competitivo serão os investimentos na infraestrutura, reduzindo o custo dos nossos produtos. Com isso não precisaremos criar essas barreiras, como se está criando hoje.

Eu percebo que esses temas, com raras exceções, não estão sendo debatidos pelas lideranças políticas, estão praticamente adormecidos.

Mas voltando um pouco ao que dizia no início a respeito dessa situação caótica em que se encontram os municípios brasileiros, e não diferente os estados, pela grande concentração de recursos no governo federal e poucos recursos para os estados e menos ainda para os municípios, não se tem avançado no sentido de dar uma segurança de haver essa descentralização de recursos do governo central e que vem, automaticamente, para os estados e municípios, sem a necessidade de estar com frequência solicitando ajuda, pedindo, quase que se humilhando para conseguir recursos para os estados e para os municípios.

Nesse sentido, penso e acredito que temos lá, em Brasília, um projeto importante que está tramitando no Congresso Nacional, mais especificamente no Senado, cujo relator dessa matéria é o senador Luiz Henrique da Silveira, que é a alteração da proposta desse projeto que cria o novo indexador, deputado Kennedy Nunes, para as dívidas estaduais com a União. Infelizmente, não houve consenso na comissão de Constituição e Justiça e também na comissão de Assuntos Econômicos do Senado. É verdade! Alguma coisa no Palácio do Planalto não permitiu que o projeto fosse finalizado. Ele é importante, porque reduz, no texto dessa proposta, ou seja, tira de cena o IGP-DI, mais juros de 6% a 9% e elege o IPCA acrescido de 4% de juros como novo balizador para a correção dos débitos.

Isso, certamente, traria uma economia para os estados no pagamento dessa dívida, recursos que poderiam ser colocados em investimentos nos estados brasileiros, tanto na segurança quanto na saúde e outras atividades que os estados precisam fazer frente às demandas que a população vem reivindicando diariamente.

Então, vamos fazer um apelo aos senadores, à presidente da República, para que deem celeridade a esse projeto, porque ele é muito importante para amenizar o sofrimento dos estados brasileiros e dos municípios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Parabéns pelo seu pronunciamento, deputado. Na verdade, os juros que Santa Catarina e outros estados estão pagando não amortizam sequer a correção monetária do capital, e havendo essa mudança no indexador teremos ou teríamos a redução do capital. E o projeto somente não foi avante por conta de uma manobra do governo que não aceitou a retirada das emendas. E por não aceitar a retirada das emendas voltou às comissões e não foi a plenário.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, que agora é TV aberta e esperamos que a Presidência, muito em breve, possa

tomar providências para abrimos canal para todas as regiões do estado de Santa Catarina, isso é muito importante para os parlamentares, como a comunidade que acompanharão o trabalho, o dia a dia do Parlamento catarinense.

Quero falar aqui, neste momento, a respeito de um artigo que foi publicado hoje, no *Diário Catarinense*, que diz respeito à necessidade urgente de a classe política, sobretudo gestores, como aqueles que já foram prefeitos, pensar e agir no sentido de planejar as nossas cidades.

O grande problema das grandes cidades de Santa Catarina diz respeito à mobilidade urbana. Se você vai a Moscou há congestionamento. Em Tóquio tem horários com congestionamento, em Miami, São Paulo, Joinville e Florianópolis também. Enfim, problema da mobilidade urbana é um dos grandes problemas das cidades, como também a saúde.

Mas quero falar do grande arquiteto, político, pensador, Jorge Wilhelm. Em 65, ele teve a tarefa de fazer o plano diretor da maior cidade de Santa Catarina, Joinville. E parece-me que foi o primeiro plano diretor do estado catarinense. E se verificarmos o conteúdo do plano diretor que Jorge Wilhelm e sua equipe escreveram e estabeleceram, percebemos que há 50 anos a preocupação dele com a mobilidade urbana, qualidade do transporte coletivo urbano, adensamento das cidades, porque Joinville tem um perímetro urbano que comporta cinco milhões de pessoas e temos 500 mil...

A cidade cresceu muito horizontalmente, tornando muito onerosa para os cofres públicos, por isso precisa crescer verticalmente. E assim o referido arquiteto já pensava, trabalhava, estudava e ensinava que tínhamos que nos preocuparmos com o planejamento das cidades e a qualidade de vida das pessoas.

Temos alguns dados que nos chamam atenção. Por exemplo, em 1950, tínhamos somente 86 cidades com uma população acima de um milhão de habitantes, no planeta. Em 2015, teremos aproximadamente 555, aproximadamente, com mais de um milhão de habitantes. Vejam a transformação, a mudança. Segundo a ONU, 50% da população do planeta mora em áreas urbanas.

Então essa é a grande tarefa, a grande bandeira, o grande desafio dos gestores públicos, da gestão pública, deputado Neodi Saretta, que infelizmente ainda está no acostamento, mas que precisa ser colocado definitivamente na pista.

A gestão pública, independente de partido, de pessoas, das esferas municipal, estadual e nacional, não está boa. Estamos devendo para a população.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado Darci de Matos, inicialmente quero parabenizá-lo. Li seu artigo do jornal *Diário Catarinense* e chamou-me atenção a maneira como está sendo colocada e como v.exa. traz esse tema para o debate nesta Casa, que é

hoje um dos grandes problemas de todas as cidades.

V.Exa. citou algumas metrópoles, e se formos ao interior do estado, nas cidades pequenas, hoje temos momentos nos quais não se anda. Não se consegue andar. E isso traz ao dia a dia do cidadão, do trabalhador, da dona de casa, uma irritação constante no trânsito, uma preocupação e uma irritação que vai se transformando até numa intolerância. Em todos os dias temos que sair uma hora antes, 40 minutos antes, para fazer um trajeto que usualmente fazemos em cinco ou dez minutos. E claro que isso no dia a dia acaba se tornando um barril de pólvora em todos os sentidos.

V.Exa. nos trouxe essa preocupação, e vamos muito mais além. Acredito que em tese possa parecer um tema simples, mas acho que é um tema que vai entrar no debate presidencial. E o próximo presidente tem que estar atento às questões do transporte coletivo. Afinal de contas temos que dizer o que queremos para a nossa cidade.

Vejo que na minha cidade de Balneário Camboriú, deputado Darci de Matos, infelizmente falam que o céu é o limite. Vejam o absurdo o que está ocorrendo em Balneário Camboriú. Enquanto que o limite tem que ser nós, os cidadãos, e não o céu. Lá, prédios com 70 andares tem-se tornado uma coisa corriqueira. Então, onde você tinha uma casa com quatro pessoas e um carro, hoje você tem lá um prédio com 200 pessoas e 50 carros.

Esse é o grande desafio que v.Exa. traz de forma brilhante para esse debate. E acho que tem que ser tema, sim, cada vez mais profundo de debates e não apenas no município, porque isso acaba afetando o próprio governo do estado na questão da infraestrutura, na questão de segurança.

Vejo também os problemas que tivemos na época do verão, com falta de água, de energia. Enfim, de que adianta as cidades explodirem sem qualidade, sem infraestrutura, em nome de uma pseudoqualidade de vida que não existe.

Parabéns pelo tema, eis que convivemos o dia a dia esse problema. E seria bom se debatêssemos mais e levássemos isso como proposta para as eleições seguintes.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Dado Cherem.

Vejam o absurdo, foi instituído em 2001, deputado Sargento Amauri Soares, o Estatuto das Cidades. Faz pouco mais de dez anos, 12 anos somente que foi implantado esse Estatuto das Cidades no Brasil. Mas que absurdo, que tragédia.

A preocupação com o planejamento, com as cidades, explodiu nas últimas décadas. E com a implantação do Estatuto das Cidades é que os gestores, a sociedade, os Parlaentos, deputado Neodi Saretta, começou a discutir um pouco mais, a criar conselhos, a debater com a sociedade civil organizada, com as instituições, o planejamento das nossas cidades.

Então, são muitos problemas que podemos colocar no contexto do planejamento. É como diz o deputado Dado Cherem, a questão do transporte coletivo vai entrar na agenda das eleições presidenciais. Por quê? Porque a solução, além de avenidas, viadutos, enfim, é a desoneração das tarifas, através dos

insumos, sobretudo o óleo diesel, então, ou desoneramos a tarifa para que seja acessível aos trabalhadores, e com ônibus de qualidade, ou não vamos resolver o problema do transporte coletivo, nunca, jamais.

Às vezes, deputado Dado Cherem, vou pegar o gancho que v.Exa. colocou e agradeço, a preocupação é somente com o crescimento, porque o norte do estado vai duplicar o seu PIB em dez anos e triplicar em 30 anos.

Deputado Dado Cherem, a cidade de Joinville poderá ultrapassar a cidade de Porto Alegre em 30 anos. Muito bem! Parabéns, vamos ter GM e BMW. Agora, qual é o nosso desafio? É transformar esse crescimento econômico, esse PIB, em qualidade de vida, e se analisarmos como gestores públicos e com interesse público, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) tem tanta importância ou mais importância do que o PIB, porque não adianta crescermos, se não distribuirmos essa renda, se não transformamos esse crescimento pujante em qualidade de vida para as pessoas.

Eu vou dar um exemplo, deputado Dado Cherem, a cidade de Joinville, deputado Kennedy Nunes, e v.Exa. colocou esse dado na campanha, no estado de Santa Catarina, em algumas cidades 50% dos trabalhadores recebem menos que dois salários mínimos. Então, tem alguma coisa errada. Então, precisamos qualificar, precisamos distribuir a renda, precisamos melhorar a qualidade de vida das pessoas de Santa Catarina e do Brasil.

Portanto, eu entendo que se faz necessário, e acompanhei o Congresso da Fecam, que cita principalmente a questão do Pacto Federativo, tema que temos que tratar, mas temos que falar um pouco mais e focar na questão da necessidade urgente do planejamento urbano, do planejamento das nossas cidades.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado Darci de Matos, o tema é tão relevante que volto novamente a me manifestar. No ano passado tive a oportunidade de participar de uma palestra com o dr. Paulo Cruz, emérito pós-doutor da Univali. Ele defende a tese, está levantando a bandeira, que o direito à sustentabilidade está se tornando mais importante do que o direito à liberdade, porque não adianta ter liberdade, se não temos sustentabilidade.

Que liberdade é essa? Têm-se até medo de sair de casa. Então, veja v.Exa. que é um tema realmente que tem que ser discutido cada vez com mais frequência, deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Exatamente, as cidades sustentáveis, a sustentabilidade nos dá qualidade de vida, nos dá vida, e essa é a verdadeira liberdade.

Então, encerro o meu pronunciamento e agradeço ao deputado Dado Cherem. Até fazemos um apelo para que possamos concentrar todas as nossas energias, todas as nossas forças, a nossa inteligência em cima do planejamento urbano das nossas cidades,

porque isso significa vida, significa qualidade de vida. Precisamos de cidades sustentáveis, cidades com sustentabilidade, e essa é uma tarefa de todos nós.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno desta Casa, as Indicações n.s: 0048/2014, 0049/2014 e 0050/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Comunica, outrossim, que defere os Requerimentos n.s: 0064/2014, 0068/2014, 0069/2014, 0070/2014, 0071/2014, 0072/2014 e 0073/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Não há mais matérias na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos ao horário de Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que nos acompanham através dos nossos meios de comunicação, quero saudar um jovem que está visitando a Assembleia Legislativa hoje, William Cesar Rebelo, de Canelinha, que lembra nossos filhos, que estão agora na faixa dos 17, 18 ou 19 anos, naquela fase de tomar grandes decisões, quando terminam o segundo grau, ainda decidindo qual faculdade vão fazer, e certamente sentem uma angústia com todas essas interrogações. Todos nós que almejamos uma qualidade de vida melhor sabemos que essa meta está relacionada com a escolaridade, com a universidade que escolhermos, quer dizer, tem a ver com o tipo de profissão, que carreira queremos seguir. Infelizmente essa orientação não chega de forma prática para as pessoas.

Neste momento de dúvida sobre a escolha da profissão, toda faculdade é boa e é importante que tenham essa qualificação, até para se destacar socialmente, mas precisam levar em consideração se existe mercado. Quando pensam em fazer um curso de qualificação, têm que se levar em conta qual o mercado que temos hoje.

Infelizmente, as universidades que dão os cursos, que vendem os cursos, não se preocupam, não divulgam, não orientam a sociedade, eles não têm essa responsabilidade de garantir que as pessoas que fazem curso lá, ao terminarem, saiam empregadas, bem empregadas, e que com aquela renda que eles têm possam se sustentar e sustentar os seus dependentes.

De forma que a visita do William Rebelo me suscitou este tema, um tema importante justamente porque agora todas as universidades estão começando o seu período letivo, os acadêmicos estão iniciando as suas atividades, aqueles que fizeram vestibular, que entraram pelo Enem, pela média escolar, estão

começando a sua faculdade e vislumbrando que, com o curso escolhido, possam ter uma qualidade de vida melhor.

E justamente esse é o grande objetivo, nós precisamos considerar que, quando vamos estudar, o fazemos para poder competir, para poder concorrer no dia a dia da nossa vida social. Então, é importante considerar este fato na hora de escolher o curso.

Infelizmente, nós temos uma imensidão de cursos que são vendidos pelas universidades e, na hora em que se inscrevem, os alunos pensam muito mais no sonho do que no mercado. Muitas vezes, ao terminar o curso, depois de ter pago quatro ou cinco anos a faculdade, de ter passado um trabalho danado para se formar, ao concluir a faculdade ele entra numa fila interminável de pessoas pedindo emprego num mercado de trabalho que é deficiente.

Por exemplo, fonoaudiólogos. É importante a profissão, mas formam-se mais profissionais do que o mercado pode absorver. Não há lugar para os milhares que se formam todos os anos no Brasil e em Santa Catarina nesse mercado de trabalho.

As faculdades formam mais de 500 profissionais todos os anos. Depois, eles ficam numa fila pedindo emprego porque não existe mercado para tanto fonoaudiólogo.

Não existe mercado, por exemplo, para tantos jornalistas que formam as faculdades. A atividade jornalística é importante, é indispensável; hoje a comunicação é importantíssima. Cada um de nós usufrui dos meios de comunicação, precisamos dos jornalistas, mas a quantidade de profissionais que são colocados no mercado de trabalho seguramente acaba deixando descontentes aquelas pessoas que se esforçaram muito para fazer aquela faculdade, pois ficam impedidos de ganhar um valor digno pelo seu trabalho.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Serafim Venzon, o tema que v.exa. aborda perante esta tribuna é extremamente pertinente.

No ano passado nós tivemos a oportunidade de abrir um debate, aqui nesta Casa, um fórum de debate, onde participaram as três grandes federações das indústrias do sul do Brasil, a Fiep, do estado do Paraná, a Fiesc, de Santa Catarina, e a Fierg, do Rio Grande do Sul, buscando com isso uma pesquisa e um banco de dados, diagnosticando as potencialidades, as autonomias e as vocações de cada região, para diagnosticar a forma como estabeleceu o sistema modal e intermodal e, ao mesmo tempo, concomitante a isso, integrar as universidades públicas e privadas, desses três estados, para fazer um diagnóstico preciso das demandas reprimidas e a vocação de cada região. Dentro de um planejamento macro, do sul do Brasil, integrado aos três estados, justamente nesta vertente que v.exa. coloca. Porque de repente você cria uma demanda muito grande, que acaba ficando profissionais ociosos num determinado

segmento e em outro fica extremamente defasado.

Por essa razão, penso que o tema é oportuno, atual e precisa ser exercido na prática. Esse investimento feito por essas três federações, dentro dessa ação integrada, vai com certeza dar um norte para evitar justamente aquilo que v.exa. vem comentando e é uma preocupação de todos nós.

Apesar de que Santa Catarina só perde para Cingapura, são 3% de desempregados em todo o estado. É uma referência em nível de Brasil e até mesmo de planeta. Mas precisamos aprimorar e aproximar ainda mais essa questão para dar oportunidade e dignidade às pessoas.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Valmir Comin, com certeza aplicando esse projeto que v.exa. coloca, a universidade passa a ser um instrumento real de desenvolvimento social e econômico. Quer dizer, é isso que queremos que a universidade tenha, ela não pode apenas almejar, formar pessoas e não ter nenhuma outra responsabilidade.

A universidade tem, sim, uma grande responsabilidade social justamente de promover o desenvolvimento social e econômico dando o apoio a todos os acadêmicos escolher a sua profissão, se formar e depois ter o seu mercado.

Por fim, sr. presidente, queria saudar também todos os funcionários do Hospital de Caridade que ontem estiveram aqui fazendo um justo movimento que sem dúvida nenhuma não se soma com os funcionários de todos os hospitais de Santa Catarina e do Brasil, aqueles que não são públicos porque aqui tem dificuldade para chegar.

Mas os hospitais privados, os hospitais filantrópicos recebem um valor tão insignificante pelos seus procedimentos que acabam tendo que pagar pouquinho a quem? Para médico, enfermeira, atendente. E a cozinheira, a faxineira ganham muito menos que R\$ 1.000,00 por mês para trabalhar o mês inteiro.

Então, é justo esse movimento que fizeram, e isso reflete a falta de investimentos que todos os hospitais recebem, inclusive, deputado Kennedy Nunes, hoje a coluna do jornalista Moacir Pereira trás duas notas: do Hospital de Caridade, dos funcionários que estão em greve; a outra diz que o Hospital de São José com R\$ 50 mil zerou uma fila de ortopedia e que o hospital de Camboriú com R\$ 52 mil zerou 528 cirurgias. Imaginem quanto pagou por uma cirurgia? R\$ 100,00 por cirurgia, sr. presidente! Como é que dá para pagar bem a enfermeira e a atendente?!

Obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Sandro Silva - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Gostaria de registrar a presença do nosso

recordista de mandato em Joinville, o nosso ilustre vereador Roberto Bisoni.

É um prazer tê-lo aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Seja feito o registro da presença do vereador Roberto Bisoni. É um prazer tê-lo aqui nesta Casa de leis.

Com a palavra o próximo orador inscrito, nobre deputado Valmir Comin, morador da cidade de Criciúma e expert em energia, carvão, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, somos meros aprendizes, pois estamos sempre na expectativa dos grandes professores, dos grandes entendedores de vários assuntos e temas. Tem aqueles que simpatizamos um pouco mais, um pouco menos.

Pedi para usar a tribuna nesta manhã de quinta-feira para falar de um tema chamado região metropolitana, que nós inclusive aprovamos a constituição dessa lei, neste Parlamento. Adentrou nesta Casa o projeto de origem do governo do estado com relação a essa questão, e percebemos que o município de Governador Celso Ramos ficou de fora, ficou à margem da extensão das cidades próximas à região metropolitana.

Por isso, tomamos a liberdade, na condição de líder do Partido Progressista, de propor uma emenda que possa incluir o município de Governador Celso Ramos também nesse quesito, com a proposta de emenda ao Projeto de Lei Complementar n. 0001/2004, que cria a Região Metropolitana da Grande Florianópolis, onde inclui o município de Celso Ramos ao conjunto das cidades consideradas conurbadas dessa região.

Pelo PLC. compõem a Região Metropolitana da Grande Florianópolis os municípios de Águas Mornas, de Antônio Carlos, de Biguaçu, de Florianópolis, de Palhoça, de Santo Amaro da Imperatriz, de São José e de São Pedro de Alcântara. Já o município de Governador Celso Ramos, pelo projeto governamental, integrar-se-ia à chamada área de expansão, ou seja, o que reúne os municípios próximos à região conurbada eventualmente poderiam beneficiar-se de medidas que forem implementadas no âmbito dessas cidades conurbadas. A identificação de Celso Ramos em todos os aspectos geográficos, inclusive com os demais municípios da Grande Florianópolis, faz com que seja imprescindível a sua inclusão no rol das cidades beneficiadas diretamente.

Sr. presidente, tenho acompanhado um pouco de perto esse tema e penso que é o momento dos agentes públicos, e incluo-me nessa questão, trabalharem dentro de uma visão macro, dentro de uma forma integrada. A Grande Florianópolis, como outras cidades, tem ao seu redor várias cidades onde os serviços prestados são de forma integrada, deputado Reno Caramori, v.exa. que é o presidente da comissão de Transportes, que é um tema pertinente a essa questão modal, intermodal, de mobilidade, sabe disso.

Quero, deputada Dirce Heiderscheidt, parabenizar a iniciativa do seu esposo, quando prefeito de Palhoça, com relação à questão do transporte marítimo. Mas essa visão precisa e

necessita ser dentro de uma forma integrada com toda a região. A providência divina nos concedeu, pela sua bondade, pela sua benevolência, belezas e recursos naturais que poderiam, dessa ação integrada, promover conjuntamente a condição de proporcionar à sociedade um transporte de segurança mais efetivo, seguro, com preço e com qualidade.

Deixamos de evoluir, de avançar, perante os organismos nacionais, e até mesmo internacionalmente falando, por falta de um conceito de uma região, porque nada adianta somente alistar no papel. É preciso que as pessoas tenham consciência e façam essa quebra de paradigmas e passem a agir dentro de uma ação integrada em prol das grandes metrópoles.

Por isso vejo com muita expectativa esse projeto que adentrou nesta Casa. Sei que deverá sofrer certamente uma série de discussões, pois vamos abrir esse debate. Mas percebo claramente o quanto deixamos de avançar, quantos bilhões deixamos de trazer por não agirmos conjuntamente.

Já há o fato intrigante da questão do congestionamento, onde temos na Ponte Pedro Ivo Campos um fluxo maior do que na Ponte Rio Niterói. Nós tínhamos há quatro anos um milhão e quinhentos mil veículos, agora já estamos cruzando a marca dos quatro milhões e quinhentos mil. E o que está sendo feito dentro de uma ação conjunta integrada voltada ao aeroporto, voltada ao porto, voltada a BR-101, voltada às ferrovias, voltada às hidrovias? Basicamente nada, se olharmos para o cenário de uma visão de médio e de longo prazo.

Por isso é preciso uma reflexão sobre o que queremos, qual o propósito de se criar através dessa lei a região Metropolitana. Existem vários serviços que precisam melhorar, desde a telefonia, o saneamento, a integração das áreas urbanas. Há áreas extremamente conurbadas que precisam de um olhar com sensibilidade e com um propósito específico para que possamos entabular projetos que venham realmente proporcionar qualidade de vida, segurança às pessoas e segurança jurídica para os investidores que se deverão estabelecer aqui.

A Sra. Deputada Dirce Heiderscheidt - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

A Sra. Deputada Dirce Heiderscheidt - Deputado, gostaria de parabenizar também o governador Raimundo Colombo pela ação de estar, pela sensibilidade de estar mandando para este Parlamento um projeto de lei tão importante para Santa Catarina.

Quero agradecer as suas referências com relação ao meu marido por ser um dos grandes batalhadores do transporte marítimo e dizer que somente após a criação e a implantação da região metropolitana seremos uma referência para o Brasil na questão turismo. Como querer que a capital do estado, Florianópolis, uma cidade belíssima, seja referência se estamos aí com essa problemática, esse caos na questão da mobilidade urbana.

Parabenizo-o pela sua fala. Precisamos de uma ação conjunta dos parlamentares desta Casa, de uma grande força

tarefa, para que essa região metropolitana se concretize o mais rápido possível a fim de que possamos implementar ações como o transporte marítimo para nossa região.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Agradeço, deputada. V.Exa., que foi primeira-dama do município de Palhoça, com muita propriedade, junto com o Ronério, teve essa coragem, essa ousadia. Precisamos ampliar esse leque, e esse é um conceito que precisa ser estabelecido dentro de uma visão macro, integrada para que possamos prosperar cada vez mais.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado, v.exa. já foi presidente da comissão dos Transportes e conhece bem o assunto. Precisamos olhar a realidade. Não adianta estar no papel. No papel vimos muitas coisas. Já inauguraram o metro de superfície! Como parlamentar, lembramos. Foi tudo no papel. Nós queremos coisas concretas. O transporte marítimo é a coisa mais difundida e utilizada.

Estive a poucos dias no Canadá onde existe ônibus anfíbio, que vai pela terra, pela água. Há toda uma estrutura. É uma questão de cultura. Como v.exa. falou, é necessário tirar do papel e transformar em realidade. Existem recursos para isso, basta haver vontade política. E essa integração vai fazer a diferença.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Deputado Reno Caramori, tecnologia existe e está disponível no mundo todo, os caminhos, os meios. Agora, como v.exa. disse, quem faz a pasta é o titular, mas precisa de vontade política e ação. O poder público tem que capitanear esse processo. Ele precisa dar segurança jurídica, trazer os órgãos responsáveis. Trazer o Ibama, a Fatma, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, trazer quem quer que seja, pois o problema é nosso, de todos nós e não podemos virar as costas para isso.

Eu cito o exemplo do Gasbol, gás Bolívia Brasil, que em tempo recorde cortamos esse sul do Brasil, integrando a Bolívia e o Brasil, e hoje está aí uma realidade, por uma questão de emergência, estratégia nacional. Por que não fazermos dessa uma ação integrada, suprapartidária, pensando no bem comum?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Esse é um assunto que me dá muita vontade de falar, quando se trata de região metropolitana.

Desde 2007, deputada Dirce Heiderscheidt, quando foi extinto na criação das secretarias regionais houve o entendimento, na época do governador Luiz Henrique, que as duas entidades iam fazer o mesmo papel. Mas na verdade não é. A secretaria Regional é uma coisa e a região metropolitana é outra.

A região metropolitana fala da conurbação dos municípios. Então, temos, aqui, uma região metropolitana, porque é conurbado Florianópolis com São José, com Biguaçu, com

Palhoça. E uma região metropolitana só pode existir a partir de um milhão de habitantes dessa conurbação. Por isso, criamos, aqui, para não criar tantas regiões metropolitanas, criamos uma figura que não existe no Brasil, só existe em Santa Catarina, a extensão de uma região metropolitana.

Ouvindo os deputados Valmir Comin e Reno Caramori falando sobre essa questão do transporte marítimo, na verdade isso tem que sair, literalmente, tem que sair do papel e ir para a água.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Deputado, sempre digo que muitas vezes temos que estabelecer um novo conceito. A quebra de paradigmas é muito complicada.

Muitas vezes as pessoas dizem que precisamos adequar a situação à legislação. Mas por que não fazermos o inverso? Adequarmos a legislação à realidade que estamos vivendo? Nós estamos num novo tempo, num novo momento. Os problemas estão aí, são cruciais, são pertinentes, agravando-se a cada dia mais, estressando as pessoas. Essa é a grande verdade. Nós deixamos de avançar justamente, às vezes, por causa de uma lei. Então, vamos mudar a legislação. Mas vamos adequá-la à realidade que vivemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, esse é um assunto importante, aliás, um dos assuntos mais importantes que foi discutido nesta Casa é justamente o problema da mobilidade urbana das rodovias estaduais, das rodovias federais.

Eu assisti na televisão, há poucos dias, uma reportagem da RBS mostrando o descaso com rodovias federais no norte, no nordeste, no centro-oeste. Nós no sul ainda temos um pouco de privilégio em alguns setores. Agora, temos o dilema, o drama dos caminhoneiros lá para cima com as carretas quebrando, transportando soja para o porto de Santos, que está abarrotado, sem condições de absorver toda a produção.

O motorista na reportagem disse: "Pois é, a presidente Dilma fica mandando dinheiro para o porto em Cuba. E o nosso porto de Santos com mais de 400 caminhões diariamente na fila, sem protocolo, aguardando para fazer o documento para entrar no porto."

Isso é um absurdo. O Brasil é muito grande. Nós não temos ferrovias. Nós temos muito pouco transporte marítimo. Então, pelo menos, precisamos ter estradas.

Aí, mais uma vez, vem a questão da BR-101. A grande polêmica do trecho Palhoça na divisa com o Rio Grande do Sul, nos trechos que ainda estão empacados, a exemplo de uma coisa tão simples que é o Morro dos Cavalos.

No dia 11 de dezembro, quando me reportei a respeito da situação do referido morro, em momento algum me referi ao índio. A

minha observação é para quem tem a responsabilidade de bem atender ao povo indígena, que é a Funai, e não o faz. Ela que deveria ser a protetora dos mesmos, mas é exploradora deles. São usados como massa de manobra, enquanto isso morrem pessoas e retarda a economia, o transportador e o motorista ficam nervosos, porque ficam duas horas ou mais numa fila que vai de Palhoça até ultrapassar o limite do Morro dos Cavalos. E para tentar recuperar o tempo criam mais problemas, como excesso de velocidade, para poder cumprir horário.

Se tiver uma ambulância com uma parturiente para ganhar nenê, ela ganhará na pista, porque não tem como evacuar o trânsito que está trancado. E já está comprovado isso, não pelo deputado Reno Caramori, mas pela sociedade toda, pelos usuários da BR-101, desde a Argentina até nosso norte e nordeste, porque tem esse gargalo do Morro dos Cavalos. É uma vergonha. Tudo isso por um capricho de uma entidade que é do governo e que não quer entender, aliás, entendem, mas não querem dar anuência para que o DNIT execute a obra. A licitação foi aberta no dia 29 de janeiro, e não vimos ainda o resultado. Isso dentro dos prazos normais.

Hoje à tarde terei uma audiência com o dr. João José dos Santos, do DNIT, para ver em que situação se encontra. A polêmica continua, deu mais um acidente nesses dias e vai dar muito mais, porque chega lá em cima e afina. Agora, por que essa teimosia parcial de alguém que em vez de colaborar com o Brasil prejudica-o, assim como a uma sociedade de uma etnia formada pelos nossos indígenas, inclusive os do Paraguai, que importaram para dizer que tem índio.

Então, temos que o olhar o progresso e o bem-estar da nossa gente, da nossa sociedade. Não tem polaco, alemão, italiano, preto, amarelo, todo mundo tem direito. É um ser vivo. É um ser humano. E tem o direito de viver na sociedade e com a sua responsabilidade para com os demais.

Por isso brigamos pelo direito do homem, do ser humano. Não interessa a raça, a profissão, o grau de cultura, mas é um ser vivo, humano e assim deve ser tratado. Se nos preocupamos tanto com os animais, não estamos nos preocupando muito com o ser humano. Mas que mundo é este?

Por isso, acho importante que este Parlamento tem que levantar essas polêmicas para que alguém se acorde em tempo, pois ao assistir os noticiários fico cada vez mais indignado com o desleixo, repito, de algumas rodovias federais, e estaduais também, sendo

que estão atacando alguns trechos, reformando, tentando reabilitá-las dentro de um esquema que o governador Raimundo Colombo está implementando, que está meio devagar para quem conhece todo o estado, principalmente nosso meio-oeste e oeste, mais vai, pelo menos as obras estão andando.

Quero cumprimentá-lo pela grande tacada que deu em buscar a melhoria dessas nossas rodovias. Discordo em alguns setores, por exemplo, tirar uma curva que não havia necessidade no meu ver como transportador, motorista, pois irão gastar, mas fotografarei e farei um levantamento, através da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, do custo daquele trecho. É um absurdo.

Se o sistema de Engenharia do Deinfra entendeu que seria a solução, tudo bem. Vou respeitar, mas tenho que mostrar, e preciso ver isso, direitinho.

Agora, melhorias, terceira pista, são importantíssimas. A melhoria nas curvas é importantíssima, mas melhorem o que está lá. Quando a estrada foi construída, já foi feito aquele plano, e existem localidades que foi feito pelo mais barato e pelo mais prático. Agora, tem alguns trechos que questiono.

Eu falava ontem numa reunião com o presidente da Fecoagro, sr. Luiz Suzin, que é presidente da Coopervil, sobre os problemas do transporte, os problemas do custo operacional, da produção catarinense. E ele estava também contestando esse tipo de melhoria com um custo muito maior do que o benefício.

Então, essas coisas nós temos que olhar com carinho, para que nós não sejamos criticados pela sociedade que está lá vendo e vai dizer que gastaram muito para fazer um trechinho.

São quantas estradas que temos ainda, para serem asfaltadas? O que estão fazendo neste trecho dá para asfaltar o trecho da Macieira até Salto Velozo, que tem oito quilômetros de estrada nova, que pode integrar toda a nossa região. Vão gastar muito mais para cortar duas curvas.

Então, é complicado. Penso que é importante, que o povo catarinense seja esclarecido, tem que olhar, tem que estar informado. E este Parlamento tem a obrigação de informar, de buscar as informações para levar ao conhecimento da nossa gente, daqueles que lutam por este estado, por aqueles que lutam por este Brasil e que têm o direito de conhecer as coisas.

Por isso mais uma vez bato nessa tecla da mobilidade urbana, das rodovias

federais e estaduais. É de suma importância, porque é o que transporta a riqueza neste Brasil.

Infelizmente só temos que culpar o pneu. Nós não temos trem. E a questão do trem eu já pedi para esta Casa que fosse feito um documento de meus pronunciamentos para registrar em cartório, que ainda bem que ficam nos anais desta Casa. Dei 20 anos para a rodovia do frango, apelidada na época pelo saudoso Wilson Kleinübing. Eu disse que se em 20 anos sair o projeto fico satisfeito.

Agora, já foram eleitos alguns deputados prometendo a Rodovia do Frango. E agora é a Norte/Sul. Agora, a Valec está apresentando um projeto que está sendo contestado, está sendo estudado novamente. Então vamos dar mais 20 anos, deputado, para que mexam nas rodovias de Santa Catarina.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - A Rodovia do Frango pelo jeito está como aqueles frangos que ficam velhos e têm que ser cozidos na panela.

O Sr. Deputado Sandro Silva - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Eu gostaria de registrar a presença do vereador Maicon da Rosa, do PP, que foi assunto no dia de hoje no seu discurso, aqui na Assembleia Legislativa.

Seja bem-vindo, vereador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Fica registrada a presença do vereador PPS, sr. Maicon Cesar da Rosa que foi o autor do pedido de informação que descobriu que o prefeito de Joinville, deputado Reno Caramori, é sócio-acionista da Companhia Águas de Joinville. Ele coordena e vende as águas lá.

Seja bem-vindo, vereador.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queria fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 009ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri

Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente. E faço um cumprimento especial a todos os colegas parlamentares desta Casa, quem nos acompanha pela TVAL e Rádio AleSC Digital e a quem nos acompanha pela tribuna nesta tarde de terça-feira, para abordar, srs. parlamentares, sras. deputadas, público catarinense, um tema da vida de toda a população catarinense, que é a segurança pública, deputado Sargento Amauri Soares que fez parte em 2013 conosco da comissão de Segurança Pública desta Casa, onde realizamos inúmeras audiências públicas,

a respeito de um dos temas principais que atormentam a vida dos catarinenses, ou seja, a segurança pública.

Anteriormente sempre em pesquisas de opinião o problema maior era a saúde, mas o tema que está sendo mais discutido e cobrado hoje é a questão da segurança pública, o direito de ir e vir, a segurança nas casas, nos locais de trabalho, porque parece que tudo se inverteu, ou seja, nós somos prisioneiros dentro das nossas próprias residências, tamanha a insegurança que vivenciamos.

Um jornal do estado de hoje repercutiu que Florianópolis está reunindo uma série de entidades empresariais e da sociedade civil organizada para debater esse tema que é um conflito na capital de Santa Catarina e também no interior do estado.

Em todas as cidades que visito a pergunta e a cobrança é a mesma: quando o estado vai resolver o problema da segurança, garantir tranquilidade para as famílias catarinenses?

Primeiro quero registrar que na nossa concepção a segurança pública deve ser tratada de forma interdisciplinar, tendo como foco a prevenção e o combate ao crime organizado. E precisamos investir pesado na prevenção. Precisamos investir em programas sociais para as nossas crianças e adolescentes. E nesse prisma Santa Catarina é um verdadeiro atraso. O estado que era exemplo em políticas públicas de proteção à infância, na década de 90, hoje é um dos mais atrasados do país.

Estamos engatinhando nas políticas públicas de prevenção e combate à droga. Na verdade, estamos perdendo o jogo. Estamos perdendo para os traficantes. Estamos perdendo os nossos filhos, crianças, adolescentes e adultos para o tráfico.

O governo do estado demorou seis anos, srs. deputados e público catarinense, para aderir a um programa nacional, que é o Pronasci, que institui estruturação e apoio do governo federal nos programas tanto de prevenção e combate à drogadição como também recursos para a capacitação dos nossos policiais.

Trago alguns exemplos que demonstram que as políticas públicas de segurança em Santa Catarina são equivocadas. Na semana passada, um jornal de circulação estadual, em matéria de duas páginas, apresentou fotos, apresentou nomes, apresentou uma relação de armamento de um grupo de traficantes aqui da capital do estado de Santa Catarina, Florianópolis.

Um repórter fez um diagnóstico preciso do tráfico de drogas em Florianópolis. E a polícia? Não sabe dessa situação? Será que esse repórter sozinho pode fazer toda esta investigação, mas a nossa polícia não sabe desse problema?

Tem alguma coisa errada nesta história, senhores deputados! Será que somente este repórter deste jornal de circulação estadual é que tem conhecimento desse grupo de traficantes aqui em Florianópolis?

Será que a nossa polícia não tem conhecimento, a nossa polícia que é tão enaltecida, o setor de inteligência! E, se sabem, porque não atuam?

A droga faz um estrago terrível, em primeiro lugar, na pessoa que consome a droga, depois na família desse usuário e, por fim, na sociedade.

Também detectamos, numa pesquisa feita recentemente que, das pessoas que estão presas nos nossos presídios e penitenciárias de Santa Catarina, a maioria são jovens, e a maioria são usuários de drogas.

Eles precisam de tratamento porque, estando presos, vão sair mais doutores no crime ainda. A prisão, o presídio, a penitenciária não faz um trabalho de ressocialização.

Em Luís Alves, cidade do Vale de Itajaí, uma agência bancária foi assaltada sete vezes nos últimos dois anos, e é uma cidade pequena.

Em Blumenau os furtos a residências, comércio e veículos estão virando epidemia. Nossa população está assustada! Cada vez mais a população está investindo individualmente em segurança porque a segurança pública não dá conta, além de sofrer ainda com o quadro efetivo de policiais civil e militar muito baixo, o menor que já vivenciamos. A população aumentou na região, mas o número de policiais diminuiu.

Temos cerca de 300 policiais militares, número inferior ao que possuímos na década de 80, e estamos no ano de 2014. Blumenau possui um policial civil para cada três mil e seiscentos moradores. Esta falta de efetivo propicia um sentimento de insegurança e fortalece a criminalidade.

O estado está investindo na aquisição de equipamentos, em veículos e câmeras de segurança com recursos do governo federal. Aqui muita gente vivenciou os programas do Pacto pela Segurança através de *outdoor* em várias cidades do estado de Santa Catarina, *outbus*, veiculação no lado externo nos ônibus, nos jornais, em todas as rádios, e redes de televisão, mas a nossa população não está vivenciando segurança no estado de Santa Catarina.

Foram instaladas, srs. deputados, 54 novas câmeras de segurança e adquiridos veículos, mas em Blumenau não adianta ter somente esses equipamentos, uma vez que os profissionais, em número pequeno, não conseguem fazer também o monitoramento nos equipamentos.

Em Blumenau está instalado o 10º Batalhão da Polícia Militar que sofre com a falta do efetivo para monitorar esses equipamentos e sofre com a falta de efetivo para garantir que os novos veículos entregues na cidade de Blumenau circulem pela cidade. O que adianta ter muito carros, se não temos policiais, deputado Sargento Amauri Soares, para trabalhar nesses equipamentos. Essa é uma realidade, srs. deputados da maioria dos municípios catarinenses.

Lembro-me da campanha estadual há dois anos veiculada nos meios de comunicação, realizada na Prefeitura de Chapecó em parceria com o governo do estado, anunciando mais equipamentos, mais policiais, mais câmeras de segurança para aquele município. E hoje vivenciamos no município de Chapecó insegurança destacada com o maior número de assassinatos de homicídio, e na entrada da cidade havia um *out door* que dizia o seguinte, deputado Dirceu Dresch: Aqui bandido não tem vez. Pois agora é um estado de insegurança que aconteça no município de Chapecó.

Dois anos depois dessa propaganda em Chapecó, a cidade está mobilizada e protestando pelas ruas quanto à insegurança que vivencia aquele município. Passados os três anos do governo do estado de Santa Catarina o que podemos constatar, srs. parlamentares, são equívocos, mais equívocos na área de segurança pública.

É hora de mudar. É preciso rever as políticas nessa área. É preciso uma mudança de rumo nessa área. Agir com urgência na implantação de políticas públicas de prevenção e estruturar os policiais do nosso estado. Se gasta muito em propaganda, mas a nossa

população está vivendo uma insegurança em todos os municípios do estado de Santa Catarina. E por toda Santa Catarina o problema que mais chama a atenção dos catarinenses no dia de hoje é a questão da segurança porque nenhum homem, nenhuma mulher transita ou em sua residência está seguro porque não tem a garantia em relação ao número de efetivo que não comporta pelo tamanho e pelo número de pessoas que estão vivendo no estado de Santa Catarina.

É preciso, então, mais policiais civis, mais policiais militares para fazer a segurança pública no estado de Santa Catarina, mais ações de prevenção para a nossa criança e adolescente e também para o tratamento das pessoas usuárias de droga.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Jailson Lima, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Assomo a tribuna hoje, primeiramente, para agradecer a solidariedade do meu partido nos debates que fizemos, nos encaminhamentos realizados no que tange a possibilidade de uma CPI no Ministério Público.

Em segundo lugar, quero contextualizar o pronunciamento da deputada Angela Albino, representante de Florianópolis, que conhece bem a Casa Rosa, do Ministério Público - quando ela fez o pronunciamento, eu não estava aqui -, até mesmo porque assinei a CPI das águas para investigar R\$ 240 mil, e quero investigar sobre milhões de reais.

Na CPI das Águas de Palhoça iríamos investigar toda privatização de companhia de água realizada em Santa Catarina, e acho que ela está no caminho correto, também sem querer construir uma discussão institucional com a privatização ou não das companhias das águas.

Ela ponderou, neste plenário: "Não podemos criar uma discussão institucional. Temos que dosar o que falamos e investigar os fatos isolados, e não a instituição, tão importante para a sociedade." Quero dizer a deputada Angela Albino que concordo com ela, por isso não estou aqui, em hipótese alguma, questionando a instituição, mas questões pontuais do Ministério Público, como um supersalário e uma dispensa de licitação de uma obra de R\$ 123 milhões. Quero também fazer uma leitura sobre como têm sido pautadas as mensagens e as matérias em relação ao Ministério Público nos principais jornais de Santa Catarina escritos, televisivos ou em rádios.

Trago uma matéria do querido companheiro Roberto Azevedo em que fala: "Antes da comissão, o MP tem atravessada a decisão dos deputados que barraram a criação de 410 cargos pela instituição, um projeto que transformava estagiários de pós-graduação em funcionários comissionados."

Primeiro, o Ministério Público não tem que ter nada atravessado. Temos que cumprir o nosso papel. Temos que discutir projetos. Esse é o nosso papel, aprovar ou não, concordar ou não. Em segundo lugar, tem outra matéria que fala sobre a reação da Assembleia e diz que em um determinado momento produz um tiroteio contra o Ministério Público. Quero dizer que não é isso, em hipótese alguma. Não! Já disse que princípio eu não negocio, e discordo pontualmente da dispensa de licitação e dos valores levantados pelo Ministério Público tanto no terreno quanto na obra.

Há outra matéria do Moacir Pereira em que ele fala dos valores aplicados de R\$ 30 milhões ao Ministério Público, que a obra tinha sido embargada por eles, e que temos que

caminhar no sentido do consenso, vamos assim dizer. Existe outra que fala do erro grave do Conselho Nacional de Justiça, o que já provei aqui que não é verdade. Tinham mudado as informações do site. Está claro que não foi para a comissão de Fiscalização que eu entreguei os documentos, foi para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Outra matéria coloca: "Clima de Desconforto", com uma foto deste deputado e do deputado Edson Andriano. Não estou nem um pouco desconfortável. Não sei se aqui dentro alguém esteja desconfortável. Até mesmo porque aqui o meu papel é produzir o debate para a boa aplicação do recurso público. Depois, há outra matéria: "Sequência nos trabalhos", em que novamente se fala que precisamos ter cuidados, não criar conflitos.

A última saída que acharam foi a saída da Assembleia, a nossa saída. Desde quando que temos que achar saída? Nós temos é que construir caminhos. Seria oportuno quem sabe chamar o procurador-geral do Ministério Público para vir aqui, a uma comissão, como convidado, para dar explicações, sem problema. Porém, isso não me permite investigar e chamar todo mundo que está envolvido nesse processo, quem deu parecer, justificativa técnica, desde quando começou, quando terminou e os responsáveis por esse descalabro.

Então, não estou preocupado com uma saída da Assembleia nem com uma saída minha com esse debate. Uma CPI requer apenas 14 assinaturas. Se ninguém retirar, o meu embate com o Conselho Nacional do Ministério Público vai continuar.

Depois tem outra: "Casa Rosada será restaurada". Esta semana, o jornal da *Band*, deputado Carlos Chiodini, apresentou a Casa Rosada com o procurador e o promotor lá dentro, deputado Sílvio Dreveck, v.exa. que foi prefeito. Agora eles estão dando uma benesse para o povo da Grande Florianópolis, vão reformar a Casa Rosada. Lá vai ter exposições de quadros. O povo vai poder usar a Casa Rosada, que está há nove anos fechada. Isso é termo de ajuste de conduta com o Tribunal de Justiça, porque descumpriu a lei com o patrimônio cultural do estado e da nação. É obrigação e não benesse para o povo catariense. Estão dizendo agora que a Casa Rosada vai ser para uso do povo.

Outra é que a CPI do Ministério Público acabou, na verdade, criando um clima de desconforto, mas não tenho nenhum desconforto com isso. Ao mesmo tempo em que a maioria evita o confronto, ela já deve nascer sepultada. Mas para mim só está sepultado mesmo quando não respira mais. E já provei isso com o meu trabalho aqui dentro. Já vi paciente que foi dado diagnóstico de óbito, porque fez uma parada respiratória, mas não havia morrido. Depois, acordou e está vivo até hoje, deputado Sílvio Dreveck. Como eu acredito em milagres, continuo de pé nessa questão. Mas estou dizendo isso, deputado Sílvio Dreveck, porque se for milagre, acho que v.exa. vai concordar comigo mesmo não querendo assinar a CPI, assim como o PP.

Deputados, Sílvio Dreveck e Sandro Silva, no início de janeiro a empresa que vendeu e fez a negociata com o Ministério Público foi no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Florianópolis, eu tenho cópia, estava lá registrado esse imóvel por R\$ 10.440.000,00, deputado Sargento Amauri Soares. No dia 16, menos de três semanas depois, o Ministério Público, juntamente com a empreiteira, foi verificar no 1º Ofício de Registro de Imóveis e ambas as partes, sem nenhum parecer técnico de avaliação, avaliaram o imóvel em R\$ 38 milhões. Registraram o imóvel

valendo R\$ 38 milhões, deputado. É muito estranho que do dia para noite um terreno de R\$ 10.440.000,00 passe a valer R\$ 38 milhões. Nem na lua tem terreno com esse preço por metro quadrado. Eles simplesmente acordaram que passe a valer isso. Então, não estou preocupado em nenhum momento em estar ou não confortável.

Segundo, no dia 19, três dias depois, o Ministério Público depositou R\$ 30 milhões, com o terreno que passou a valer R\$ 38 milhões. O senhor não acha que tem algo de estranho nisso, deputado Sílvio Dreveck, neste reino nebuloso?

Então, quando falo na CPI para levantar isso é porque tem que ter justificativa para esse terreno passar a valer R\$ 38 milhões. Chamo todos os corretores de Florianópolis e empresas para avaliar isso. E aí quero dizer o seguinte, se o Ministério Público for pagar os R\$ 38 milhões pelo terreno, mais R\$ 26 milhões pelo prédio, que é o que ele vale, ainda sobriam R\$ 54 milhões para os cofres públicos. Essa é uma matemática simples, mas parece que aqui tem bancada que não sabe fazê-la. Assinam uma CPI para investigar R\$ 240 mil e não querem assinar uma para investigar R\$ 123 milhões.

Por isso, quero ir à primeira exposição da casa rosada, ou casa rosa, quando tiver, porque ela será para uso público, para saber quanto vai ser gasto na recuperação daquela casa.

No mais, o nosso bom combate vai continuar.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado pela palavra, deputado Jailson Lima.

Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, quero registrar a presença nesta Casa do vereador Ozair da Silva, conhecido carinhosamente como Banha, presidente da Câmara de Vereadores do município de Araranguá, e também do expeditado estadual José Paulo Serafim e da nossa querida Janetinha, coordenadora do setorial de mulheres do PT em nível estadual.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, sejam bem-vindos a esta Casa e que possa ser feito o registro desses nomes na ata deste Poder.

Também quero agradecer a presença do presidente do partido jovem do PSDB de Tijuca, Raul Paulo. Seja bem-vindo e que tenha uma boa estada.

O próximo inscrito para falar é o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. e sras. deputados presentes nesta sessão, quem nos acompanha pela TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital na tarde desta terça-feira, quero concordar com a deputada Ana Paula Lima sobre a fragilidade da segurança pública em Santa Catarina e do debate ou das iniciativas que têm havido por parte de setores do governo para buscar uma resposta neste ano que é eleitoral.

Precisa-se registrar que foi feita bastante contratação de novos policiais nos últimos três anos, assim como um pouco nos governos anteriores, mas que tem sido insuficiente para duas décadas e meia de atraso em termos de contratação de servidores públicos também na área de segurança.

Então, a recuperação que tem havido não tem sido suficiente para repor aqueles que

se estão aposentando. E todos os atuais governantes aqui em Santa Catarina eram e são do mesmo discurso de que o serviço público é um mal para a sociedade. Passaram duas décadas sem contratar praticamente ninguém, e os efeitos estão aí e agora.

Evidentemente que medidas emergenciais precisam ser tomadas, mas é claro também que elas como medidas emergenciais podem resolver por algum período de curta duração ou amenizar, não é nem resolver, a falta de segurança em algumas cidades e regiões especificamente. Mas a reestruturação da segurança pública no Brasil precisa de muito mais.

Estava preparando uma fala a esse respeito para fazer registro do movimento dos policiais federais, que inclusive aqui em Santa Catarina estão em processo de mobilização, tendo como pauta principal a reestruturação da segurança pública no Brasil, através de algumas propostas de emendas à Constituição, que tramitam no Congresso Nacional, especificamente a PEC 51, em defesa da qual nós também nos somamos.

A PEC 51 é de autoria do senador Linderberg de Farias e busca reestruturar a segurança pública nacional, deixando para os estados a competência de resolver se as Polícias devem ser militar ou não militar, se deve ser uma, duas, três ou quantas quiser ter, deixando em aberta a possibilidade de reestruturar a questão do inquérito policial. Esse movimento dos policiais federais defende o fim do inquérito policial.

É evidente que para alguns setores mais conservadores falar isso parece uma violência. Mas, no entanto, não temos dúvidas de que o instrumento mecanismo do inquérito policial retardado em pelo menos um ano a persecução penal em todo o Brasil. É preciso que haja um trabalho direto pelos órgãos de Justiça, pelos órgãos de acusação, Ministério Público, em cima do fato trazido pela Polícia ou pelas Polícias. E isso redundaria numa agilização do processo judicial, do processo penal, além do que faria com que deixasse de existir o mecanismo que às vezes é bastante utilizado pelos poderosos do inquérito policial como espaço de pressão política para que determinada investigação caminhe em uma ou em outra direção.

Por isso a importância de que este trabalho fosse feito já pelo Ministério Público que, evidentemente, não está acima do bem ou do mal, com o pronunciamento anterior advoga, mas é outra instituição, outro Poder, e tem, pelo menos em tese, mais autonomia do que o órgão subordinado ao Poder Executivo.

A Aprasc, da qual faço parte e fui diretor, o Sindicato dos Policiais Federais de Santa Catarina, a Federação Nacional, assim como o Sindicato da Polícia Civil estão nesse começo de debate para organizar inclusive aqui neste Poder um seminário, com abrangência e convidados nacionais, sobre a necessária reestruturação da segurança pública em todo o Brasil e no estado de Santa Catarina.

No Centro de Ensino da Polícia Militar, por exemplo, em Florianópolis, no bairro Trindade, na década de 90 este centro foi abandonado. A metade daquele centro de ensino era alugada para uma universidade particular e a outra metade estava perdida no mato, na década de 90 inteira. Olhem quem estava governando, quem já estava governando na década de 90.

Então, hoje se colhe o reflexo daquela política. Um governo novo assume e parece-me de forma cada vez mais permanente, um governo de continuidade. Aí começa: "a segurança pública está ruim, mas vamos melhorar, vamos melhorar tudo, vamos

solucionar". Meses depois, "a segurança estava muito ruim, agora já estamos trabalhando neste sentido e não temos dúvida que no ano que vem vai ser bem melhor".

No final do mandato tem que fazer operação isso, operação aquilo, para correr lá, neste caso especificamente, em Chapecó. E ia apagar um incêndio.

O número de assaltos à mão armada, inclusive é muito alto em todos os bairros, em todas as cidades do estado de Santa Catarina. Mais alto ainda nos bairros populares, mas só dá comoção quando assaltam na Beira Mar, quando assaltam um prédio da Beira Mar, quando morre alguém na Beira Mar, na Lauro Linhares, aqui na capital, aí dá comoção, mas lá nos bairros populares, nos mercados, nos mercadinhos, nas farmácias, o pequeno comércio está sendo atacado cotidianamente. Até tem uma teoria da atual gestão que lá em lomerê pode morrer gente, só não pode morrer na Beira Mar, mas não vou citar nomes. Mas dizer que em lomerê pode morrer e não na Beira Mar, estão dizendo que não devemos morrer na Beira Mar, não devemos morrer nas áreas nobres das cidades, da cidade que é a nossa capital, onde estão os meios de comunicação, cidades com grande afluência e existência de meios de comunicação, e estão cuidando, portanto, dessas áreas. Mas lá onde estão os pobres, em lugares onde não dá notícia, então, vai se deixando a segurança pública como está.

O problema da segurança pública na cidade de Chapecó é grave, como em toda Santa Catarina, e se agravou com a Operação Veraneio. E é incrível que se faça isso há décadas. Inclusive, falamos durante todos esses anos que levar os policiais militares para o litoral não significa maior segurança para a população catarinense. Mas é preciso acontecer para que o estado que tudo deveria ver antes tome providências.

Nós queremos continuar este debate, porque não é uma questão de simples resolução, é preciso vontade política e redefinir os horizontes e objetivos do estado. O estado vai defender o conjunto da população ou a maioria da população ou continuará sujeito às vontades de lucro de uma minoria de grandes empresários.

Eu quero agradecer e dizer que o discurso supostamente neoliberal enganou a população por 20 anos, que de liberal não tem nada, aliás, é ultraconservador, abandona a maioria da população do estado em nome dos interesses de lucro de um punhado de empresários, esse punhado de monopólios daqui e especialmente de fora.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, eu quero anunciar e agradecer a presença neste plenário do vice-prefeito de Taió, sr. Aristides Valentini, que vem a esta Casa e à secretaria do governo trazer pedidos de Taió. Ele está acompanhado do sr. Eduardo Blanck. Também recebemos a visita do PSDB Jovem, sr. Raul Paulo.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Está feito o registro, deputado Serafim Venzon, e sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Serafim Venzon, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero agradecer ao presidente em exercício neste momento, deputado Kennedy Nunes, cumprimentar todos os srs. deputados, as sras. deputadas, todos que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital, todos os trabalhadores e trabalhadoras da Casa, nossas equipes dos mandatos que vêm contribuindo para o funcionamento e os trabalhos deste Parlamento.

Sr. presidente, hoje não posso deixar de fazer um pronunciamento, em nome da nossa bancada, sobre a necessidade desta Casa se posicionar e investigar as graves denúncias trazidas aqui e documentadas, especialmente pelo deputado Jailson Lima, com relação ao Ministério Público estadual. Entendemos que precisamos apurar, acompanhar os fatos, porque é o dinheiro dos catarinenses que está envolvido, e esta Casa também tem o papel de acompanhar isso tudo de perto.

Quero deixar registrada a minha posição pessoal e dizer que não se trata de nenhuma retaliação, de nenhuma ação contra a entidade Ministério Público e nada do que está sendo insinuado por aí. Mas há indícios de um problema muito grave nesta documentação da compra do terreno, e há também a questão do teto salarial, mas a compra do terreno precisa ser esclarecida, com certeza.

Quero também dizer que a nossa bancada, o nosso partido, através dos seus deputados, inúmeras vezes já veio a esta tribuna para falar sobre a insegurança da população catarinense. Talvez a discussão da segurança pública seja hoje uma das prioridades da nossa população.

É muito triste quando pessoas de uma família precisam sair de casa para trabalhar, andar na rua com medo ou se cercar, como cercamos animais, por sentirem insegurança.

O estado tem o dever de dar segurança para a sociedade, eis que cobra impostos para fazer isso. Tem o dever de dar educação, saúde e segurança pública, que são as necessidades principais dos cidadãos. E quero falar sobre a segurança pública pela movimentação que temos sentido nas cidades, nas comunidades.

Hoje pela manhã não pude participar da mobilização realizada em Chapecó, por mais de cinquenta entidades. E quando empresários, trabalhadores, pessoas que têm que trabalhar e lutar todos os dias deixam seus afazeres e vão para as ruas é porque a situação chegou ao limite, e as pessoas estão realmente correndo risco de vida.

Tenho em mãos alguns números alarmantes que passo a ler.

(Passa a ler.)

"Violência em Chapecó

O aparato da segurança pública de Chapecó não acompanhou o crescimento do município.

Em 2009 foram 20 homicídios; em 2010, 28; em 2011, 42 homicídios; em 2012, novamente 42; em 2013, 46 assassinatos foram registrados. E nos primeiros 50 dias deste ano 15 assassinatos ocorreram desde janeiro, ou uma morte a cada três dias. Chapecó lidera o ranking de homicídios no estado.

O número de policiais militares hoje é o mesmo de 20 anos atrás. A recomendação é de um policial para 250 habitantes. Assim, a

população de Chapecó deveria contar com 800 policiais militares, mas conta com apenas 280.

Desde 2011, foram lotados em Chapecó 121 novos policiais militares. Destes, apenas 78 continuam na sede do batalhão. Neste mesmo período, 86 policiais militares foram para a reserva. Em resumo, entraram e permanecem 78, mas saíram 86.

Há também um déficit muito grande de policiais civis. São cerca de 100 agentes para atender Chapecó e mais 20 municípios da região.

A essa realidade que revolta, soma-se a falta de estrutura, viaturas e equipamentos. O aparato da segurança pública diminuiu e a criminalidade cresceu.

Além do registro de assassinatos, a população está intimidada diante do aumento de roubos e furtos em residências, muitos com requintes de terror, e do crescimento dos assaltos registrados e em plena rua.

Crimes até então distantes e incomuns se tornaram realidade, como é o caso do registro de sequestros relâmpagos.

Hoje, há uma operação da Secretaria de Segurança Pública para conter a violência na cidade. Mas, essa equipe de 70 homens vai embora, e o que vai ficar? Novas promessas apenas?

O governo estadual prometeu reforçar o esquema de segurança. Na prática, nada aconteceu até hoje."

Nós, em 2011, fizemos um debate, deputado Sargento Amauri Soares, nesta tribuna. Constatamos que iriam policiais para Blumenau, Joinville, Chapecó, mas porque tinha lá um batalhão, iam se formar e seriam relocados na região.

Nesta tribuna rebateu-se veementemente que isto não seria verdade. Aqui, de fato, se prova isso, que os policiais foram para Chapecó e depois, dos 121, apenas 78 ficaram na cidade, os demais foram distribuídos pela região.

Então, não tem jeito. A deputada Ana Paula Lima falou das placas, dos outdoors que se colocam na entrada da cidade, do debate que ocorre sobre a redução da maioridade penal, e então fazemos uma grande pergunta.

Quais são as ações socioeducativas? Fala-se só em repressão, violência com violência, e quanto ao processo educativo, principalmente dos nossos jovens e adolescentes, qual é o processo de reeducação que eles têm?

Quando o governo vai pagar a data base? Duas já estão vencidas para os policiais militares. Quando se vai investir mais em estrutura para dar de fato segurança para os trabalhadores da segurança pública.

Então, este é o grande desafio que temos pela frente. Palavras, promessas, discursos, placas, outdoors não resolvem mais. A sociedade quer resposta, especialmente a sociedade mais isolada, dos bairros, que precisa também de muita segurança.

Então, hoje ocupamos essa tribuna mais uma vez, em nome da nossa bancada, para trazer presente este lamentável momento que vive especialmente a nossa cidade de Chapecó e o nosso oeste catarinense.

Outras cidades, como Nova Erechim, onde o prefeito Volmir Pirovano está nos pedindo uma audiência urgente para discutir esse mesmo tema, porque no mesmo dia duas lojas foram assaltadas naquele pequeno município na semana passada.

Então, lamentavelmente a sociedade catarinense vive um grande momento de insegurança e até aqui somente promessas. Precisamos de ações.

Obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch, que falou em nome do Partido dos Trabalhadores.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o líder, deputado Sandro Silva, da cidade de Joinville, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Obrigado presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que no acompanha pela TVAL e Rádio Digital, pessoas que se fazem presentes na Assembleia.

Sr. presidente, gostaria de falar um pouco de uma experiência inédita em Joinville por parte da igreja católica que está realizando na Paróquia Santa Luzia, bairro onde moro e a qual freqüento, o evento Escola da Família capitaneada pelos padres Inácio e Nivaldo, sendo o padre Inácio o pároco da paróquia.

(Passa a ler.)

"As inscrições estão abertas, e já temos 70 inscritos. Tem-se como objetivo geral ser uma escola ecumênica para as paróquias e comunidades de Joinville voltada aos temas que envolvem espiritualidade e a vida humana, qualificando seus membros a enfrentarem os desafios da sociedade, família e igreja, como também os objetivos específicos: mobilizar, sensibilizar e estimular os participantes a se tornarem agentes educadores e multiplicadores de valores éticos;

Apresentar as principais metodologias e práticas que devem ser utilizadas pelo casal para garantir um relacionamento duradouro e repleto de alegrias e realizações;

Disponibilizar metodologias de trabalho visando à melhoria na qualidade de vida da sociedade;

Oferecer oportunidades aos pais e mestre trocaram ideias sobre educação norteando-os na prática educativa e auxiliando-os a compartilhar suas dificuldades e experiências;

Proporcionar o repensar sobre o processo educativo que estão vivenciando com seus filhos ou alunos, já que a Escola da Família não é apenas só para pais, mas também para professores de maneira a trabalhar a postura do educador, ampliando a amizade e confiança entre educadores e educandos;

Fortalecer laços de confiança entre pais e mestres, proporcionando crescimento e conscientização dos mesmos no processo educativo.

Tem-se como público alvo pais, professores, jovens, noivos, casados, educadores de crianças, babás, agentes de pastorais, grupo de reflexão, entre tantas outras pessoas e qualquer pessoa que se interesse pelo tema educação familiar.

Disciplinas que serão desenvolvidas em 2014:

A vida humana;

A religião que humaniza o homem;

A família no plano de Deus;

Noções básicas de psicologia;

Adolescência e juventude;

A influência psicológica nas decisões pessoais é algo que muito importante para as famílias hoje em dia, deputado Neodi Saretta, que é a questão do planejamento familiar.

Então, realmente a Paróquia Santa Luzia de Paranaguamirim dá um exemplo importante a todas as outras igrejas porque mais importante que a oração é a ação, formar a família porque infelizmente hoje as famílias perderam um pouco o seu foco, deputado Kennedy Nunes, pois antigamente a família

ensinava valores, princípios, e a escola educava através da Geografia, da Matemática e assim por diante.

Hoje a família perdeu o seu norte, sobrecarregando assim os professores, tendo que ensinar princípios para os alunos e também tendo que ensinar o seu papel.

Quero deixar o meu registro, parabenizando a paróquia Santa Luzia por essa iniciativa. Temos certeza de que está contribuindo para que tenhamos um bairro, uma cidade melhor. Esse exemplo já está sendo seguido pela paróquia Bom Jesus Aventureiro, e com certeza vai ser replicado por toda cidade e por todo estado."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Esta presidência faz o registro do pastor José Carlos Francelino, diretor-presidente da TV Brasil Esperança de Itajaí e de Joinville e também do pastor do Santuário da Família, sr. José Carlos. Sejam bem-vindos!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos. Os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Primeiramente, quero cumprimentar a todas as pessoas que nos acompanham.

Quero expor e mostrar a camisa do movimento dos policiais federais de Santa Catarina e que em mobilização pedem o socorro da população para a reestruturação da Segurança. Vejam que o que está na frente da pauta não é salário. Eles estão colocando que é preciso reestruturar a segurança pública, por exemplo, através da PEC n. 51, que tem por objetivo reestruturar todo o sistema de segurança pública brasileiro. Um grande debate que continuaremos nesta tribuna ao longo das próximas semanas.

Queria ainda falar de política e das decisões que têm sido tomadas neste estado. Finalmente posso vir a esta tribuna dizer de forma pública e clara que não serei candidato a reeleição neste ano de 2014. Não serei candidato a deputado estadual em 2014 e nem a deputado federal. Era uma vontade pessoal de longa data, e inclusive por razões políticas fui aconselhado a não tornar público, mas agora fazendo debate no âmbito das lideranças do movimento de massa de onde sou originário, vou fazê-lo desta tribuna.

Houve uma reunião da Aprasc no último sábado e lá com algumas dezenas de companheiros de policiais e bombeiros militares de todo o estado expus as razões pessoais e políticas pelas quais não pretendo ser candidato a reeleição em 2014 e isso fez reabrir a discussão. Mas não ser candidato a deputado estadual ou federal não me isenta ou isola do processo político e do debate eleitoral de 2014, pelo contrário, estou-me colocando, bem como a minha organização política, o conjunto de lideranças populares e sindicais, disposto como pré-candidato a governador de Santa Catarina.

Essa é a predisposição deste parlamentar como forma de contribuir com o movimento popular e com a construção ou a reconstrução de uma alternativa de esquerda popular para a sociedade catarinense.

Os praças estão discutindo e vão continuar discutindo, mas apresentarão o nome, evidentemente, em conjunto com outros aliados, para concorrer ao parlamento estadual, a deputado estadual e, possivelmente, também a deputado federal. O nome que foi sugerido sem manifestação contrária na reunião de sábado é do companheiro e atualmente

presidente da Aprasc, soldado Elisandro Lotin de Souza. Sugerido, repito, pela diretoria como pré-candidato a deputado estadual. O assunto vai ser discutido, continuará sendo discutido de forma permanente e, inclusive, em assembleia geral da categoria, no dia 13 de março e, se for necessário, posteriormente, através de uma prévia como processo democrático, como sempre fizemos nos últimos oito anos lá na Aprasc.

Quero dizer que com certeza se essa for a vontade da maioria, creio que será, estaremos bem representados também a partir do ano que vem. Penso que este parlamentar tem cumprido a sua missão, delegada pela categoria e por outros setores, mas que contribuirá disputando um cargo na executiva a governador do estado. O PSOL tem discutido o assunto, deixou esse debate em aberto.

Tem outro pré-candidato a governador que é o Afrânio Bopré, mas estamos discutindo internamente. Então, com certeza a proposta do PSOL é que eu saia candidato ao Senado, mas estamos pleiteando ainda a candidatura a governador. Nós vamos continuar esse debate por aqui, inclusive, para os agradecimentos, até o final deste ano de 2014.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero registrar a presença nesta Casa do prefeito de Petrolândia, sr. Joel Longen, e do vice-prefeito, Irone Duarte, que estão aqui para tratar de assuntos de interesse da comunidade, bem como também numa audiência em que estaremos tratando da pavimentação asfáltica da SC-110, rodovia que liga Petrolândia até a BR-282, passando por Bom Retiro.

Eu quero, neste momento, como nosso primeiro pronunciamento, neste ano, iniciar ressaltando e parabenizando também a Federação Catarinense dos Municípios, Fecam, pela realização do 12º Congresso Catarinense de Municípios, que ocorreu neste mês de fevereiro. Durante o evento tivemos uma pauta bastante concorrida de diversos assuntos importantes e debates discutidos com relação à pauta dos municípios catarinenses.

A Fecam realiza esse congresso há vários anos e sempre tem contribuído, e muito, para trazer temas de atualização e de melhoria da gestão pública municipal. Por isso, nós fazemos questão de hoje ressaltar o sucesso que foi o 12º Congresso Catarinense de Municípios. E é a nossa obrigação enquanto deputado estadual apoiar e dar continuidade a esse trabalho, de fazer ecoar a voz dos municípios em Santa Catarina e em Brasília, porque é na cidade e que o cidadão nasce, cresce, realiza seu sonho.

Mas o Brasil nunca deixou de ser império. A nossa República é, sem dúvida nenhuma, uma das mais imperialistas que temos conhecimento até o dia de hoje no trato dos demais entes da federação. A falta de autonomia dos municípios e dos estados, a divisão do bolo tributário e os impostos que a sociedade paga de maneira injusta têm causado dificuldades imensas nas administrações municipais, como o atendimento das necessidades da população, porque é ao prefeito, ao vereador, aos agentes políticos que o cidadão comum tem acesso. Por isso, a importância de fazermos uma revisão no

pacto federativo e daí darmos o reconhecimento e maior autonomia legislativa e financeira aos municípios.

Ao olharmos de longe o cenário da federação, percebemos que é muito confuso. A união trata de educação infantil e saúde, os estados e os municípios também, mas falta regimento em separar os recursos financeiros para que possam ser atendidos. Mas os municípios necessitam de uma maior valorização.

A Fecam, federação da qual tive a honra de presidir enquanto fui prefeito, ao longo de sua história tem mostrado que sua maior obra não é física, mas, sim, de organização e mobilização. E os gestores municipais precisam de mais informações e conhecimentos para fazer acontecer as suas administrações, bem como a qualidade de vida lá nas grandes e pequenas cidades de Santa Catarina.

Esse legado da Fecam se mostra nos números finais desse evento, e nessa edição tivemos 719 congressistas, 163 prefeitos, 41 vice-prefeitos, 212 vereadores, 164 expositores e um total de 152 autoridades de outros vínculos dos poderes públicos, totalizando cerca de 1.500 pessoas que assistiram aos debates e participaram do evento.

É esse número expressivo de participantes que foi buscar ferramentas de gestão pública de trabalho para serem aplicadas em seus municípios, demonstrando o comprometimento, interesse e a vontade de fazer as coisas acontecerem em nossas cidades.

Assim, quero parabenizar todos os participantes e, em especial, a Fecam que durante esse evento criou e lançou um prêmio baseado no índice de desenvolvimento municipal sustentável, o qual reconhece as gestões municipais que aplicam ferramentas de administração com foco na sustentabilidade de suas cidades. Portanto, quero parabenizá-la por essa iniciativa e através do prefeito do município de Sangão, Castilho Silvano Vieira, parabenizar o referido município que foi agraciado com o primeiro prêmio nesse índice de desenvolvimento sustentável. Assim, através dele parabenizo todos os prefeitos que foram premiados durante esse congresso. E com isso a Fecam mostra o reconhecimento do esforço das administrações municipais catarinenses.

Por isso, quero aqui por meio da administração de Sangão parabenizar todos os prefeitos premiados durante o 12º Congresso da Fecam.

Sr. presidente, estamos fazendo na tarde de hoje uma indicação pedindo que o Tribunal de Justiça regulamente junto aos demais entes dos poderes, como Ministério Público, Fatma, Executivo, a questão da reserva legal, uma vez que aqui já aprovamos o Código Ambiental, o governador sancionou, mas os produtores rurais catarinenses não estão conseguindo fazer as escrituras de transmissão de posse dos seus imóveis em função de um termo de ajustamento feito entre diversas instituições na época do Código Ambiental antigo.

Agora, com a regulamentação, não é mais exigido o cadastro ambiental rural, que ainda não foi regulamentado, não tem mais a exigência da reserva legal. Mas os nossos cartórios não estão podendo realizar as escrituras para os proprietários que querem fazer transações, vendas ou compras de terras, em função disso.

Já faz mais de dois meses que o Código Ambiental foi aprovado por esta Casa e carece neste momento de uma regulamentação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Por isso quero pedir o apoio de todos os srs., para a nossa indicação e pedir que o

Tribunal de Justiça se sensibilize com os produtores rurais de Santa Catarina, porque um dos poucos estados do Brasil que não está exigindo a averbação da reserva legal para a transmissão de posse dos terrenos é Santa Catarina.

Fica aqui o nosso pedido de apoio e o apelo para que o Tribunal de Justiça, juntamente com as demais instituições que realizaram esse termo, façam o devido ajustamento e liberem os nossos produtores dessa dificuldade que estamos passando no momento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Aldo Schneider, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc, neste momento que nós assomamos à tribuna pela primeira vez neste ano, nesta Casa, eu gostaria de saudar todos os catarinenses e dizer que é uma satisfação muito grande poderemos fazer desta tribuna o palco de discussão de grandes temas que Santa Catarina precisa, que Santa Catarina exige, que Santa Catarina necessita.

No dia de ontem eu, o deputado federal Rogério Mendonça, o Peninha, com o deputado José Milton Scheffer, com os secretários de estado Murilo Flores e Valdir Cobalchini recebemos uma comitiva de 50 pessoas na secretaria de Planejamento. E essas lideranças políticas, quase todas, sem exceção, têm papel de liderança nas duas comunidades, nos municípios de Ituporanga e Atalanta.

Essas pessoas vieram cobrar um posicionamento do governo de Santa Catarina, principalmente no que se refere a um compromisso assinado por tantos governadores que já passaram pela função de governador de Santa Catarina, que é pelo menos a contratação do projeto de ligação asfáltica entre o município de Atalanta e o município de Ituporanga.

Num passado não muito distante houve uma interinidade de um colega deputado que assumiu o governo do estado de Santa Catarina, anterior ao deputado Joares Ponticelli, que esteve no município de Ituporanga fazendo um ato simbólico de autorização de assinatura para a contratação desse projeto que há mais de 30 anos está sendo reivindicado pela comunidade do alto vale do Itajaí e principalmente dos dois municípios.

Nessa reunião obviamente que foi colocado o compromisso que o nosso atual governador Raimundo Colombo e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira assumiram com as duas comunidades recentemente, quando das suas passagens por esses municípios, de que providenciariam a determinação da contratação de um projeto de engenharia para nós termos uma noção exata de quanto importaria essa obra que ligará o município de Atalanta a Ituporanga, sendo que o município de Atalanta pertence praticamente toda a sua vida econômica social, produtiva, tudo depende de Ituporanga, desde a questão hospitalar, questão judicial, fórum e a questão comercial.

Todos os dois municípios são interligados até porque o município de Atalanta se emancipou de Ituporanga. Infelizmente, nesses últimos anos o que se viu foi uma série de compromissos firmados e não cumpridos. E ontem, felizmente o governador Raimundo Colombo determinou aos secretários Murilo

Flores e Valdir Cobalchini que o estado de Santa Catarina, no início do mês de março, faça a contratação de projeto de engenharia ligando os dois municípios, e através dessa contratação, quem sabe, a partir do ano de 2015, possamos buscar e entregar à comunidade desses municípios essa necessidade, porque, na minha concepção e para qualquer gestor, asfalto, além de encurtar distâncias, também é inclusão social.

Então, a partir do ano de 2015, de posse do projeto, com certeza haveremos de ter a condição de trabalhar junto a secretaria de Planejamento e a secretaria de Infraestrutura, com recursos aprovados por este Parlamento, oriundos do Pacto por Santa Catarina, e a contratação dessa obra importantíssima para aquela região.

Então, sr. presidente, seriam essas as considerações que gostaríamos de fazer, e quero aproveitar este momento também para homenagear a Federação Catarinense dos Municípios que recentemente fez um belo seminário em Florianópolis, tendo a capacidade de buscar praticamente a totalidade das sras. prefeitas e srs. prefeitos que nos representam, que foram resultados das urnas do pleito de 2012. Foi um belo evento produzido pela Federação Catarinense dos Municípios.

Além desse seminário importantíssimo de instrução, de orientação, tanto por parte do Tribunal de Contas do Estado, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público, o governo de Santa Catarina instalou praticamente todas as secretarias de estado no Centro Sul, para que os secretários mantivessem um contato direto e permanente com os srs. prefeitos e com as sras. prefeitas e naquele momento tentassem equacionar todos os problemas que o prefeito ou prefeita têm no dia a dia das suas gestões.

Foi um sucesso esse seminário, e podemos dizer desta tribuna que o nosso é um estado diferenciado das demais unidades da federação, principalmente no que se refere ao atendimento aos municípios, e eu falo isso, porque estou acompanhando muito de perto, na condição de líder do governo, a liberação do Fundo de Apoio aos Municípios. Praticamente todos os municípios do estado de Santa Catarina já assinaram os convênios, já estão em fase adiantada das licitações, e muitos já licitaram. Portanto, isso é fruto de um trabalho oriundo do Poder Executivo catarinense juntamente com os poderes Executivos municipais.

Mas um dos fóruns que foi discutido amplamente à criação de apoio aos municípios foi o último seminário realizado em 2013, no mesmo local, no Centro Sul, em Florianópolis, junto à Fecam.

A Fecam solicitava naquele momento ao governo de Santa Catarina que buscássemos uma linha de crédito com atendimento indiscriminado a todos os municípios catarinenses. E aí o governador, através da criação do Fundão, com o apoio integral e unânime deste Parlamento, conseguimos criar o fundo. E agora praticamente todos os municípios já o estão acessando, através dos projetos, junto ao BRDE. Inclusive, 80 municípios já assinaram os seus convênios, e as obras já estão efetivamente sendo concretizadas.

Então, isso foi fruto de uma ampla negociação junto ao governo do estado de Santa Catarina e à Fecam que teve um papel muito importante no momento da instituição do Fundo de Apoio aos Municípios.

Para concluir, sr. presidente, eu gostaria de fazer referência ao novo presidente da Federação Catarinense dos Municípios, ao prefeito Hugo Lembeck, de Taió, nosso amigo,

nosso correligionário e acima de tudo um prefeito que já teve a oportunidade de administrar o município vizinho de Salete. Ele foi guindado, na última reunião da Fecam, à condição de presidente desta valorosa instituição, que está sempre na vanguarda, defendendo os interesses dos 295 municípios catarinenses.

Então, ao prefeito Hugo Lembeck e a toda sua diretoria, composta por diversos prefeitos das mais variadas regiões de Santa Catarina, os meus cumprimentos, desejando êxito frente à nossa federação. Quero dizer que estamos muito bem representados, até porque conheço o Hugo e sei da sua capacidade de articulação, de junção e com certeza fará um grande trabalho frente à federação catarinense representando todos os nossos colegas prefeitos e prefeitas.

Para finalizar, quero dizer que com uma federação forte os municípios com certeza serão mais fortes. Sendo assim, poderão atender melhor à população catarinense, porque a população do nosso estado não vive somente aqui na capital, uma pequena parcela da nossa população vive aqui em Florianópolis, mas praticamente 92% vivem nos mais variados rincões do estado.

A federação tem como meta estar sempre na antecipação dos fatos para as ações que visem minimizar um pouco esse efeito devastador dessa fórmula utilizada hoje no Brasil da receita pública, concentrando a grande maioria lá em Brasília, uma minoria em Santa Catarina e nos municípios praticamente uma migalha.

Então, a federação catarinense tem feito um trabalho muito forte no sentido de estar atenta a esses interesses.

Sr. presidente, antes de encerrar quero cumprimentar todos os srs. deputados e sras. deputadas, desejar um extraordinário ano legislativo e dizer que o PMDB, que represento neste momento no horário dos Partidos Políticos tem feito seu trabalho tanto aqui nesta Casa Legislativa quanto no governo do estado, capitaneada pelo governador Raimundo Colombo e pelo vice-governador Eduardo Pinho Moreira.

Quero desejar a todos um grande ano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sr. deputados, sras. deputadas, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, público presente, quero continuar no embalo da fala dos deputados Aldo Schneider e José Milton Scheffer sobre a questão da Fecam, até porque estava querendo falar sobre uma manchete que me chamou atenção, que diz o seguinte: "Governo bate recorde de arrecadação no mês de janeiro".

O recorde de arrecadação do governo federal em um único mês foi em janeiro de 2013 e agora em janeiro de 2014, quando aumentou a sua arrecadação também em 0,91% já descontada a inflação desse período. Ou seja, o governo federal no mês de janeiro, arrecadou mais de R\$ 123 bilhões.

O ministro Mantega, numa conferência com jornalistas internacionais, falando sobre a questão do Brasil, falava do corte de R\$ 44 bilhões que teria que fazer no Orçamento, até porque o Supremo Tribunal Federal não aceitou a indexação do ICMS nas

contas e tem que cortar. Mas ele respondeu, quando questionado por um jornalista, se o governo iria aumentar ou criar novos impostos, o seguinte: "nós não vamos criar nem aumentar impostos". Essa é uma resposta boa! O problema é o que vem depois da vírgula: "a não ser que seja necessário para o equilíbrio das contas". Mas o engraçado é que não ouvimos o governo dizer que vai fazer corte nos seus gastos para equilíbrio das contas.

Quando se fala em necessidade de equilibrar as contas, o governo fala em aumentar taxas e impostos e não em diminuir o gasto.

Como é que nós vamos alcançar as nossas metas, sendo que a grande parte desses R\$ 123 bilhões que o governo federal arrecadou só em janeiro, batendo o recorde da sua própria arrecadação, fica concentrada lá em Brasília. E o que vemos, deputados Silvio Dreveck e Ciro Roza, que já foram prefeitos?

O que vemos são os municípios com pires na mão, pedindo pelo amor de Deus que alguém dê uma condição, alguma emenda, alguma coisa. E, pior de tudo, deputado Sargento Amauri Soares, os municípios sequer têm hoje a condição da contrapartida, que é exigida para os convênios com o governo, tanto federal quanto estadual.

Na semana passada, estive em Brasília. Conversando com o nosso colega, deputado Che, um gaúcho que foi para o Acre e já está lá no seu terceiro mandato, no PSD, ele contou, na roda em que estávamos com alguns prefeitos do Rio Grande do Sul e outros deputados, que tem falado lá no Acre que, a seguir esta dificuldade com relação aos executivos municipais - principalmente os pequenos municípios, que não têm condições, dependem do Fundo de Participação dos Municípios, a persistir esta concentração de renda em Brasília e a não distribuição de forma municipalista -, daqui a pouco vai faltar candidato a prefeito em algumas cidades. Ninguém vai querer.

No interior de São Paulo, deputado Sandro Silva, teve um prefeito que foi eleito com uma grande quantidade de votos. É um médico, assumiu em janeiro e em fevereiro renunciou ao cargo passando para o vice. Disse que ganha muito mais como médico e que, como médico, não precisa ficar prestando contas para ninguém.

Onde é que vão chegar esses pequenos municípios que fazem de tudo para conseguir alguma coisa e pagar as despesas fixas, sem falar nos investimentos que são necessários.

O deputado Che disse uma frase muito engraçada, deputado Mauro de Nadal. Ele disse que daqui a pouco, como vão chegar pessoas para se candidatar a chefe do Poder Executivo Municipal, principalmente das cidades pequenas, vão começar a nomear. Palavras do deputado Che. E serão nomeados pelo Tribunal de Justiça. Dependendo do crime que foi cometido, ele será punido com a pena de ser prefeito daquela cidade.

Eu achei isso muito engraçado! E nós não estamos muito longe disso não! Ser prefeito de uma cidade pequena hoje é quase pagar uma pena. Eu, igual a todos os deputados, toda semana recebemos em nossos gabinetes prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, que vêm pedir pelo amor de Deus algum tipo de emenda, porque eles não conseguem sequer pagar aquilo que é dever, ou seja, o custo fixo. E isto é preocupante.

Eu queria, neste debate presidencial que vamos ter daqui para frente, ver candidato a presidente da república questionando e trazendo à pauta a questão da concentração dos recursos em Brasília.

Eu queria que falássemos com relação a esta concentração desse recurso. O que adianta ouvirmos no rádio que o governo federal bateu o recorde da sua arrecadação em janeiro, mais de R\$ 123 bilhões em impostos e contribuições, sendo que lá na sua rua, no posto de saúde, lá onde ele precisa, não estão chegando estes recursos, porque ficam concentrados lá no Poder, em Brasília.

Entendo, deputado Silvio Dreveck, que precisamos falar sério para esta nação, e falar sério para esta nação é exatamente isto que estou falando aqui, já disse desta tribuna e está nos anais da Casa e, quando surgiu aquela movimentação das redes sociais, em junho do ano passado, quando vi a presidente Dilma Rousseff falar à nação fiquei empolgado, parecia que ia meter a mão na cumbuca, falar sério porque o perfil dela, deputado Narcizo Parisotto, de administradora, de gestora, pensei: agora vamos ter alguém que vai falar sério. O que é falar sério naquele momento? É dizer: nós vamos repactuar a nossa federação, fazer de novo um recálculo, tirar o índice dos empréstimos dos estados.

Isso, sim, os estados estão falindo, por quê? O nosso estado, por exemplo, está pagando juro do dinheiro emprestado, e esse juro, deputado Edison Andriano, sequer cobre o juro da prestação, muito menos a amortização da dívida! Mas não, a presidente Dilma Rousseff veio, falou em reforma, em nova Constituição, em reforma política e acabou em nada.

Assim, hoje temos que ver e ler a matéria que o governo federal de novo bateu recorde da sua arrecadação, e os municípios aqui pensando, andando com pires na mão, os prefeitos, os vice-prefeitos, vereadores, os secretários pedindo uma emenda para comprar móveis novos para os postos de saúde, pedindo emenda para comprar móveis e utensílios para atender as pessoas, por quê? Porque os impostos arrecadados em nossos municípios, também os dos cidadãos em qualquer tipo de compra se concentram todos em Brasília e vêm a conta-gotas para o estado, como o empréstimo do Fundam, e o estado paga o juro.

Com isso quero parabenizar o nosso governador Raimundo Colombo como municipalista, como prefeito que foi da cidade de Lages, decidiu, ou seja, decisão de governo, em prestar dinheiro do governo federal, mas vai pagar juro para o governo federal, que não é barato, e repassar aos municípios sem exigir qualquer tipo de retorno.

Por isso que o nosso governo está pronto. Por isso que os municípios agora estão tentando sair do sufoco, porque o dinheiro do Fundam, deputado Moacir Sopelsa, está dando fôlego para os prefeitos, mas deixo aqui registrado: o governo do estado pegou emprestado esse dinheiro, vai devolver ao governo federal, mas o governo Raimundo Colombo está dando aos municípios porque entende, como eu entendo, que essa concentração não pode acontecer, na verdade, a vida acontece nos municípios.

Agora volto a dizer: como queria que este assunto viesse à pauta na discussão dos nossos candidatos à Presidência da República. Quem será que vai levantar essa bandeira? Quem será com coragem irá dizer à nação brasileira: esses números, essa aberração do governo federal de concentrar tudo em Brasília, e os municípios com recursos minguados e cada vez mais com problemas sérios. Quem será? Quem levantar esta bandeira terá o meu voto, até porque o meu voto é pessoal, e por acreditar que isso é necessário para esta nação. Digo mais uma vez aqui: aquele que levantar a repactuação no que diz respeito à

questão dos impostos desta nação, vai com certeza ter o meu voto e de muita gente que entende como eu que a vida acontece nos municípios e não em Brasília.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Tendo em vista que temos matéria importante a ser deliberada, mas ainda não há quorum em plenário, vamos suspender a sessão até as 16h para a Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon)(Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0051/2014, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0052/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0053/2014 e 0054/2014, de autoria do deputado Darci de Matos; 0055/2014, 0062/2014, 0063/2014 e 0064/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0056/2014 e 0057/2014, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0058/2014, de autoria do deputado Dierceu Dresch; 0059/2014 e 0060/2014, de autoria do deputado Sandro Silva; e 0061/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica igualmente que defere de plano os Requerimentos n.s: 0074/2014, de autoria do deputado Jailson Lima; 0075/2014 e 0076/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0078/2014, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0079/2014, de autoria do deputado Pedro Baldissera; 0080/2014 e 0081/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0082/2014, 0083/2014 e 0084/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0085/2014, de autoria do deputado Narcizo Parisotto.

Requerimento n. 0077/2014, de autoria do de deputado Aldo Schneider, que solicita a diretoria da Oi, no estado, a regularização dos serviços de telefonia móvel no município de Ibirama.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0006/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao provedor em exercício do Imperial Hospital de Caridade, senhor Luiz Mário Machado, apelando pela abertura imediata de diálogo entre o SindSaúde e os trabalhadores dessa instituição, visando construir uma proposta salarial e melhoria das condições de trabalho.

Em discussão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, essa moção foi feita na semana passada, mas na última sexta-feira houve uma negociação entre a diretoria do hospital e o sindicato, quando fizeram uma proposta salarial que foi acatada pela categoria. Então, não há mais necessidade dessa moção. Peço a retirada da moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Está retirada da pauta.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, para que todos fiquem a par, depois que votamos o Código Ambiental, que v.e.a. foi coordenador, de lá para cá os agricultores, as pessoas que compram, que vendem terras, ainda estão sendo obrigadas a cumprir uma legislação de averbação da reserva legal. É preciso que o Tribunal de Justiça, juntamente com a Procuradoria-Geral do Estado, a Fatma, com o governo, revoguem em termo de cooperação técnica o conjunto de n. 01/2010 que está impedindo que os cartórios possam utilizar o Código Ambiental aprovado pela Assembleia para poder fazer a transferência de terra. Existem mais de três mil propriedades em Santa Catarina aguardando essa regulamentação. Já se passam quase três meses que nós aprovamos o Código e até agora o Tribunal de Justiça ainda mantém essa determinação que tem causado muito constrangimento e dificuldade para os...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, temos vivido essa realidade em muitos municípios, onde milhares de agricultores estão com esse problema.

Eu peço ao deputado José Milton Scheffer para subscrever essa indicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Neste momento, deliberaremos sobre a pauta e voltaremos a falar nesse assunto, deputado José Milton Scheffer.

Pedido de Informação n. 0010/2014, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes ao *software* de licenças de grades de horários para unidades escolares da rede pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0011/2014, de autoria do deputado Ismael dos Santos, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca das obras de abertura e desassoreamento da Foz do Rio Itajubá, conhecido como Barrinha, no município de Barra Velha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0012/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes aos procedimentos adotados para convocação dos aprovados no cargo de técnico de enfermagem, a serem lotados no município de Concórdia, através do concurso público - Edital SES nº 01/2010 - 06/2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0013/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes à situação das obras de recuperação da pavimentação da rodovia SC-390, trecho entre o município de Ipira e o trevo de acesso ao município de Alto Bela Vista.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência solicita aos srs. parlamentares, mais uma vez, que digitem no painel sua presença para averiguação de quórum para deliberar. Precisamos de 21 votos para deliberação do Decreto Legislativo n. 0001/2014, que aprova o nome para composição da diretoria do colegiado da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento Básico do estado de Santa Catarina.

(Procede-se à averiguação de presença por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER pres

DEPUTADA ANA PAULA LIMA pres

DEPUTADA ANGELA ALBINO

DEPUTADO ANTONIO AGUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI pres

DEPUTADO CIRO ROZA pres

DEPUTADO DADO CHEREM pres

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT pres

DEPUTADO DIRCEU DRESCH pres

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI

DEPUTADO EDISON ANDRINO pres

DEPUTADO GELSON MERISIO

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN pres

DEPUTADO JOARES PONTICELLI pres

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER pres

DEPUTADO JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI

DEPUTADO KENNEDY NUNES pres

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI pres

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA pres

DEPUTADO MAURO DE NADAL pres

DEPUTADO MOACIR SOPELSA pres

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO pres

DEPUTADO NEODI SARETTA pres

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA pres

DEPUTADO RENATO HINNIG

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROMILDO TITON pres

DEPUTADO SANDRO SILVA pres

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES pres

DEPUTADO SERAFIM VENZON

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALMIR COMIN

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Temos 22 srs. deputados presentes e 18 srs. deputados ausentes, portanto há quórum para deliberação.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2014, de autoria da comissão Especial, que aprova nome para composição da Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina, Agesan.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim

DEPUTADO RENATO HINNIG
DEPUTADO RENO CARAMORI
DEPUTADO ROMILDO TITON
DEPUTADO SANDRO SILVA
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES
DEPUTADO SERAFIM VENZON
DEPUTADO SILVIO DREVECK
DEPUTADO VALMIR COMIN
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

sim
sim
sim
sim

Está encerrada a votação.

Temos 24 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado o nome do sr. Sergio José Grandó para recondução do cargo de diretor-geral da Agesan.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para requerer também a redação final do projeto. E também aproveito a oportunidade para cumprimentar o nosso companheiro Sergio Grandó, um homem que tem prestado muitos serviços a Santa Catarina. Foi um grande prefeito de Florianópolis, um homem esforçado professor. E sempre digo que o Grandó é o nosso Billy Graham, a pomba da paz.

Parabéns a esta Casa por aprovar o projeto.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, da mesma forma, a bancada do PSDB requer a v.exa. a realização da redação final.

Também aproveito a oportunidade para cumprimentar o ex-deputado e professor Sergio Grandó.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Da mesma forma, em nome da bancada do PT, nós concordamos com a realização da redação final.

Ao mesmo tempo gostaríamos de registrar a figura do professor Sergio Grandó, ex-deputado, ex-prefeito, ex-vereador, uma liderança conhecida em Santa Catarina, uma liderança de muitas lutas, de muitas causas, um grande catarinense que está sendo recolocado. E a nossa bancada de forma unânime aprovou a indicação quando fizemos o debate, internamente, na bancada e votamos favoráveis à sua recondução.

Quero parabenizar o professor Sergio Grandó, nosso ex-prefeito e ex-deputado, por sua recondução.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Atendendo aos pedidos de todos os srs. deputados, vamos encerrar esta sessão e convocarmos outra, em seguida, para que seja feita a votação da redação final.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 001ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2014 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 16h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherech - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopesa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto Decreto Legislativo n. 0001/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Quero fazer uma convocação a todos os srs. parlamentares, principalmente aos líderes de bancada, para que amanhã, às 16h, possamos ter quórum qualificado para deliberação dos vetos, eis que está há várias sessões adiada a votação por falta de quórum.

Portanto, convoco todos os srs. parlamentares para garantir a presença da grande maioria, pois nós vamos fazer a chamada nominal, amanhã, às 16 horas.

Passaremos às Explicações Pessoais.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2014 - REPUBLICAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PROCEDER A REAMBIENTAÇÃO DA FACHADA EXTERNA NO HALL DE ENTRADA NO PALÁCIO BARRIGA VERDE, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS EM ESTRUTURA DE DIVISÓRIA EM LÂMINA DE MADEIRA JÁ EXISTENTE.

DATA: 22/04/2014 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 08 de abril de 2014. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 08 de abril de 2014.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações
*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 518/2014, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 003/2014, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PROCEDER A REAMBIENTAÇÃO DA FACHADA EXTERNA NO HALL DE ENTRADA NO PALÁCIO BARRIGA VERDE, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS EM ESTRUTURA DE DIVISÓRIA EM LÂMINA DE MADEIRA JÁ EXISTENTE.

Restou deserta.

Florianópolis, 08 de abril de 2014

VALTER EUCLIDES DAMASCO
PREGOEIRO
*** X X X ***

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 195/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR .

MENSAGEM Nº 1403

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 51 da Constituição do Estado, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, que "Fixa o Valor Referencial de Vencimento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e estabelece outras providências".

Florianópolis, 3 de abril de 2014.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

*Lido no Expediente
Sessão de 08/04/14*

UDESC

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Gabinete do Reitor

Florianópolis, 07 de março de 2014.

A Sua Excelência o Senhor Raimundo Colombo Governador do Estado de Santa Catarina Centro Administrativo do Governo Rod. SC 401 - km. 5, nº 4600 - Saco Grande 88032-000 - Florianópolis - SC Senhor Governador,

O Magnífico Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina vem, respeitosamente, apresentar a:

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 005/2014

Submetemos à consideração de Vossa Excelência a proposta de revisão salarial, conforme abaixo exposto:

Após avaliação da Pró-Reitoria de Planejamento da UDESC e aprovação dos conselhos universitários, foi solicitada a revisão do Valor Referencial de Vencimento (VRV) da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina no percentual de **6,41%** (seis vírgula quarenta e um por cento), a contar de 01/04/2014. Tal reajuste determinará novo valor de VRV em **R\$ 304,23** (trezentos e quatro reais e vinte e três centavos).

O percentual de **6,41%** (seis vírgula quarenta e um por cento) corresponde inflação medida no período de 01/01/2013 a 31/12/2013 **5,91%** pelo IPCA-IBGE, mais um ganho real de **0,5%**.

O Plano de Carreira da UDESC (Lei Complementar nº 345/2006) criou o Valor Referencial de Vencimento - VRV, cujo valor indexa os vencimentos conforme o seu Art. 10. Em 15/09/2011 a Lei complementar nº 544 fixou o VRV em R\$ 250,11 (duzentos e cinquenta reais e onze centavos); Em 21/12/2011 considerando a revisão nos valores das remunerações dos servidores da UDESC em 8% (oito por cento), de acordo com o determinado no Art. 3º da Lei nº 15.695, de 21 de dezembro de 2011, implicou em revisão do VRV em R\$ 270,12; Em 30/08/2013 a revisão nos valores das remunerações foi de 5,84% de acordo com a Lei nº 602, determinando um VRV em R\$ 285,90.

Aliada à defasagem salarial, registra-se uma grande concorrência na oferta de vagas em concursos públicos em Instituições de Ensino Superior - IES gratuitas no Brasil. Vive-se um momento de grande expansão na rede federal de educação superior, seja pela implantação de novas unidades das Universidades Federais e pela implantação dos IFs (Institutos Federais de Educação).

A alteração entende-se essencial para a preservação de um quadro de servidores, mantendo seus salários compatíveis com o mercado e, muitas vezes, até mesmo com outros órgãos do próprio governo estadual.

A Udesc é a 18ª melhor universidade do Brasil entre 192 avaliadas. O cálculo do Índice Geral de Cursos - IGC, inclui a média ponderada dos conceitos preliminares de curso no triênio de referência (2010 a 2012) e os conceitos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), responsável por avaliar os programas de pós-graduação das instituições.

Notório é que as Universidades desempenham importante função social, a qual se torna cada vez mais relevante com o progresso da ciência e das exigências dos tempos. A atividade educacional sempre foi atribuída natureza pública em razão de seus fins, e não somente porque é oferecida pelo Estado. A natureza da educação superior, especificamente, revela-se em face dos benefícios que produz, tais como a disseminação do conhecimento superior, formação de pessoal habilitado às ocupações sociais mais complexas, formação de grupos dirigentes, geração de conhecimentos que contribuem para o crescimento da produtividade e da competição do país, legitimando o investimento público. Nesta realidade, a única Universidade Estadual de Santa Catarina, vem lutando para preservar, conquistar e melhorar sempre sua função de ensino, pesquisa e extensão, mas para isto precisa manter a qualidade.

Hoje Santa Catarina está no topo, juntamente com os estados de São Paulo e Rio de Janeiro no segmento de ensino superior mantido por verbas do próprio estado, sendo a 4ª melhor universidade estadual do País. Sem sombra de dúvida isso representa um grande ganho do governo e da sociedade catarinense.

Sendo assim, colocamo-nos a disposição para os esclarecimentos necessários, ao mesmo tempo em que antecipadamente agradecemos a atenção de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Antonio Heronaldo de Sousa
Reitor

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 195, DE 3 DE ABRIL DE 2014

Fixa o Valor Referencial de Vencimento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição do Estado, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O Valor Referencial de Vencimento (VRV) a que se refere o art. 10 da Lei Complementar nº 345, de 7 de abril de 2006, fica fixado em R\$ 304,22 (trezentos e quatro reais e vinte e dois centavos).

Art. 2º Fica fixado em R\$ 19,50 (dezenove reais e cinquenta centavos) o valor unitário do auxílio-alimentação dos servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Art. 3º Os valores fixados por esta Medida Provisória absorvem eventuais reajustes que vierem a ser concedidos, em cumprimento ao disposto no art. 1º da Lei nº 15.695, de 21 de dezembro de 2011.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Medida Provisória correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento da UDESC.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 7 de abril de 2014.

Florianópolis, 3 de abril de 2014.

João Raimundo Colombo

Governador do Estado

*** X X X ***

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 196/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1405

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 51 da Constituição do Estado, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos conjunta da Secretaria de Estado da Fazenda e da Secretaria de Estado da Administração, que "Institui retribuições financeiras por desempenho de atividades finalísticas, dispõe sobre a Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica (GDPM), institui gratificação especial, altera o art. 7º da Lei nº 11.496, de 2000, e estabelece outras providências".

Florianópolis, 4 de abril de 2014.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/04/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Exposição de Motivos nº 137/2014

Florianópolis, 03 de abril de 2014.

Excelentíssimo Senhor Governador:

Submetemos a elevada consideração de Vossa Excelência minuta de Medida Provisória que "Institui retribuição financeira por desempenho de atividades finalísticas, dispõe sobre a Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica (GDPM), institui Gratificação Especial, altera a redação do art. 7º da Lei nº 11.496, de 19 de julho de 2000, e estabelece outras providências."

À relevância da matéria, a qual justifica o seu encaminhamento pela via de Medida Provisória, consiste no propósito de promover o ajuste da situação remuneratória dos servidores dos órgãos e entidades que, mesmo beneficiados com a unificação do percentual da gratificação de produtividade em 100% (cem por cento), levada a efeito com a edição da Lei nº 16.300, de 20 de dezembro de 2013, tiveram pouca ou nenhuma variação em sua remuneração básica, posta que a vantagem financeira concedida absorveu o valor de gratificações preexistentes.

Por questão de tratamento isonômico, a proposição contempla servidores vinculados ao quadro previsto na Lei Complementar nº 352, de 25 de abril de 2006, que passam a perceber verba constante da Lei Complementar nº 605, de 18 de dezembro de 2013, conferindo o mesmo tratamento até então dispensado aos demais servidores vinculados ao quadro funcional da mesma Lei Complementar nº 352, de 2006.

Além disso, consta da proposta a extensão de vantagem remuneratória assegurada a médicos da Secretaria de Estado da Saúde e outros profissionais da medicina que atendem situações de urgência e emergência em centros cirúrgicos, concedendo bônus remuneratório na Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica, a partir de janeiro de 2015, com a finalidade de promover incentivo ao alcance das metas de produtividade estabelecidas no Plano de Gestão da Saúde em execução, sendo, ainda, contemplados com parcela consubstanciada no benefício constante da Lei nº 16.160, de 7 de novembro de 2013, profissionais bucomaxilofaciais que atuam em procedimentos cirúrgicos.

Com a implantação do sistema de subsídio para os Militares Estaduais, há a necessidade de serem estabelecidos parâmetros transitórios para determinar o valor da hora-aula devida aos servidores admitidos em caráter temporário para o exercício do magistério nas unidades de ensino e instrução da Polícia Militar Estadual.

A urgência no encaminhamento da proposta pela via de Medida Provisória justifica-se em razão da necessidade de estabelecer desde logo o cronograma para implantação dos efeitos decorrentes da aplicação dos novos níveis remuneratórios para as carreiras beneficiadas, observando os limites estabelecidos pela legislação para o incremento de vantagens e criação de despesas de pessoal.

Para efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, cumpre frisar que o impacto econômico decorrente da implementação da proposta está adequado às disponibilidades financeiras do Tesouro do Estado, sendo absorvido pelas dotações orçamentárias do Poder Executivo constantes da Lei Orçamentária Anual e compatível com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual, estimando-se um custo de R\$ 16.873.869,86 para o exercício 2014, R\$ 69.848.628,31 para o exercício 2015 e R\$ 102.696.793,74 para o exercício 2016.

Diante do exposto, recomenda-se a edição da presente Medida Provisória, na forma do art. 51, *caput*, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Respeitosamente,

ANTONIO MARCOS GAVAZONI

Secretário De Estado Da Fazenda

DERLY MASSAUD DA ANUNCIACÃO

Secretário de Estado da Administração

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

REPERCUSSÃO FINANCEIRA DECORRENTE DA MEDIDA PROVISÓRIA QUE INSTITUI RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA POR DESEMPENHO DE ATIVIDADES FINALÍSTICAS, DISPÕE SOBRE A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO E PRODUTIVIDADE MÉDICA (GDPM) E ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 7º DA LEI Nº 11.496/2000.

TOTAL DE SERVIDORES ATIVOS/INATIVOS BENEFICIADOS	4.651
IMPACTO PARA O EXERCÍCIO DE 2014	16.873.869,86
IMPACTO PARA O EXERCÍCIO DE 2015	69.848.628,31
IMPACTO PARA O EXERCÍCIO DE 2016	102.696.793,74

OBS: CALCULADA COM BASE NA FOLHA DE PAGAMENTO DO MÊS DE MARÇO DE 2014

LUIZ ANTÔNIO DACOL

DIRETOR DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 196, DE 7 DE ABRIL DE 2014

Institui retribuições financeiras por desempenho de atividades finalísticas, dispõe sobre a Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica (GDPM), institui gratificação especial, altera o art. 7º da Lei nº 11.496, de 2000, e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição do Estado, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituída a Retribuição Financeira por Desempenho de Atividade de Gestão Ambiental, devida ao servidor ocupante do cargo efetivo de Analista Técnico em Gestão Ambiental de que trata a Lei Complementar nº 329, de 2 de março de 2006, lotado e em efetivo exercício na Fundação do Meio Ambiente (FATMA).

Art. 2º Fica instituída a Retribuição Financeira por Desempenho de Atividade de Gestão de Transportes e Terminais, devida ao servidor ocupante do cargo efetivo de Analista Técnico em Gestão de Transportes e Terminais ou de Agente Fiscal de Transportes de que trata a Lei Complementar nº 354, de 25 de abril de 2006, lotados e em efetivo exercício no Departamento de Transportes e Terminais (DETER) ou na Secretaria de Estado da Infraestrutura (SIE).

Art. 3º Fica instituída a Retribuição Financeira por Desempenho de Atividade de Gestão Portuária, devida ao servidor ocupante do cargo efetivo de Analista Técnico em Gestão Portuária de que trata a Lei Complementar nº 332, de 2 de março de 2006, lotado e em efetivo exercício na Administração do Porto de São Francisco do Sul (APFS).

Art. 4º Fica instituída a Retribuição Financeira por Desempenho de Atividade de Gestão de Infraestrutura, devida ao servidor ocupante do cargo efetivo de Analista Técnico em Gestão de Infraestrutura de que trata a Lei Complementar nº 330, de 2 de março de 2006, lotado e em efetivo exercício no Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) ou na SIE.

Art. 5º Fica instituída a Retribuição Financeira por Desempenho de Atividade de Gestão de Registro Mercantil, devida ao servidor ocupante do cargo efetivo de Analista Técnico em Gestão de Registro Mercantil de que trata a Lei Complementar nº 331, de 2 de março de 2006, lotado e em efetivo exercício na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

Art. 6º Fica instituída a Retribuição Financeira por Desempenho de Atividade de Gestão Governamental, devida ao servidor ocupante do cargo efetivo de Analista Técnico em Gestão Governamental de que trata a Lei Complementar nº 325, de 2 de março de 2006, lotado e em efetivo exercício na Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC).

Art. 7º Fica instituída a Retribuição Financeira por Desempenho de Atividade de Gestão Pública, devida ao servidor ocupante do cargo efetivo de Analista Técnico em Gestão Pública de

que trata a Lei Complementar nº 327, de 2 de março de 2006, lotado e em efetivo exercício na Secretaria de Estado do Planejamento (SPG).

Art. 8º O valor mensal das retribuições financeiras de que tratam os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º desta Medida Provisória fica estabelecido no valor igual ao produto entre o menor vencimento fixado para o Quadro Único da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado, vigente na data de publicação desta Medida Provisória, e o multiplicador 3,655 (três inteiros e seiscentos e cinquenta e cinco milésimos).

§ 1º O valor resultante do disposto no *caput* deste artigo observará a seguinte proporção:

I - 100% (cem por cento) para o servidor ocupante de cargo para cujo exercício é exigido o grau de instrução de Ensino Superior;

II - 60% (sessenta por cento) para o servidor ocupante de cargo para cujo exercício é exigido o grau de instrução de Ensino Médio;

III - 30% (trinta por cento) para o servidor ocupante de cargo para cujo exercício é exigido o grau de instrução de Ensino Fundamental; e

IV - 20% (vinte por cento) para o servidor ocupante de cargo para cujo exercício é exigido o grau de instrução de Ensino Fundamental - anos iniciais.

§ 2º Aplica-se o disposto no inciso I do § 1º deste artigo ao servidor ocupante do cargo efetivo de Advogado Fundacional ou Advogado Autárquico, lotado e em efetivo exercício em cada um dos órgãos de que tratam os arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º desta Medida Provisória.

§ 3º O valor das retribuições financeiras de que tratam os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º desta Medida Provisória:

I - não constitui base de cálculo de qualquer outra vantagem, a qualquer título, exceto gratificação natalina e terço constitucional de férias; e

II - é calculado de forma proporcional à carga horária e aos proventos da aposentadoria.

§ 4º Fica extinta e absorvida pela retribuição financeira instituída pelo art. 3º desta Medida Provisória o abono concedido pela Lei nº 14.273, de 21 de dezembro de 2007.

Art. 9º Os efeitos financeiros decorrentes das retribuições de que tratam os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º desta Medida Provisória serão implementados parceladamente, observado o seguinte cronograma:

I - 25% (vinte e cinco por cento) a partir de 1º de setembro de 2014;

II - 50% (cinquenta por cento) a partir de 1º de março de 2015;

III - 75% (setenta e cinco por cento) a partir de 1º de setembro de 2015; e

IV - 100% (cem por cento) a partir de 1º de março de 2016.

Parágrafo único. Os percentuais estabelecidos nos incisos deste artigo não são cumulativos.

Art. 10. O disposto nos arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º desta Medida Provisória aplicam-se aos inativos e aos pensionistas respectivos com direito à paridade em seus benefícios, nos termos da Constituição da República.

Art. 11. A vantagem instituída pelo art. 3º da Lei Complementar nº 443, de 13 de maio de 2009, é devida aos servidores de que trata o Anexo I da Lei Complementar nº 489, de 19 de janeiro de 2010.

Art. 12. A vantagem de que trata o art. 27 da Lei Complementar nº 605, de 18 de dezembro de 2013, é devida aos servidores de que trata o Anexo II-E da Lei Complementar nº 352, de 25 de abril de 2006 a partir da data de publicação desta Medida Provisória.

Art. 13. Fica estendida, a partir de 1º de maio de 2014, aos servidores ocupantes da competência de médico, lotados e em efetivo exercício em centros cirúrgicos, conforme definido em ato do Chefe do Poder Executivo, a gratificação de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 369, de 27 de dezembro de 2006.

Art. 14. O valor variável da Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica (GDPM), código 01-0371-01 do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), pago aos servidores ativos ocupantes do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção da Saúde, na competência de médico, inclusive aos admitidos em caráter temporário nessa função, fica acrescido do percentual de 50% (cinquenta por cento), a contar de 1º de janeiro de 2015, observados os níveis de pontuação estabelecidos no § 3º do art. 5º da Lei nº 16.160, de 7 de novembro de 2013.

Art. 15. Fica instituída gratificação especial aos servidores ativos ocupantes do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção da Saúde, na competência de odontólogo, quando realizarem procedimentos cirúrgicos relativos à sua especialidade, no valor equivalente a 30 (trinta) pontos da gratificação prevista no art. 5º da Lei nº 16.160, de 2013, vigente na data de publicação desta Medida Provisória.

Parágrafo único. A gratificação de que trata o *caput* deste artigo:

I - será devida nos afastamentos por motivo de saúde própria, do cônjuge ou de pessoa da família com parentesco de primeiro grau, gestação, férias e licença-prêmio, considerando-se a média aritmética dos valores percebidos nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao afastamento;

II - não sofrerá a incidência de qualquer adicional, gratificação ou vantagem, exceto a gratificação natalina e o terço constitucional de férias; e

III - terá como competência o mês de processamento dos procedimentos, a partir de maio de 2014, e será incluída na folha de pagamento do segundo mês subsequente.

Art. 16. O artigo 7º da Lei nº 11.496, de 19 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º As atividades de ensino do servidor admitido em caráter temporário serão remuneradas por hora-aula.

§ 1º A hora-aula terá o seu valor calculado com base no valor do subsídio do soldado de 1ª classe da seguinte forma:

I - 0,581% (quinhentos e oitenta e um milésimos por cento), para professor que tenha concluído o Ensino Médio;

II - 0,930% (novecentos e trinta milésimos por cento), para professor que tenha concluído o Ensino Superior;

III - 1,221% (um inteiro e duzentos e vinte e um milésimos por cento), sendo professor detentor de título de Especialista;

IV - 1,454% (um inteiro e quatrocentos e cinquenta e quatro milésimos por cento), sendo o professor detentor de título de Mestre; e

V - 2,035% (dois inteiros e trinta e cinco milésimos por cento), sendo professor detentor de título de Doutor.

.....” (NR)

Art. 17. Até a implantação do subsídio dos militares estaduais, a hora-aula do servidor admitido em caráter temporário terá o seu valor calculado com base no valor do soldo do Soldado PM de 1ª Classe, da seguinte forma:

I - 1% (um por cento) para os docentes de nível médio;

II - 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento) para os docentes graduados;

III - 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento) para os docentes pós-graduados em nível de especialização;

IV - 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para os docentes pós-graduados em nível de mestrado; e

V - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para os docentes pós-graduados em nível de doutorado.

Parágrafo único. Ficam convalidados os pagamentos de hora-aula efetuados até a data de publicação desta Medida Provisória.

Art. 18. Aos militares estaduais ativos, lotados e em efetivo exercício nos gabinetes do Governador e do Vice-Governador do Estado, é devido o pagamento de indenização no valor equivalente ao da gratificação instituída pela Lei nº 13.758, de 22 de maio de 2006, vigente na data de publicação desta Medida Provisória até a integralização do pagamento da remuneração pelo sistema de subsídio de que trata a Lei Complementar nº 614, de 20 de dezembro de 2013.

Art. 19. Os valores das retribuições, das gratificações e das vantagens de que trata esta Medida Provisória absorvem eventuais reajustes que vierem a ser concedidos em cumprimento ao disposto no art. 1º da Lei nº 15.695, de 21 de dezembro de 2011.

Art. 20. As despesas decorrentes da execução desta Medida Provisória correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 21. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 7 de abril de 2014.

João Raimundo Colombo

Governador do Estado

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 042/14

OFÍCIO Nº 014/2014

Joinville, 20 de março de 2014.

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Essência de Vida, de Joinville, referente ao exercício 2013.

Neiva Maria Bellani Westrupp

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 08/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 043/14

Joinville, 01 de abril de 2014
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Assistência e Promoção Social Exército de Salvação - Centro Integrado João de Paula, de Joinville, referente ao exercício de 2013.

Otoniel F. Dias
Diretor Executivo

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 044/14

São Bento do Sul, 28 de março de 2014.
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Bento do Sul (APAE), referente ao exercício de 2013.

Harriet Hackbarth
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 045/14

Chapecó, 17 de Fevereiro de 2014.
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Chapecó, referente ao exercício de 2013.

Iracema H. Cordova
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 046/14

Descanso, 01 de Abril de 2014.
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Descanso, referente ao exercício de 2013.

Salete Tomazelli
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 047/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Grupo de Voluntárias do Hospital Municipal São José, de Joinville, referente ao exercício de 2013.

Rosemarie da Silva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 048/14

Ofício nº 009/2014 Bom Retiro, 02/04/2014
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bom Retiro, referente ao exercício 2013.

Rose Meri Ap^o Possenti Hornung
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 049/14

Rio do Sul, 02 de abril de 2014
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Comunitários de Rio do Sul, referente ao exercício de 2013.

Hans Alberto Spieweck
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 050/14

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Centro de Educação Infantil Recanto dos Querubins, de Joinville, referente ao exercício de 2013.

Marcos Melo da Rosa
Representante Legal da Entidade

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 051/14

Of. 26/14 Balneário Barra do Sul, 31 de março de 2014
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- (APAE), de Balneário Barra do Sul, referente ao exercício de 2013.

Renato Muller
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/14

*** X X X ***

GABINETE DO DEPUTADO**VALDIR COBALCHINI**

Ofício nº. 001/2014

Florianópolis, 03 de abril de 2014.

Excelentíssimo Senhor

JOARES PONTICELLI

Presidente em Exercício da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Doutor Jorge Luz Fontes, nº 310 - Centro

NESTA

Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para informar que a partir de 04 de abril de 2014, estarei retornando as atividades de Deputado Estadual junto a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Sem mais para o presente momento, aproveito o ensejo para reiterar votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

VALDIR COBALCHINI

Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/14

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA**SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA****GABINETE DO SECRETÁRIO**

Ofício nº. SIE 205/2014

Florianópolis, 03 de abril de 2014.

Excelentíssimo Senhor

JOARES PONTICELLI

Presidente em Exercício da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Doutor Jorge Luz Fontes, nº 310 - Centro

NESTA

Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para retificar Ofício 001/2014 para informar que meu retorno como Deputado Estadual se dará a partir de 05 de abril de 2014.

Sem mais para o presente momento, aproveito o ensejo para reiterar votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

VALDIR COBALCHINI

Secretário de Estado da Infraestrutura

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/14

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA**SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA****GABINETE DO SECRETÁRIO**

Ofício nº. SIE 207/2014

Florianópolis, 04 de abril de 2014.

Excelentíssimo Senhor

JOARES PONTICELLI

Presidente em Exercício da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Doutor Jorge Luz Fontes, nº 310 - Centro

NESTA

Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para retificar Ofício 0205/2014, especificamente para informar que meu retorno como Deputado Estadual se dará a partir de 04 de abril de 2014.

Sem mais para o presente momento, aproveito o ensejo para reiterar votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

VALDIR COBALCHINI

Secretário de Estado da Infraestrutura

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/14

*** X X X ***

Florianópolis, 03 de abril de 2014

Ao Senhor Deputado Joares Ponticelli

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e.e.

Senhor Presidente,

Comunico a esta Presidência que a partir de 04 de abril, reassumo a cadeira como Deputada Estadual, conforme artigo 51 do

Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Atenciosamente,
ADA LILI FARACO DE LUCA
Deputada Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/14

*** X X X ***

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 193, DE 13 DE MARÇO DE 2014

Fixa os valores de vencimento dos membros do Magistério Público Estadual e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Declara:

Art. 1º Ficam fixados, nos termos dos Anexos desta Medida Provisória, nos respectivos níveis e referências, os valores de vencimento para os cargos de carreira integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual com regime de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único. O vencimento do professor com regime de 30 (trinta), 20 (vinte) e 10 (dez) horas semanais de trabalho fica fixado, respectivamente, em 75% (setenta e cinco por cento), 50% (cinquenta por cento) e 25% (vinte e cinco por cento) dos valores constantes dos Anexos desta Medida Provisória.

Art. 2º O pagamento dos valores constantes dos Anexos desta Medida Provisória observará o seguinte cronograma:

I - quanto ao Anexo I: a contar de 1º de janeiro de 2014;

II - quanto ao Anexo II: a contar de 1º de julho de 2014; e

III - quanto ao Anexo III: a contar de 1º de setembro de 2014.

Art. 3º Os valores fixados nesta Medida Provisória absorvem eventuais reajustes concedidos em cumprimento ao disposto no art. 1º da Medida Provisória nº 15.695, de 21 de dezembro de 2011.

Art. 4º Aplicam-se as disposições desta Medida Provisória aos inativos e aos pensionistas respectivos com direito à paridade em seus benefícios, nos termos da Constituição da República.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Medida Provisória correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de janeiro de 2014.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 2014

ANEXO I

NÍVEIS	REFERÊNCIAS						
	A	B	C	D	E	F	G
1	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
2	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
3	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
4	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
5	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
6	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
7	1.706,08	1.750,46	1.795,99	1.842,72	1.890,67	1.939,86	1.990,36
8	1.803,04	1.849,90	1.897,97	1.947,32	1.997,93	2.049,86	2.086,83
9	1.906,55	1.956,04	2.006,82	2.058,91	2.112,37	2.150,90	2.206,73
10	2.064,85	2.118,47	2.173,48	2.229,93	2.287,84	2.347,27	2.408,24
11	2.295,37	2.355,07	2.416,35	2.479,22	2.543,72	2.609,91	2.677,83
12	2.533,36	2.599,35	2.667,07	2.736,56	2.807,88	2.881,03	2.956,11

ANEXO II

NÍVEIS	REFERÊNCIAS						
	A	B	C	D	E	F	G
1	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
2	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
3	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
4	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
5	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
6	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
7	1.739,53	1.784,79	1.831,21	1.878,85	1.927,74	1.977,90	2.029,39
8	1.838,40	1.886,17	1.935,19	1.985,50	2.037,10	2.090,05	2.127,74
9	1.943,93	1.994,39	2.046,17	2.099,28	2.153,78	2.193,08	2.250,00
10	2.105,34	2.160,01	2.216,10	2.273,66	2.332,70	2.393,29	2.455,46
11	2.340,37	2.401,25	2.463,73	2.527,83	2.593,60	2.661,09	2.730,34
12	2.583,04	2.650,32	2.719,37	2.790,22	2.862,94	2.937,53	3.014,07

ANEXO III

NÍVEIS	REFERÊNCIAS						
	A	B	C	D	E	F	G
1	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
2	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
3	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
4	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
5	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
6	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
7	1.814,80	1.862,01	1.910,44	1.960,15	2.011,16	2.063,48	2.117,20
8	1.917,94	1.967,79	2.018,92	2.071,41	2.125,25	2.180,49	2.219,81
9	2.028,04	2.080,69	2.134,70	2.190,12	2.246,98	2.287,97	2.347,35
10	2.196,43	2.253,47	2.311,99	2.372,04	2.433,63	2.496,85	2.561,71
11	2.441,64	2.505,15	2.570,33	2.637,21	2.705,82	2.776,23	2.848,48
12	2.694,80	2.765,00	2.837,03	2.910,95	2.986,81	3.064,63	3.144,49

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 083.9/2014

Cria o Programa de distribuição de um "Kit Bíblico Educativo" no ensino básico e fundamental da rede escolar, em todo o Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica Instituído o programa de Distribuição de Kit Bíblico Educativo na educação básica e fundamental na rede escolar em todo o Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único - o programa de que trata o caput deste artigo abrange tanto as escolas públicas, quanto as privadas, desde que oficialmente reconhecidas pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 2º O programa consiste em distribuir gratuitamente um Kit Bíblico Educativo contendo histórias escritas na Bíblia, de caráter totalmente pedagógico para crianças de 6 a 12 anos.

Art. 3º Os alunos de todos os anos da educação infantil e do ensino fundamental receberão lições na forma de atividades educativas, que acontecerão durante o período letivo regulamentar, e que versarão sobre:

I - conteúdos a serem abordados no caput deste artigo deverão se adequar às diferentes idades das crianças a cada ano

escolar, sempre respeitando e observando as diversas religiões existentes no país.

II - leitura, vídeos, grupo de estudos, palestras serão ministradas pelo corpo docente, como também, poderão ser convidados estudiosos ou personalidades religiosas.

III - as aulas terão caráter extracurricular e, serão ministradas em horários que não causem prejuízo às demais disciplinas da grade curricular ordinária de cada escola.

Art. 4º A escola poderá fazer parcerias com entidades religiosas, ONGs ou associações assistenciais para o desenvolvimento do material a ser distribuído, o "Kit Bíblico Educativo".

Art. 5º As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias já consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 6º O Poder Executivo deverá regulamentar esta lei no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do ano letivo subsequente ao de sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/14

JUSTIFICATIVA

A família é responsável pela educação de seus filhos, e a Escola tem papel fundamental na continuidade desta tarefa, contribui para formar a personalidade e define o futuro das crianças e adolescentes deste país.

Em razão dos inúmeros problemas que o nosso país vem enfrentando nos últimos anos, com problemas familiares, este projeto de lei pretende amenizar os conflitos nos lares, nas escolas, nas ruas e na nossa sociedade de um modo geral.

Estamos vivendo numa era difícil, da desagregação familiar, da violência doméstica, da desinformação, da globalização, dos vícios gerados pela falta de amor da família e da sociedade. Diante deste quadro e de pesquisas reveladoras desta triste realidade, grande número de crianças com problemas psicossomáticos e jovens encarcerados desconhecem a Palavra de Deus.

Sabemos que a palavra do SENHOR é viva, eficaz e tem grande poder para mudar a história destas famílias, independente de religião ou de preconceitos criados pela sociedade. O contato com a palavra de Deus proporcionará aos alunos um desenvolvimento intelectual, social e cultural mais produtivo, tornando-os mais solidários e altruístas.

Assim sendo, este projeto de lei tem o objetivo primordial de colaborar para um aprendizado e um bom relacionamento entre as pessoas, visando um Estado e um país melhor, para que a educação nas escolas públicas e privadas possam se desenvolver, buscando uma solução mais nobre às famílias catarinenses e a sociedade como um todo.

Sala das Sessões, em
Deputado Kennedy Nunes

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N. 084.0/2014

Dispõe sobre o uso de sistema de segurança baseado em monitoramento por meio de câmeras de vídeo em escolas e hospitais públicos no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º As escolas e hospitais públicos do Estado de Santa Catarina deverão possuir sistema de segurança baseado em monitoramento por meio de câmeras de vídeo instaladas nas áreas externas e internas e nos acessos de entrada e de saída de suas dependências.

Parágrafo único. O sistema de segurança de que trata esta Lei destina-se, exclusivamente, à preservação da segurança e a prevenção de atos de violência, que ponham em risco a segurança dos servidores e dos indivíduos que frequentam os espaços de escolas e hospitais públicos.

Art. 2º É obrigatória a afixação de cartaz visível informando a existência do sistema de segurança previsto nesta Lei, nos ambientes em que este estiver instalado.

Art. 3º É vedada a instalação de câmeras de vídeo em banheiros, vestiários e em ambientes de uso restrito, a fim de preservar a privacidade do indivíduo.

Art. 4º As imagens produzidas e armazenadas pelo sistema de segurança de que trata esta Lei são de responsabilidade do Governo do Estado e não poderão ser exibidas ou disponibilizadas a terceiros, exceto por meio de requisição formal em casos de investigação policial ou para a instrução de processo administrativo ou judicial.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/14

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem como objetivo coibir toda e qualquer forma de violência que possa ser praticada em escolas e hospitais públicos do Estado de Santa Catarina.

Em escolas visa coibir, além da violência, brigas de alunos, atitudes de desrespeito a professores, o possível uso e comercialização de drogas, episódios estes que, infelizmente, têm sido veiculados, frequentemente, em reportagens na imprensa catarinense.

Em hospitais, esse sistema garante a segurança dos funcionários, principalmente daqueles que atendem na Emergência e que estão expostos a ações de bandidos de alta periculosidade.

Dessa forma, pela importância e seriedade do assunto, peço o apoio dos nobres Senhores Deputados para o acolhimento da presente proposta.

Deputado Darci de Matos

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº. 085.0/2014

Altera a Lei nº 16.157, de 7 de novembro de 2013, que "Dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências."

Art. 1º O art. 10 da Lei nº. 16.157, de 7 de novembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10
....."

§ 4º Nos Municípios onde houver bombeiros voluntários conveniados com estes, não poderá haver a cobrança de taxas pelo CBMSC para realização de vistorias e concessão dos atestados enumerados no caput do Art. 4º, desta Lei.

....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/14

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei busca garantir que não ocorra a bitributação ou cobrança em dobro (tarifa e taxa) para uma mesma finalidade que é a realização de vistoria para habite-se, para funcionamento e aprovação de projetos, uma vez que os Municípios já possuem instituído valores (tarifa e taxa) para remuneração dos serviços específicos que são realizados pela Administração Pública para análise e expedição das competentes licenças e alvarás.

Sala das Sessões, em
Deputado Darci de Matos

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 086.1/2014

Dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias e drogarias e adota outras providências.

Art. 1º As farmácias e drogarias ficam autorizadas à prestação dos seguintes serviços farmacêuticos:

I - aplicação de inalação ou nebulização, mediante apresentação de receita médica;

II - aplicação subcutânea, intramuscular ou intradérmica de medicamentos injetáveis, mediante apresentação de receita médica;

III - acompanhamento farmacoterapêutico;

IV - medição e monitoramento da pressão arterial;

V - medição da temperatura corporal;

VI - medição e monitoramento da glicemia capilar;

VII - transfixação dérmica de adereços estéreis;

VIII - serviços de perfuração de lóbulos auricular, que deverão ser realizados mediante emprego de equipamento específico e material esterilizado, ficando expressamente vedada a reutilização de brinços; e

IX - atenção farmacêutica, inclusive a domiciliar.

§ 1º As farmácias e drogarias ficam autorizadas a proceder à aplicação de vacinas, mediante prescrição médica e responsabilidade técnica do farmacêutico, com autorização da vigilância sanitária e epidemiológica, devendo a respectiva autorização estar inscrita e explicitada no alvará sanitária.

§ 2º A autorização para prestação de serviços pelas farmácias e drogarias, especificados neste artigo, será concedida por autoridade sanitária, mediante inspeção prévia, destinada à verificação do atendimento aos requisitos regulamentares, sem prejuízo das disposições contidas em normas específicas ou complementares.

§ 3º Os serviços farmacêuticos prestados pelas farmácias e drogarias deverão constar do Manual de Boas Práticas Farmacêuticas e no Procedimento Operacional Padrão do estabelecimento.

§ 4º O farmacêutico, após a prestação de serviço, deverá fornecer declaração específica, em papel timbrado do estabelecimento, contendo o registro do serviço farmacêutico efetuado.

Art. 2º É vedada às farmácias e drogarias a comercialização ou exposição ao consumo de substâncias, produtos, aparelhos ou acessórios não enquadrados no conceito de produtos sujeitos às normas de vigilância sanitária, com exceção de cartão telefônico e cartão de estacionamento em área pública.

Art. 3º As farmácias e drogarias podem participar de campanhas e programas de educação sanitária promovidos pelo Poder Público.

Art. 4º As farmácias ficam autorizadas à manipulação e à dispensação de produtos classificados como oficinais e de medicamentos isentos de prescrição médica, mediante prescrição do profissional farmacêutico, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Farmácia.

§ 1º Os medicamentos e os produtos considerados como dinamizados, homeopáticos, antroposóficos e anti-homotóxicos, cuja prescrição médica é dispensada, poderão ser manipulados e dispensados pelas farmácias, mediante prescrição do profissional farmacêutico.

§ 2º As farmácias ficam autorizadas à manipulação e à dispensação de produtos classificados como cosméticos, dermocosméticos, perfumes, de higiene pessoal, de cuidados pessoal ou de ambiente, mediante prescrição do profissional farmacêutico.

Art. 5º Fica autorizada a manipulação, o reacondicionamento em embalagens individualizadas e a dispensação, conforme necessidade do usuário, de medicamentos, alimentos e suplementos alimentares, na forma farmacêutica de cápsulas oleaginosas mole, adquiridas a granel pelas farmácias.

Art. 6º Fica permitido às farmácias e às drogarias o comércio dos seguintes produtos:

- I - alimentos para dietas para nutrição enteral;
- II - alimentos nutricionalmente completos para nutrição enteral;
- III - alimentos para suplementação de nutrição enteral;
- IV - alimentos para situações metabólicas especiais para nutrição enteral;
- V - módulos de nutrientes para nutrição enteral;
- VI - fórmulas infantis para lactentes e fórmulas infantis de seguimento para lactentes;
- VII - alimentos para dietas com restrição de nutrientes;
- VIII - adoçantes dietéticos;
- IX - alimentos para dietas com restrição de sacarose, frutose e glicose;
- X - alimentos para dietas com restrição de outros monos e dissacarídeos;
- XI - alimentos para dietas com restrição de gorduras;
- XII - alimentos para dietas com restrição de proteínas;
- XIII - alimentos para dietas com restrição de sódio;
- XIV - suplementos de vitaminas e de minerais, isoladas ou associadas entre si, enquadrados como alimentos;
- XV - vitaminas isoladas ou associadas entre si;
- XVI - minerais isolados ou associados entre si;
- XVII - associações de vitaminas com minerais;
- XVIII - produtos fontes naturais de vitaminas e de minerais, legalmente regulamentados por Padrão de Identidade e Qualidade - PIQ, em conformidade com a legislação pertinente;
- XIX - alimentos novos ou novos ingredientes;
- XX - chás;
- XXI - cosméticos;
- XXII - medicamentos;
- XXIII - perfumes;
- XXIV - produtos médicos;
- XXV - produtos para diagnóstico de uso *in vitro*;
- XXVI - produtos de higiene pessoal; e
- XXVII - produtos e acessórios de proteção solar

Art. 7º É vedada às farmácias e drogarias a comercialização ou a exposição ao consumo de substâncias, produtos, aparelhos ou acessórios enquadrados ou não no conceito de produto sujeito às normas de vigilância sanitária, tais como:

- I - alimentos comuns, como: sucos, refrigerantes, bebidas com qualquer teor alcoólico, alimentos *in natura*, biscoitos, bolachas, pães, balas, chicletes, chocolates, doces em geral, laticínios, achocolatados, açúcar, café, sal comum, sopas, cereais, farinhas, temperos, condimentos, especiarias, sorvetes e picolés;
- II - artigos de uso doméstico, como: lâmpadas, vassouras, panos, esponjas, objetos de decoração, roupas de cama, mesa ou banho, materiais hidráulicos, materiais elétricos, ferramentas, artigos de armarinho e artigos de papelaria;
- III - artigos de tabacaria, como: cigarros, charutos e isqueiros;
- IV - materiais de cine, foto e som, como: fotos, fitas de filme, câmeras fotográficas e filmadoras;
- V - produtos saneantes, como: água sanitária, detergente, desinfetante, cera e inseticida;

VI - produtos veterinários, como: vacinas, defensivos agrícolas, rações, ossos sintéticos, comedouros e acessórios para animais de estimação; e

VII - demais mercadorias que sejam comercializadas por estabelecimentos especializados, supermercados, armazéns, empórios e lojas de conveniência.

Art. 8º Fica autorizado às farmácias e às drogarias a realização e prestação dos serviços que compõem o âmbito do profissional farmacêutico, observadas as determinações previstas na legislação e nos exatos termos estabelecidos pelo Conselho Federal de Farmácia, que regulamenta a atividade profissional farmacêutica.

Parágrafo único. A realização dos serviços farmacêuticos descritos no *caput* deste artigo tem como objetivo permitir a efetiva prestação de serviços consistentes, visando à interação e a resposta às demandas dos usuários do sistema de saúde e a resolução dos problemas de saúde da população que envolva o uso de medicamentos.

Art. 9º A autoridade sanitária deve explicitar na licença de funcionamento as atividades que a farmácia está apta e autorizada a executar, que deverão estar afixadas em local visível ao consumidor.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Fica revogada a Lei Promulgada nº 14.370, de 11 de fevereiro de 2008.

Sala das Sessões,

Deputado Neodi Saretta

Deputado Gelson Merisio

Deputado Volnei Morastoni

Lido no Expediente

Sessão de 08/04/14

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências Projeto de Lei que "Dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias e drogarias e adota outras providências".

Primeiramente, é importante observar que a assistência farmacêutica se constitui, no Brasil, pelo conjunto de ações e serviços voltados à garantia da assistência terapêutica integral ao paciente, a ser dispensada a indivíduos que necessitam de tratamentos de saúde, objetivando a prestação de assistência técnica e especial, visando a sua plena recuperação.

Por este motivo, mostra-se imprescindível definir quais atividades estão inseridas no âmbito da modalidade de assistência farmacêutica, por meio da regulação do tema, assegurando-se o correto atendimento das finalidades pretendidas pela legislação vigente que rege o assunto.

Desta forma, e após o recente conceito proferido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no qual o indivíduo saudável não consiste somente naquele livre de enfermidades, mas também naquele cujas condições de vida estão ligadas ao bem-estar físico, mental e social, percebe-se que a assistência farmacêutica não se restringe mais apenas à dispensação de medicamentos.

Por esta razão envolve, sobretudo, atividades de caráter multiprofissional e intersetorial, em contexto mais abrangente, que passou a englobar ações específicas promovidas pelo profissional farmacêutico, as quais vão além daquelas anteriormente delimitadas à luz da idéia de que a estes era incumbida somente a responsabilidade pela entrega do medicamento prescrito pelo profissional médico ao paciente.

Nesse sentido, a importância da atuação dos profissionais ligados à área farmacêutica no Brasil foi substancialmente ampliada, de modo que estes passaram a exercer papel decisivo e fundamental na efetivação do direito constitucional do cidadão de ter acesso à saúde no País.

Constata-se que o farmacêutico, enquanto profissional da saúde, cujas atividades são pautadas na contínua ampliação de conhecimentos técnico-científicos inerentes ao exercício da profissão possui conhecimentos hábeis, capazes de promover as orientações necessárias aos pacientes a respeito do uso racional de medicamentos, e, inclusive, para prescrever determinados produtos de saúde, com base nas literaturas científicas reconhecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e Conselho Federal de Farmácia.

O profissional farmacêutico, cuja atuação é caracterizada pela tradição milenar de técnicas empregadas para a elaboração e dispensação de medicamentos, bem como de outros produtos da área de saúde, é aquele habilitado e qualificado para o fornecimento de todas as informações referentes aos produtos dispensados pelas farmácias.

Deste modo, a este profissional cabe orientar o paciente quanto ao uso racional de medicamentos, inclusive dispensar informações quanto à interação com outros medicamentos e alimentos, bem como indicar as formas de reconhecimento de reações adversas potenciais e as condições de conservação, armazenamento e descarte de tais produtos.

Por este motivo, o desempenho de outros serviços e funções que se situem no domínio da capacitação técnico-científica deste

profissional, além da dispensação de medicamentos, de acordo com a respectiva prescrição, abrange um dos direitos privativos do profissional farmacêutico, de modo que a liberdade de atuação a este conferida encontra respaldo nas normas que regulamentam a profissão, devendo ser assegurada pelos demais instrumentos normativos concernentes ao assunto.

Tal pressuposto se mostra em perfeita consonância com a evolução da legislação sanitária, aliada à ampla regulação que o setor farmacêutico sofreu nos últimos anos, razão pela qual houve significativa contribuição para a formação de uma profissão complexa, cujas competências e habilidades necessitam ser desenvolvidas a partir de um permanente processo de evolução, de forma articulada ao contexto social.

Visando à consecução deste fim específico, mostra-se amplamente necessário garantir o respeito ao princípio da autonomia no exercício da profissão farmacêutica, nos moldes do princípio da dignidade da pessoa humana, de forma que não seja retirada de nenhum indivíduo a liberdade de agir sem que para isso sua atuação seja claramente afrontosa à legislação, apresentando riscos aos direitos e garantias dos indivíduos.

Ainda, deve ser assegurada a participação da sociedade nos assuntos relacionados à matéria, dada a relevante proximidade deste profissional com a população, de forma que os brasileiros possam contribuir com a construção da definição e regulamentação de uma profissão que venha a atender plena e satisfatoriamente suas necessidades.

O exercício da profissão farmacêutica no Brasil foi aprovado pelo Decreto nº 20.377, de 8 de setembro de 1931, que estabelece as atividades compreendidas no âmbito da atividade farmacêutica, dentre elas o desempenho de serviços e funções, desde que situadas no domínio da capacitação técnico-científica do profissional.

No entanto, tais serviços e funções não são claramente especificados pelas normativas atinentes ao assunto, motivo pelo qual surge a necessidade de que tal delimitação seja esclarecida em definitivo.

Para tanto, é imprescindível que os profissionais do segmento farmacêutico sejam resguardados com a edição de uma norma que traga em seu conteúdo, de forma bastante precisa, regras que garantam, no Estado de Santa Catarina, a aplicação das normas de cunho federal que tratam da prestação de serviços relacionados à assistência farmacêutica.

Deste modo, busca-se garantir que a esfera de atuação do profissional farmacêutico não seja confundida com a de outros profissionais da área de saúde e, conseqüentemente, seja mais respeitada.

Deve-se considerar, por oportuno, que esta Lei não acarretará nenhuma despesa aos cofres públicos, não está incluída nas matérias de iniciativa privativa do Poder Executivo, e está sendo elaborada a pedido do Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina, da Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais - ANFARMAG, do Sindicato dos Farmacêuticos de Santa Catarina - SINFAR, da Federação Nacional de Farmacêuticos - FENAFAR, da Associação de Farmacêuticos Proprietários de Farmácia do Brasil, da Associação de Farmacêuticos da Região da AMURES, da Associação de Farmacêuticos da Região de Chapecó, da Associação de Farmacêuticos do Alto Uruguai

Considerando a relevância desta propositura, esperamos contar com o apoio dos Nobres Parlamentares para a sua aprovação.

Deputado Neodi Saretta
Deputado Gelson Merisio
Deputado Volnei Morastoni

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 087.2/2014

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Vila Iná - AMOVI do Município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Iná - AMOVI do Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta lei,

III - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em,
Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/14

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento o presente projeto de lei que tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação de Moradores da Vila Iná - AMOVI do Município de Blumenau.

Com o fim único de proporcionar a esta Casa a necessária análise sobre os aspectos justificadores da concessão do título pretendido, segue em anexo os documentos da entidade, que comprovam o preenchimento dos requisitos insculpidos na Lei nº 15.125, de 2010.

Trata-se de entidade que vem empreendendo no Município de Blumenau relevantes atividades. Não possui fins lucrativos ou econômicos, e visa, lutar pelo bem comum em todos os aspectos, com prioridade para assuntos referentes à: alimentação, saúde, moradia, regularização fundiária, segurança e transportes, dentre outros.

Através de seus objetivos de elevada importância, destacam-se as características peculiares ao alcance da pretensão em evidência.

Assim, por entender que a oportunidade da declaração de utilidade pública ensejará em concretizar incentivo às condições de trabalho da entidade ora tratada, solicito aos nobres pares desta Casa Legislativa o acolhimento da presente proposição.

Deputado Jean Kuhlmann

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 088.3/2014

Cria os procedimentos a serem adotados pelos hotéis, motéis, pousadas, pensões ou estabelecimentos congêneres em face do que dispõe o artigo 82 da Lei n. 8.069 de 13 de outubro de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que proíbe a hospedagem de criança ou adolescente, salvo se acompanhado ou autorizado pelos pais ou responsável, ambos devidamente comprovados.

Art. 1º Os hotéis, motéis, pousadas, pensões e estabelecimentos congêneres estão obrigados:

I - a exigir do hóspede acompanhado de criança ou adolescente, no ato do registro de entrada, a carteira de identidade ou certidão de nascimento ou passaporte que comprovem a paternidade e/ou maternidade ou responsabilidade legal do menor que o acompanha;

II - a informar em seus sítios eletrônicos e/ou página eletrônica na rede mundial de computadores e no momento da reserva ou venda antecipada de hospedagem que a estadia de menores está condicionada a apresentação de carteira de identidade ou certidão de nascimento ou autorização de viagem para menor desacompanhado;

III - a apresentar autorização de viagem para menor desacompanhado, nos moldes estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, nos casos de menores que viajem desacompanhados de seus pais ou responsáveis legais;

Parágrafo Único - A autorização a que se refere este inciso deverá conter firma reconhecida em cartório.

Art. 2º O não cumprimento no disposto nesta lei implicará:

I - na aplicação de multa de 5 salários mínimos;

II - em caso de reincidência, sem prejuízo da aplicação de multa, a autoridade judiciária determinará o fechamento do estabelecimento por até 15 (quinze) dias;

III - se comprovada nova reincidência o estabelecimento será definitivamente fechado e terá seu alvará de funcionamento cassado;

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor 30 dias após a sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Dado Cherem

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/14

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei pretende criar procedimentos a serem adotados pelos hotéis, motéis, pousadas, pensões ou estabelecimentos congêneres em face do que dispõe o artigo 82 da Lei n. 8.069 de 13 de outubro de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que proíbe a hospedagem de criança ou adolescente, salvo se acompanhado ou autorizado pelos pais ou responsável, ambos devidamente comprovados.

Embora tenha-se conhecimento do Projeto de Lei do Senado, PLS n. 702 que tramita por aquela Casa Legislativa desde o ano de 2011, até o presente momento, ele não foi aprovado.

O referido projeto visa acrescentar dois parágrafos ao art.82 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que proíbe a hospedagem de criança ou adolescente em hotéis, motéis, pensões ou estabelecimentos congêneres, salvo de autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.

O primeiro parágrafo a ser acrescido determina que os estabelecimentos citados, quando da reserva ou venda antecipada da hospedagem, alertem os prováveis hóspedes sobre a obrigatoriedade de apresentarem - no ato do registro - documento que comprove a

identidade e a filiação da criança ou do adolescente a ser hospedado em sua companhia, bem como documentos oficiais que comprovem a autorização e/ou a paternidade e/ou maternidade ou responsabilidade legal atribuída ao acompanhante.

Em que pese a bela iniciativa do Senado Federal, nada impede que o Legislativo Estadual discipline tal matéria.

A prerrogativa desta Casa está autorizada pela Constituição Estadual. A previsão está inserida em seu art. 10, inciso XV, em que afirma ser competência do Estado legislar, concorrentemente com a União, sobre a proteção à infância, à juventude e à velhice.

Demonstrada a autorização Constitucional, segue-se a justificativa do presente projeto.

Com base na doutrina da proteção integral, que foi utilizada para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, o projeto pretende disciplinar a atuação de hotéis, motéis, pensões e similares, quando se depararem com menores acompanhados por adultos.

Pretende este projeto respaldar o setor hoteleiro para que possa exigir de seus hóspedes, na reserva, na venda antecipada e no ato de registro de hospedagem, a apresentação de documentos oficiais que comprovem o vínculo existente entre os adultos e as crianças e ou adolescentes que os acompanham.

Tal medida visa impedir o tráfico de bebês e de crianças, a prostituição infantil e juvenil e o uso de drogas. Ademais, está de acordo com a Política Nacional de Turismo que busca proteger as crianças e os adolescentes dos abusos de qualquer ordem e natureza.

A aprovação do presente projeto torna-se oportuna, pois o volume de turistas de todas as idades deve aumentar, consideravelmente, em razão da Copa do Mundo e das Olimpíadas, bem como nosso Estado tem sido palco de inúmeros eventos para jovens.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres parlamentares desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei.

Deputado Dado Chereim

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 089.4/14

Altera o art. 4º da Lei nº 16.342, de 2014, que acrescentou o art. 255-A à Lei nº 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 16.342, de 21 de janeiro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Fica acrescido o art. 254-A à Lei nº 14.675, de 2009, com a seguinte redação:

"Art. 254-A. A exploração de bracingais cultivados que forem inscritos no Cadastro de Espécies Nativas de que trata o art. 8º do Decreto federal nº 6.660, de 21 de novembro de 2008, será autorizada pelo órgão estadual de meio ambiente, nos termos do regulamento.

§ 1º Para os fins do *caput* deste artigo, considera-se bracingal cultivado a formação florestal com predominância de bracinga (*mimosa scabrellabenth*) sobre as demais espécies em todas as fases de desenvolvimento, florística e estruturalmente distinta das florestas nativas, resultante de intervenções realizadas para a promoção da bracinga (tais como cuidados para a manutenção do banco de sementes no solo a longo prazo, promoção da germinação das sementes da espécie, adubações, desbastes, desrama, controle de formigas, controle de acesso de gado, escalonamento de corte, entre outros).

§ 2º Para o Cadastro de Espécies Nativas de que trata o *caput* deste artigo será realizada a identificação dos limites da área de plantio e a caracterização do sistema de plantio adotado, para posterior emissão de Documento de Origem Florestal no momento do corte e comercialização."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Marcos Vieira
Deputado Aldo Schneider
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado José Nei Ascari
Deputado Mauro de Nadal
Deputado Narcizo Parisotto
Deputado Neodi Saretta
Deputado Sílvio Dreveck

Lido no Expediente
Sessão de 08/04/14

JUSTIFICATIVA

O art. 4º da Lei nº 16.342, de 21 de janeiro de 2014, foi assim editado:

Art. 4º Fica acrescido o art. 255-A à Lei nº 14.675, de 2009, com a seguinte redação:

"Art. 255-A. A exploração de bracingais cultivados que forem inscritos no Cadastro de Espécies Nativas de que trata o art. 8º do Decreto federal nº 6.660, de 21 de novembro de

2008, será autorizada pelo órgão estadual de meio ambiente, nos termos do regulamento.

§ 1º Para os fins do *caput* deste artigo, considera-se bracingal cultivado a formação florestal com predominância de bracinga (*mimosa scabrellabenth*) sobre as demais espécies em todas as fases de desenvolvimento, florística e estruturalmente distinta das florestas nativas, resultante de intervenções realizadas para a promoção da bracinga (tais como cuidados para a manutenção do banco de sementes no solo a longo prazo, promoção da germinação das sementes da espécie, adubações, desbastes, desrama, controle de formigas, controle de acesso de gado, escalonamento de corte, entre outros).

§ 2º Para o Cadastro de Espécies Nativas de que trata o *caput* deste artigo será realizada a identificação dos limites da área de plantio e a caracterização do sistema de plantio adotado, para posterior emissão de Documento de Origem Florestal no momento do corte e comercialização." (NR) (grifo acrescido)

Todavia, esta Comissão identificou um equívoco de digitação, no referido art. 4º da Lei nº 16.342, de 2014, o qual deveria crescer a esta o art. 254-A e não o art. 255-A.

Com efeito, caso não seja corrigido tal lapso, dar-se-á a revogação tácita do até então vigente art. 255-A da Lei nº 14.675, de 2009, abaixo transcrito, que trata de assunto totalmente diverso da matéria que restou acrescida ao Código do Meio Ambiente, posteriormente, por meio de dispositivo legal alterador contendo o referido erro (art. 4º da Lei nº 16.342, de 2014).

CAPÍTULO V

DA PROTEÇÃO DA POLUIÇÃO SONORA

Art. 255-A. A emissão de sons e ruídos decorrentes de qualquer atividades obedecerá aos limites de emissão e padrões estabelecidos pela legislação e pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Dessa forma, para sanar a falha apontada, sugere-se aprovação do epigrafoado Projeto de Lei.

Deputado Marcos Vieira
Deputado Aldo Schneider
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado José Nei Ascari
Deputado Mauro de Nadal
Deputado Narcizo Parisotto
Deputado Neodi Saretta
Deputado Sílvio Dreveck

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0005/2014

Altera as Leis nº 6.153, de 1982, e nº 6.218, de 1983, e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 6.153, de 21 de setembro de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

IV - estejam classificados, no mínimo, no comportamento bom;

....." (NR)

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 6.153, de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

III - estejam classificados, no mínimo, no comportamento bom;

....." (NR)

Art. 3º O art. 109 da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 109.

I -

.....

c) para Praças: 60 anos;

....." (NR)

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de janeiro de 2014.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 8 de abril de 2014.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***